

Sobre a Data-Pop Alliance

A Data-Pop Alliance (DPA) é um think tank global sem fins lucrativos, criado em 2013 pela Harvard Humanitarian Initiative (HHI), pelo MIT Media Lab e pelo ODI Global (então conhecido como Overseas Development Institute). Sua missão é promover mudanças sociais positivas por meio do uso de inteligência artificial e dados, com base em três pilares: diagnosticar desafios de desenvolvimento com novos dados e métodos; mobilizar atores e comunidades em torno de narrativas baseadas em evidências; e transformar sistemas e políticas para fortalecer a autonomia humana e a justiça social. Desde sua fundação, a DPA já realizou mais de 150 projetos em mais de 40 países, atuando na interseção entre dados, tecnologia, gênero e direitos humanos, em parceria com agências da ONU, governos, organizações da sociedade civil e o setor privado. Guiada pelo compromisso com equidade e inclusão, a DPA busca utilizar dados e tecnologia para combater desigualdades estruturais e apoiar o empoderamento de indivíduos e comunidades ao redor do mundo.

Sobre os autores

Julie Ricard é a Pesquisadora Principal deste projeto. Ela é doutoranda em Administração Pública e Governo na Fundação Getulio Vargas (FGV), pesquisadora no Laboratório de Desordem Informacional e Políticas Públicas (CEAPG/FGV) e pesquisadora afiliada à Data-Pop Alliance (DPA). Possui mestrado em Desenvolvimento Internacional (Sciences Po) e em Estudos de Gênero (Universidade de Paris).

Anna Spinardi é Diretora do programa de Feminismo de Dados na Data-Pop Alliance, onde lidera iniciativas para integrar a igualdade de gênero em estratégias de desenvolvimento orientadas por evidências. Ela é mestra em Desenvolvimento Global pela Universidade de Copenhague e já coordenou a execução de mais de 15 projetos na DPA, incluindo a aplicação bem-sucedida de métodos tradicionais e não tradicionais de análise de dados.

Amanda Quitério de Gois é Oficial de Comunicação (Communications Officer) e pesquisadora no programa de Feminismo de Dados da Data-Pop Alliance. É mestra em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), onde sua pesquisa concentrou-se na representação de personagens femininas na literatura brasileira.

Ergon Cugler é Cientista de Dados e Pesquisador no Laboratório de Desordem Informacional e Políticas Públicas (CEAPG/FGV). Possui mestrado em Administração Pública e Governo pela FGV e MBA em Ciência de Dados e Análise pela USP. Além disso, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), órgão consultivo da Presidência da República do Brasil.

Agradecimentos

Este estudo expressa sua sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram de forma essencial para a realização deste projeto. Às mulheres que aceitaram participar das entrevistas e compartilharam suas experiências e perspectivas, oferecendo testemunhos em primeira mão e ancorando o estudo nas realidades vividas da participação política, registramos nossa profunda gratidão, apreço e admiração.

Agradecemos também a Juliano Medeiros, que atuou como Consultor Político, contribuindo com uma visão estratégica valiosa e uma ampla rede de articulação que ampliou o alcance deste trabalho. Estendemos nossos agradecimentos a Ivette Yáñez Soria por seu apoio nas fases iniciais do projeto; aos assistentes de pesquisa Gabriel Rocha e Stefanny Vitória de Jesus; a Asal Hematinik e Paola Caile pela diagramação; à consultora Flavia Castelhano; e a Denise Bordin da Silva Antonio pela revisão da versão em português.

Agradecemos ainda ao development Research and Projects Centre (dRPC) pela parceria institucional que viabilizou o desenvolvimento do estudo; e a Ján Michalko, por sua gestão cuidadosa e dedicação ao processo. Nosso reconhecimento especial vai para Débora Thomé, pesquisadora associada do FGV Cepesp e presidente da seção de gênero e política da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), pela minuciosa revisão deste relatório.

Aviso: Este relatório inclui exemplos explícitos de violência misógina, racista, xenófoba e transfóbica, incluindo incitação à violência sexual e física. Optamos por não censurar esses materiais porque é fundamental expor como os ataques contra mulheres na política se manifestam nos espaços digitais, como se espalham pelas redes sociais de forma sexista e como podem ser identificados e combatidos.

Índice

Sobre a Data-Pop Alliance	2
Sobre os autores	2
Principais achados	5
Resumo executivo	7
Termos-chave	11
Acrônimos	12
1. Introdução	13
2. Metodologia	16
2.1. Uma abordagem de métodos mistos	16
2.2. Classificações de partidos políticos	17
2.3. Raça e etnia conforme categorização pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	18
2.4. Classificação da TF-GBV	19
2.5. Abordagem teórica: das normas sociais ao impacto na democracia	20
2.6. Reflexividade	21
3. Resultados: mecanismos e impactos da TF-GBV	22
3.1. Como identidades interseccionais moldam a TF-GBV	22
3.2. A visibilidade importa mais do que as eleições	31
3.3. Impactos e estratégias de enfrentamento conforme identidades e espectros políticos	37
4. Resultados: Respostas institucionais e partidárias à TF-GBV	48
4.1. Em todo o espectro político, a TF-GBV continua sendo compreendida como violência de gênero	48
4.2. Os partidos adotam ações para combater a violência de gênero e a TF-GBV, mas elas são pontuais e insuficientes	52
4.3. A legislação e as normas sociais dificultam as respostas à TF-GBV	58
5. Recomendações	63
6. Conclusão	68
Referências	69
Anexo	75

Principais achados

- **A violência de gênero facilitada pela tecnologia é possibilitada por normas de gênero profundamente enraizadas.** A articulação entre essas normas produz formas específicas de ataque, diretamente relacionadas às diferentes identidades das mulheres na política. Mulheres negras são alvo de ataques racializados que combinam misoginia e racismo; mulheres indígenas enfrentam narrativas que reproduzem estereótipos e lógicas coloniais; mulheres trans sofrem violências intensificadas por expectativas de conformidade de gênero e sexualidade; e mulheres brancas, por sua vez, muitas vezes são atingidas por discursos que mobilizam o etarismo como forma de controle. Em comum, porém, todos esses ataques se apoiam em normas que vinculam a feminilidade à domesticidade, à emotividade e à pureza, além de contestarem a autonomia das mulheres, sempre permeadas por hierarquias raciais e de classe.
- **Perpetuadores instrumentalizam tensões sociais de gênero.** Indivíduos e/ou grupos com motivações políticas, sobretudo aqueles alinhados à extrema-direita, articulam e coordenam ataques que mobilizam estereótipos misóginos, racializados e sexualizados, amplificados pelas dinâmicas das plataformas de mídia social. Além disso, as hostilidades dentro dos próprios partidos revelam os modos pelos quais normas de gênero operam como mecanismos de controle sobre quem pode falar, decidir e produzir conhecimento no espaço político. Nesse contexto, é importante destacar que mulheres de direita também são frequentemente atacadas por aliados de sua própria orientação ideológica, evidenciando que a violência política de gênero atravessa alinhamentos partidários.
- **A visibilidade supera as eleições.** Os períodos eleitorais não aparecem como os principais desencadeadores da agressão online. Em vez disso, a intensidade dos ataques tende a aumentar conforme cresce a visibilidade das mulheres. Elas se tornam alvos específicos quando ganham relevância política por quatro vias: ao ocupar cargos de destaque, ao se engajar em pautas consideradas polarizadoras, ao entrar em conflito com figuras proeminentes ou ao participar de eventos de grande repercussão. Esse padrão reflete normas que atribuem a liderança a um papel masculino, fazendo com que mulheres em posições de poder sejam vistas como “exceções” cuja legitimidade precisa ser constantemente negociada e controlada, inclusive por meio de campanhas digitais contínuas.
- **Danos em cascata.** A violência de gênero facilitada pela tecnologia produz uma série de danos, que vão desde impactos na saúde mental até ameaças dirigidas a familiares, além de custos com medidas de proteção ou deslocamento e episódios de exaustão e adoecimento. Esses efeitos aprofundam desigualdades já existentes em termos de acesso a recursos e redes de apoio, ao mesmo tempo em que reforçam normas exclutivas que desestimulam e afastam as mulheres da participação política.
- **A ideologia política molda a compreensão das desigualdades de gênero.** Partidos de esquerda costumam explicar as desigualdades de gênero a partir do patriarcado e de perspectivas interseccionais, enquanto partidos de direita tendem a atribuí-las ao “machismo social” ou, por vezes, a diferenças biológicas. No entanto, ambos enfrentam dificuldades para compreender como as plataformas digitais transformam as formas de violência e, com frequência, acabam tratando as dinâmicas online e offline como se fossem equivalentes.

- **Conceitualização limitada da violência de gênero facilitada pela tecnologia entre os partidos.** Entre os 20 partidos analisados, não foi identificada nenhuma estratégia, manifesto ou documento político que tratasse de forma específica da violência de gênero facilitada pela tecnologia. Como resultado, não foram observadas diferenças relevantes: a violência de gênero e a violência de gênero facilitada pela tecnologia em geral aparecem frequentemente misturadas nos discursos partidários e de suas lideranças, sem distinção entre suas dinâmicas. Esse cenário indica que os partidos ainda precisam desenvolver uma compreensão mais aprofundada sobre as particularidades e os impactos dos ataques digitais, a fim de formular respostas mais adequadas.
- **Soluções analógicas para um mundo digital.** As medidas adotadas pelos partidos ainda são reativas, fragmentadas e com recursos limitados, além de carecerem de protocolos formais. O abuso digital continua sendo tratado como uma questão privada, e não como um problema democrático. Da mesma forma, as leis e sua aplicação permanecem defasadas, os processos judiciais são lentos e o ambiente digital segue princípio à violência, alimentado pela fraca regulamentação das plataformas e pela amplificação automatizada por sistemas de inteligência artificial. Em muitos municípios, o baixo número de mulheres em Câmaras amplamente dominadas por homens aumenta ainda mais os riscos. No geral, as respostas atuais funcionam como “soluções analógicas para um mundo digital”, insuficientes para lidar com as formas como as plataformas de mídia social amplificam e reproduzem a violência de gênero.
- **Ameaça crítica à democracia.** A violência de gênero facilitada pela tecnologia não afeta apenas mulheres individualmente; ela opera como uma estratégia para dissuadir, silenciar e afastar mulheres da vida pública. Quando determinadas vozes são sistematicamente punidas no ambiente digital, há uma redução na representatividade, no debate plural e na possibilidade de responsabilização política, que são elementos fundamentais para o funcionamento democrático. Combater essa forma de violência, portanto, não é apenas uma questão de proteção individual, mas uma agenda de fortalecimento da democracia, que exige tanto ações imediatas quanto transformações normativas e institucionais de longo prazo.

Resumo Executivo

A violência de gênero facilitada pela tecnologia (TF-GBV) na política tornou-se uma ameaça crescente à democracia no Brasil. Este estudo, baseado em métodos mistos, investiga como a TF-GBV afeta mulheres que atuam na política, levando em conta diferentes identidades e filiações partidárias. Também analisa como os partidos compreendem e respondem a esse fenômeno, com atenção especial ao papel das normas de gênero na formação tanto dos ataques quanto das respostas institucionais. O estudo é guiado por duas questões centrais:

- Como e quando a TF-GBV afeta diferentes grupos de mulheres na política?
- De que forma normas de gênero e fatores estruturais moldam as respostas dos partidos à TF-GBV?

A análise combina três fontes principais de dados: mais de 6.000 mensagens no Telegram (das quais 1.165 foram identificadas como ataques) extraídas de grupos políticos, conspiracionistas e neonazistas no Brasil; entrevistas com 28 mulheres políticas e lideranças partidárias de 13 partidos, em diferentes regiões e espectros ideológicos; e uma revisão de sites e documentos oficiais dos partidos, como estatutos. O estudo adota uma abordagem analítica que integra normas de gênero e interseccionalidade, revelando como a violência digital opera de forma diferenciada entre grupos de mulheres e como lacunas institucionais de gênero continuam a dificultar estratégias eficazes de enfrentamento.

Mecanismos da TF-GBV: como identidades interseccionais e visibilidade moldam as experiências

Embora todas as mulheres na política estejam sujeitas a ataques baseados em estereótipos de gênero, a intensidade e a forma desses ataques são moldadas por sua raça, etnia e identidade de gênero. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam abusos racializados que combinam misoginia e racismo; mulheres indígenas são alvo de estereótipos de caráter colonial; e mulheres trans sofrem violências agravadas que articulam misoginia, transfobia e, em alguns casos, racismo. Em todos os grupos, ataques voltados à aparência e a julgamentos morais são recorrentes, ainda que se manifestem de maneiras distintas conforme linhas raciais e políticas, sendo as mulheres brancas, em particular, as que mais frequentemente enfrentam críticas estéticas e policiamento moral.

Além disso, as mulheres são frequentemente alvo de mensagens que reforçam normas e papéis de gênero tradicionais, como quando são instruídas a “ir lavar a louça”. Essas mensagens enquadram sua participação política como uma violação de seu “lugar adequado” na sociedade. Elas também atuam como formas de “policiamento” da ordem de gênero, por meio do ridículo e do julgamento moral, muitas vezes questionando a autonomia das mulheres e insinuando que seu sucesso resulta de homens que as apoiam, e não de seu próprio mérito.

A filiação política pode funcionar tanto como proteção quanto como fator de risco, já que atores com motivações políticas instrumentalizam a TF-GBV em todo o espectro partidário, com ataques intrapartidários frequentemente operando como mecanismos de controle institucional. Mulheres políticas relatam vazamentos de dados pessoais por parte de seus próprios aliados, além de sabotagens deliberadas de colegas homens e táticas de exclusão que reforçam o controle patriarcal dentro das estruturas partidárias. Elas também podem enfrentar ataques entre diferentes campos ideológicos quando suas posições são interpretadas como contrárias às expectativas de “pureza”

política, como no caso de ataques da esquerda contra figuras centristas. Da mesma forma, mulheres de direita também se veem em situação vulnerável, podendo sofrer ataques intensos e violentos de aliados do mesmo campo, revelando fraturas internas e dinâmicas de busca por bodes expiatórios dentro de redes conservadoras.

No contexto polarizado do Brasil, esses padrões mostram que a TF-GBV está profundamente entrelaçada com disputas por poder político e representação. Para mulheres de esquerda, a violência online funciona como uma ferramenta de guerra ideológica, voltada a deslegitimar agendas progressistas na esfera pública. Para mulheres de direita, ela atua como um mecanismo de controle que disciplina aquelas que desafiam hierarquias masculinas dentro de estruturas conservadoras. Juntas, essas dinâmicas mostram que a polarização política não apenas amplifica o volume dos ataques, mas também reconfigura sua lógica, moldando quem os perpetra, quais plataformas são usadas e quais narrativas sustentam a disseminação da TF-GBV.

A visibilidade das mulheres na política desencadeia grande parte dos ataques contra elas, tanto durante quanto fora dos períodos eleitorais. O assédio se intensifica quando ocupam cargos de destaque, defendem pautas consideradas controversas, entram em conflito com figuras proeminentes ou participam de eventos públicos. Dados do Telegram e entrevistas indicam que a TF-GBV é menos determinada pelo calendário eleitoral do que pela relevância política, sendo a visibilidade o principal gatilho para agressões contínuas e coordenadas, sobretudo quando as mulheres desafiam expectativas de gênero ao ocupar a esfera pública.

Respostas institucionais e dos partidos políticos à TF-GBV: de lacunas de conhecimento a respostas insuficientes

O estudo mostra que a ideologia política influencia a forma como os partidos compreendem as desigualdades de gênero. Partidos de esquerda tendem a adotar análises estruturais, que destacam o patriarcado e a interseccionalidade como fatores centrais. Já partidos de direita costumam atribuir essas desigualdades ao “machismo social” e, em alguns casos, a diferenças biológicas. No entanto, ambos enfrentam dificuldades para entender como as plataformas digitais transformam a violência, muitas vezes tratando as dinâmicas online e offline como se fossem equivalentes.

A conceitualização da TF-GBV permanece pouco desenvolvida entre os 20 partidos analisados, e o estudo não identificou nenhuma estratégia, manifesto ou documento político que a abordasse de forma direta. Ainda que os partidos reconheçam o impacto das desigualdades de gênero e da violência baseada em gênero sobre as mulheres – tanto na sociedade quanto, em alguns casos, dentro de suas próprias estruturas – eles não conseguem tratar a TF-GBV como um fenômeno específico.

Apesar de algumas entrevistadas associarem a TF-GBV a redes coordenadas de ataque no ambiente digital, ainda há pouca compreensão sobre como a tecnologia reconfigura a violência, tanto online quanto offline, e muitas vezes subestimam como as plataformas digitais amplificam a vigilância moral e a imposição de normas tradicionais de gênero.

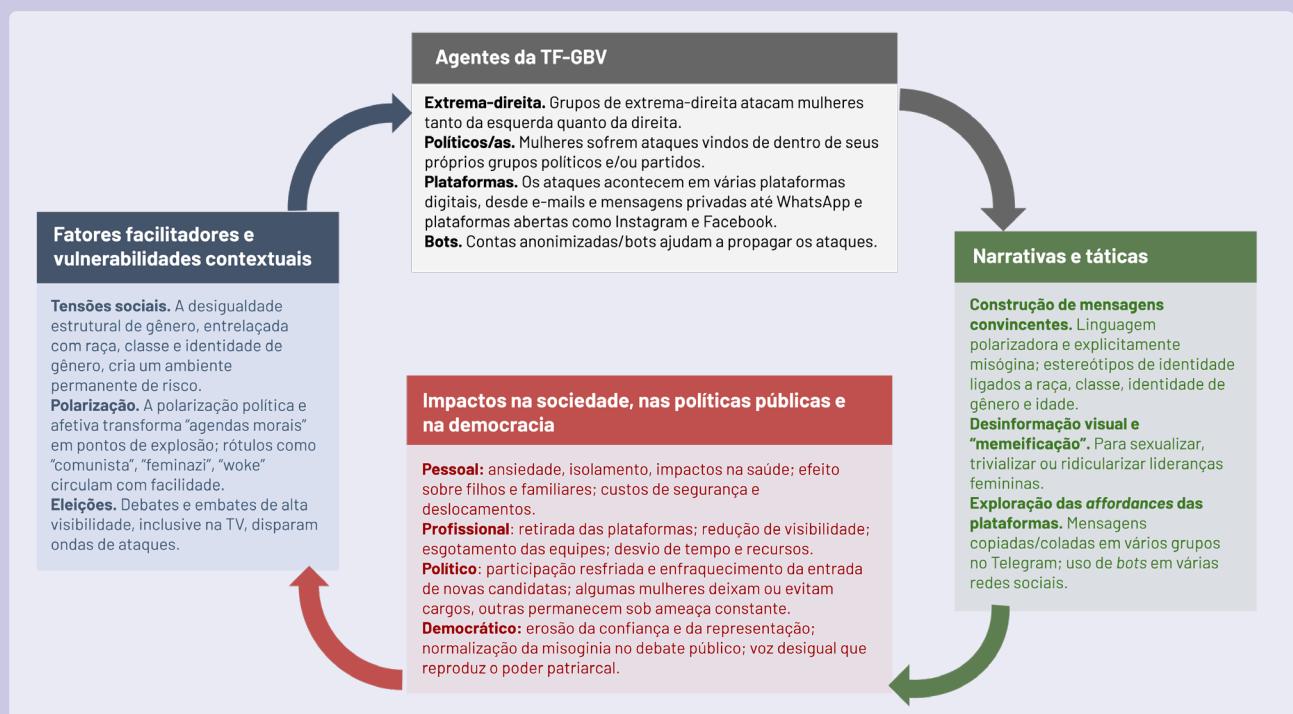
Os mecanismos existentes para lidar com a violência política de gênero e a TF-GBV ainda são insuficientes, pois as respostas dos partidos permanecem reativas, fragmentadas e restritas aos casos mais graves, frequentemente sem protocolos formais ou estratégias preventivas. A escassez de recursos e a infraestrutura inadequada fazem com que muitas mulheres se sintam desamparadas, com a violência digital sendo tratada como um problema individual, e não como uma questão democrática. No conjunto, as medidas atuais funcionam como “soluções analógicas

para um mundo digital”, incapazes de enfrentar todo o espectro da violência de gênero e de responder às dinâmicas específicas de amplificação e coordenação presentes no ambiente online.

TF-GBV como ameaça à democracia

Com base no Marco de Desordem Informacional (Ricard et al., 2025), o estudo argumenta que normas sociais atuam como fatores que facilitam a TF-GBV, com implicações significativas para a democracia. Os impactos multifacetados da TF-GBV, atravessando diferentes identidades e espectros políticos, revelam efeitos pessoais e institucionais em cascata, a ponto de desencorajar a participação de mulheres na política e de levar algumas a abandonar ou evitar cargos públicos.

Figura 1. Marco Teórico para TF-GBV na era da desordem informacional



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Ricard et al. (2025)

Esta pesquisa contribui para a compreensão teórica da TF-GBV como uma ameaça sistêmica à participação democrática. Seus resultados têm implicações que ultrapassam o contexto brasileiro, oferecendo um modelo para analisar como tecnologias digitais amplificam e organizam a TF-GBV na política em democracias polarizadas ao redor do mundo

Conceituamos uma cadeia de mecanismos com quatro componentes principais (Figura 1): (1) normas sociais facilitadoras, que são instrumentalizadas por (2) atores motivados (como oponentes políticos, mídia partidária, redes de extrema-direita e usuários anônimos), para produzir (3) narrativas de gênero e raça (como racismo, sexualização e questionamento de competência), as quais são então disseminadas e amplificadas por meio de (4) recursos e algoritmos de plataforma (como hashtags e sistemas de recomendação).

Recomendações

O estudo conclui que o combate à TF-GBV exige reconhecê-la explicitamente como parte de um espectro mais amplo de violência de gênero, enraizado em estruturas patriarcais, racistas e classistas. Como observou uma participante: “toda violência política no Brasil começa com a violência política de gênero, porque está enraizada no machismo estrutural, na misoginia histórica e na impunidade”. Respostas eficazes precisam, portanto, enfrentar não apenas as dimensões tecnológicas dessa violência, mas também as desigualdades de gênero que a tornam possível e a mantêm. Romper o ciclo da TF-GBV requer ações abrangentes e multisectoriais, que atendam tanto às necessidades imediatas de proteção quanto aos fatores estruturais que sustentam a desigualdade.

Apesar dos desafios persistentes, o Brasil conquistou avanços legislativos importantes no enfrentamento da violência contra mulheres na política e da violência de gênero online. Entre as principais iniciativas está a Lei de Combate à Violência Política contra a Mulher (Lei 14.192/2021), o primeiro marco legal voltado especificamente à proteção de candidatas e mulheres em cargos públicos. Somam-se a ela leis que abordam a violência digital, como a Lei Carolina Dieckmann (2012), a Lei Lola Aronovich (2018) e a emenda à Lei Maria da Penha (2025), que expandiu sua cobertura para incluir a violência eletrônica. No entanto, esses instrumentos permanecem fragmentados e não apresentam uma definição unificada da TF-GBV, o que gera lacunas de implementação e limitações na prevenção e na responsabilização.

O relatório apresenta um conjunto coordenado de recomendações envolvendo partidos políticos, instituições públicas, plataformas digitais e sociedade civil. No curto prazo, propõe-se que os partidos adotem protocolos que integrem medidas legais, psicossociais, de segurança e de interação com plataformas; fortaleçam capacidades de monitoramento e resposta rápida; e que as plataformas sejam responsabilizadas pela contenção da TF-GBV, especialmente quando coordenada. Também se recomenda capacitação em segurança digital e estratégias de comunicação para mulheres na política. No horizonte de 1 a 3 anos, as prioridades incluem o fortalecimento de sanções legais e mecanismos de proteção, a expansão das medidas para o nível municipal (como a criação de promotorias especializadas em questões de gênero nas Câmaras Municipais) e a promoção de normas sociais mais igualitárias em toda a sociedade. Essas ações são complementares: combinam respostas imediatas com mudanças estruturais e culturais, visando reduzir a violência política de gênero e TF-GBV, e fortalecer a participação democrática.

Termos-chave

Doxxing: Prática maliciosa de divulgar, sem consentimento, informações pessoais ou identificadoras de alguém (como endereço, número de telefone ou local de trabalho) em ambientes online, geralmente com o objetivo de facilitar assédio, intimidação ou ameaças. É reconhecida como uma forma de violência facilitada pela tecnologia e vem sendo progressivamente criminalizada em diferentes jurisdições.

Estatuto: Conjunto oficial de regras internas que organiza o funcionamento de um partido político. Ele define seus objetivos, estrutura, critérios de filiação, direitos e deveres dos membros, além dos procedimentos de tomada de decisão.

Interseccionalidade: Estrutura analítica que examina como identidades múltiplas e sobrepostas (como gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência ou status migratório) se combinam para produzir experiências específicas de discriminação e privilégio (Crenshaw, 1989). Na prática feminista e de direitos humanos, a interseccionalidade destaca que as mulheres não constituem um grupo homogêneo e que, portanto, as desigualdades devem ser compreendidas e enfrentadas em suas formas interconectadas.

Machismo: Ideologia cultural e conjunto de comportamentos enraizados em estruturas patriarciais que reforçam a dominação masculina e a desvalorização das mulheres. O machismo naturaliza a desigualdade de gênero e está associado a práticas que vão desde o sexismotípico até a violência física. Na América Latina, é amplamente reconhecido como um fator que contribui para a violência de gênero e para a exclusão das mulheres da vida política.

Pardos: Termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para designar pessoas de origem racial mista, geralmente com ascendência africana, europeia e/ou indígena. Trata-se de uma categoria ampla e heterogênea, que abrange diferentes experiências e identidades raciais no Brasil.

Preto: Termo utilizado pelo IBGE para designar pessoas que se identificam como negras e/ou com ascendência predominantemente africana. Refere-se, em geral, a indivíduos com tons de pele mais escuros e é uma das categorias oficiais do sistema de classificação racial no Brasil.

Violência de gênero facilitada pela tecnologia (TF-GBV): Existem diversas definições e estruturas conceituais para a TF-GBV, desenvolvidas por acadêmicos e organizações internacionais (incluindo ICFJ, ICRW, UNESCO e UNFPA). Este relatório adota a definição da UNFPA (2023), segundo a qual a TF-GBV é “um ato de violência cometido, auxiliado, agravado ou amplificado, total ou parcialmente, por meio de tecnologias de informação e comunicação ou mídias digitais, direcionado a uma pessoa com base em seu gênero”.

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP): Órgão judicial responsável por supervisionar os processos eleitorais no estado de São Paulo, incluindo o registro de candidaturas, a fiscalização das eleições e a resolução de disputas eleitorais.

Violência política de gênero (VPG): Não há uma definição global única para o termo. A ONU Mulheres descreve a VPG como atos ou ameaças de violência física, sexual ou psicológica que impedem as mulheres de exercer ou concretizar seus direitos políticos (ONU Mulheres, 2021). Uma definição amplamente utilizada na área caracteriza a violência contra as mulheres na política como atos específicos de agressão, coerção ou intimidação dirigidos a mulheres, com o objetivo de restringir sua participação política, manter hierarquias de gênero e minar a democracia, os direitos humanos e a igualdade de gênero (Krook e Sanín, 2016a).

Acrônimos

ANPD	Agência Nacional de Proteção de Dados
dRPC	development Research and Projects Centre (Centro de Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento)
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais e assexuais. O sinal de “mais” reconhece indivíduos que descrevem seu gênero ou sexualidade com identidades além daquelas explicitamente listadas
MDI	Marco de Desordem Informacional
OSC	Organização de Sociedade Civil
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PCdoB	Partido Comunista do Brasil (esquerda)
PDT	Partido Democrático Trabalhista (esquerda)
PL	Partido Liberal (direita)
PP	Partido Progressistas (centro-direita)
PRD	Partido Renovação Democrática (direita)
PSB	Partido Socialista Brasileiro (esquerda)
PSD	Partido Social Democrático (centro-direita)
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira (centro-direita)
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade (esquerda)
PT	Partido dos Trabalhadores (esquerda)
PV	Partido Verde (esquerda)
Rede	Rede Sustentabilidade (esquerda)
TF-GBV	Violência de gênero facilitada pela tecnologia
TRE	Tribunais Regionais Eleitorais
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNFPA	United Nations Population Fund (Fundo de População das Nações Unidas)
VPG	Violência política de gênero

1 Introdução

A violência de gênero facilitada pela tecnologia (TF-GBV) vem crescendo em todo o mundo e afeta especialmente mulheres que atuam na vida pública, incluindo a política (Jankowicz et al., 2024). No Brasil, a misoginia online e os ataques coordenados se intensificaram nos ciclos eleitorais recentes, com evidências consistentes de altos volumes de abusos misóginos, racistas e transfóbicos contra candidatas (INTERNETLAB et al., 2025). Durante o ciclo eleitoral mais recente, uma análise de comentários publicados durante e após debates transmitidos pela Band em 2024, em seis capitais, mostrou que mulheres – em particular mulheres trans e candidatas jovens – foram submetidas a conteúdo mais agressivo e deslegitimador do que candidatos homens (Coelho, 2024).

Os ataques digitais contra mulheres ocorrem dentro de um contexto mais amplo de violência política de gênero (VPG) no país, que restringe sua participação e limita suas condições de atuação (Pinho, 2025). Nas eleições municipais de 2020, todas as candidatas relataram ter sofrido mais de um tipo de violência política e 60% mencionaram insultos, humilhações ou ataques diretamente relacionados à sua atuação política (Instituto Marielle Franco, 2023).

O assassinato de Marielle Franco em 2018, vereadora preta, lésbica e de esquerda, representa uma das expressões mais extremas da interseção entre VPG e racismo no Brasil. Esse caso se insere em um cenário de persistentes índices de feminicídio e violência contra mulheres, especialmente mulheres negras, que se manifesta também na arena política (IBGE, 2024).

É importante destacar que, em termos gerais, a maior parte da violência política no Brasil tem como alvo homens (Borba et al., 2022). Contudo, pesquisas indicam que a TF-GBV na política produz impactos específicos e desproporcionais sobre mulheres. Enquanto homens tendem a ser atacados por suas posições ou alianças políticas, mulheres são, com maior frequência, alvo de assédio e abuso devido ao seu gênero (Koch et al., 2025; Southern, 2024; Mantilla, 2013).

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo não é estimar prevalência, mas oferecer uma análise qualitativa dos mecanismos e implicações da TF-GBV para mulheres na política e para a democracia brasileira. O Brasil possui uma das menores taxas de representação feminina parlamentar na América Latina: em dezembro de 2024, mulheres ocupavam apenas 18,1% das cadeiras na Câmara dos Deputados, muito abaixo da média sul-americana de 32,4% (UIP, s.d.). Assim, este estudo parte do entendimento de que a TF-GBV na política constitui uma ameaça estrutural à democracia, ao limitar quem pode participar e permanecer na esfera pública.

O panorama legislativo

Apesar dos desafios persistentes, o Brasil desenvolveu um conjunto significativo de marcos legais voltados para enfrentar e combater diferentes dimensões da VPG e da violência online. Um avanço importante foi a Lei de Combate à Violência Política contra a Mulher (Lei nº 14.192/2021), primeira legislação do país dedicada à proteção de mulheres candidatas e eleitas – um passo relevante para a garantia de sua participação na vida pública. A lei não só define a violência política contra mulheres, como também reconhece sua interseção com o racismo, estabelece regras de paridade de gênero em debates eleitorais e prevê penalidades para a disseminação de conteúdo falso ou discriminatório durante campanhas.

O país também aprovou, na última década, leis voltadas à violência digital. A Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012) criminaliza o acesso não autorizado a dispositivos eletrônicos, enquanto a Lei Lola Aronovich (Lei nº 13.642/2018) atribui à Polícia Federal competência para investigar a disseminação online de conteúdo misógino. Mais recentemente, em outubro de 2025, a Comissão de Constituição

e Justiça aprovou uma emenda à Lei Maria da Penha, principal marco de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, para incluir formas de violência eletrônica, como o assédio virtual (Agência Senado, 2025).

Apesar desses avanços, esses instrumentos legais permanecem fragmentados e carecem de integração. Nenhum deles oferece uma definição abrangente de TF-GBV, o que cria lacunas críticas na prevenção, proteção e responsabilização, especialmente quando a violência tem como alvo mulheres que atuam na política. Além disso, persistem desafios na aplicação das leis. Uma avaliação da Lei nº 14.192/2021 mostrou que, entre os casos judicializados, apenas 12 avançaram para processos penais eleitorais: 8 seguem pendentes de julgamento, 2 foram suspensos condicionalmente e apenas 2 resultaram em condenações (Agência Câmara, 2024).

O papel dos partidos políticos

A literatura mostra que os perpetradores da TF-GBV incluem uma ampla variedade de atores, como oponentes políticos, grupos extremistas online, usuários anônimos de plataformas digitais, jornalistas e até agentes vinculados ao Estado, que utilizam meios digitais para silenciar ou desacreditar mulheres na vida pública (Bardall et al., 2020). Os partidos políticos aparecem, simultaneamente, como facilitadores frequentes desses abusos e como atores-chave nos esforços para enfrentá-los, seja por meio de códigos de conduta, sanções internas ou protocolos de proteção (Krook e Sanín, 2016a). Eles desempenham um papel central na visibilidade eleitoral das mulheres (Gatto e Thomé, 2020), influenciando a seleção de candidaturas e controlando a alocação de recursos de campanha (Kunovich e Paxton, 2005; Phillips, 2022).

Assim, os partidos têm a capacidade de prevenir e combater a TF-GBV, não apenas para garantir que mulheres possam concorrer, mas também para que, uma vez eleitas, possam exercer seus mandatos plenamente. Ao concentrar-se na dinâmica partidária, este estudo possibilita avaliar as respostas institucionais existentes e identificar caminhos de reforma capazes de fortalecer a responsabilização, criar ambientes mais seguros e ampliar a participação política inclusiva.

Reduzindo as lacunas de conhecimento

Ainda há uma lacuna significativa na pesquisa sobre como os partidos políticos compreendem e respondem à TF-GBV contra mulheres na política. De modo geral, apesar do crescente interesse em analisar as dinâmicas da TF-GBV na esfera política, persistem importantes lacunas de conhecimento sobre o tema, especialmente fora do Norte Global. A produção sobre TF-GBV no Sul Global – e, em particular, sobre as experiências interseccionais de mulheres negras, indígenas, idosas, jovens e LGBTQIA+ – permanece limitada (Southern, 2024; Meriläinen, 2024; van der Vegt, 2024; Fuchs e Schäfer, 2021; Erikson et al., 2023). Este estudo busca contribuir para preencher essas lacunas por meio de duas questões centrais:

- Como e quando a TF-GBV afeta diferentes grupos de mulheres na política?
- De que forma normas de gênero e fatores estruturais moldam as respostas dos partidos à TF-GBV?

Este estudo adota a definição de TF-GBV do Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund, UNFPA) como “um ato de violência cometido, auxiliado, agravado ou amplificado por meio de tecnologias de informação e comunicação ou mídias digitais contra uma pessoa com base no gênero” (UNFPA, 2023), abrangendo mais de 40 formas de abuso, incluindo assédio online, perseguição cibernética, divulgação de informações pessoais (doxxing), abuso baseado em imagens e discurso de ódio (UNFPA, 2025).

A abordagem analítica adotada integra normas de gênero e interseccionalidade. Normas de gênero são expectativas socialmente compartilhadas sobre papéis e características consideradas “adequadas”, que moldam comportamentos e relações de poder (Lovenduski, 1998; Marcus e Harper, 2014). No contexto político, essas normas constroem a liderança como essencialmente masculina e estruturam o acesso a partidos, candidaturas e posições de autoridade, reproduzindo hierarquias de gênero (Krook e Sanín, 2016a). Identidades interseccionais, como raça/etnia, classe, idade, sexualidade e identidade de gênero, não apenas aumentam o risco de violência, mas também reconfiguram as formas pelas quais essa violência é produzida e justificada (Crenshaw, 1991; Kuperberg, 2018).

No Brasil, essas dinâmicas são atravessadas pelo racismo estrutural, resultando em formas específicas de ódio e deslegitimação, sobretudo contra mulheres negras e indígenas, que enfrentam simultaneamente narrativas misóginas e racistas/coloniais que questionam sua legitimidade no espaço público (Carneiro, 2005; Instituto Marielle Franco, 2021). De forma mais ampla, o assédio online segue padrões marcados por hierarquias de raça, gênero e sexualidade (Valente, 2023).

Com base no Marco de Desordem Informacional (MDI) (Ricard et al., 2025), este estudo concebe uma cadeia de mecanismos em que normas sociais permissivas são: (1) instrumentalizadas por atores motivados (por exemplo, oponentes políticos, mídia partidária, redes de extrema-direita, usuários anônimos); (2) convertidas em narrativas e táticas de gênero e raça (como sexualização e questionamento de competência), e (3) amplificadas pelos recursos e algoritmos das plataformas (como hashtags e sistemas de recomendação). Os resultados incluem silenciamento discursivo, desistência de candidaturas femininas, distorções na representação política e erosão da confiança pública (OSCE/ODIHR, 2022; Rheault et al., 2019; Johnson, 2020; Teele et al., 2018).

Embora enraizado no contexto brasileiro, este estudo contribui para debates globais sobre a TF-GBV, oferecendo evidências e identificando práticas que podem orientar partidos políticos e formuladores de políticas na criação de ambientes políticos mais seguros e inclusivos. O estudo foi realizado como parte de uma iniciativa colaborativa e transnacional. O Centro de Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento (Development Research and Projects Centre, dRPC), na Nigéria, conduziu pesquisa equivalente para permitir análise comparativa e aprendizado mútuo entre os dois contextos.

O relatório está organizado em cinco seções. As seções 1 e 2 apresentam o contexto, os objetivos e a metodologia. A seção 3 analisa os mecanismos e impactos da TF-GBV, mostrando como os ataques direcionados são moldados por identidades interseccionais, como a visibilidade política impulsiona o assédio para além dos períodos eleitorais e como as mulheres desenvolvem estratégias de enfrentamento. A seção 4 examina as respostas institucionais e partidárias, destacando lacunas conceituais, medidas fragmentadas e barreiras legislativas e sociopolíticas. Por fim, a seção 5 apresenta recomendações para que partidos políticos e demais atores enfrentem tanto as manifestações quanto as raízes estruturais da TF-GBV na política brasileira.

2 Metodologia

2.1 Uma abordagem de métodos mistos

Com base nos princípios estabelecidos para estudos de caso (Yin, 2018), este estudo adotou uma abordagem de triangulação de métodos mistos para fortalecer a robustez de suas conclusões. Os dados foram obtidos de três fontes complementares, resumidas na Tabela 1: mensagens de comunidades políticas no Telegram; entrevistas semiestruturadas com mulheres políticas e lideranças partidárias; e materiais documentais, incluindo sites e documentos oficiais de partidos. Uma descrição detalhada de cada fonte de dados é apresentada no Anexo A.

Tabela 1. Coleta de dados por subgrupo: Telegram, entrevistas e documentos partidários

	Partidos representados na amostra de entrevista*	Mulheres na política				Partidos		Revisão de Documentos**	
		Entrevistas		Análise do Telegram		Entrevistas			
		Subgrupos	#	# analisado manualmente	#ataques	Partidos	# de entrevistas		
Esquerda e centro-esquerda	PT, PSOL, PSB, Rede, PCdoB, PV***	Mulheres brancas	4	1337	298	PT, PSOL, PSB, Rede, PCdoB, PV	7	<ul style="list-style-type: none"> - Estatutos : 7/7 - Sites oficiais do partido: 7/7 	
		Mulheres não-brancas	5	1197	309 ataques				
Direita e centro-direita	Cidadania, Novo, PL, Podemos, PRD, Republicano, União Brasil	Mulheres brancas	4	3592	557 ataques	PL, Novo, União Brasil, PRD, Cidadania, Podemos	6	<ul style="list-style-type: none"> - Estatutos : 13/13 - Sites oficiais do partido: 13/13 	
		Mulheres não-brancas	2	300	1 ataque				

* Todos os partidos representados na amostra de entrevistas (incluindo mulheres na política e lideranças partidárias).

** Todos os partidos atualmente representados na Câmara dos Deputados foram incluídos na revisão documental.

*** Consulte a lista de siglas para obter os nomes completos dos partidos políticos abreviados.

Os dados do Telegram permitem análises quantitativas e qualitativas, revelando não apenas o volume, mas também as narrativas e os estereótipos de gênero mobilizados para desacreditar ou silenciar mulheres. Isso é essencial para compreender como normas de gênero prejudiciais são reproduzidas, amplificadas e incorporadas ao discurso político (Sportelli e D'Errico, 2025; Ging, 2017; Krook, 2018).

As entrevistas oferecem uma compreensão detalhada de como esses ataques são vivenciados, considerando as identidades interseccionais que podem aumentar ou, em alguns casos, atenuar

a vulnerabilidade. Elas elucidam as repercuções pessoais, profissionais e políticas da TF-GBV e fornecem evidências importantes de como normas de gênero moldam tanto as experiências quanto as respostas. Em particular, as entrevistas com lideranças partidárias esclarecem como os partidos interpretam a TF-GBV, até que ponto culturas e normas internas influenciam suas respostas e onde persistem barreiras institucionais. Isso é fundamental para conectar as experiências vividas pelas mulheres às lógicas organizacionais e às relações de poder de gênero dentro dos partidos.

Por fim, a análise documental permite avaliar se, e de que forma, a TF-GBV é reconhecida e abordada formalmente nas políticas partidárias. Esta etapa é especialmente importante para fortalecer as conclusões das entrevistas, dado que grande parte da literatura existente se baseia em pesquisas realizadas no Norte Global. Além disso, a comparação entre documentos oficiais e resultados das entrevistas torna possível identificar lacunas entre compromissos formais e práticas informais, bem como evidenciar áreas em que normas de gênero podem minar ou reforçar respostas institucionais.

Em conjunto, essas fontes de dados permitem uma compreensão multifacetada que conecta discurso, experiência vivida e respostas institucionais. Essa abordagem está resumida na Tabela 1, que apresenta o número de ataques identificados no Telegram, as entrevistas realizadas e os partidos representados, além dos estatutos e dos sites consultados.

A metodologia, os padrões éticos e o escopo da pesquisa foram revisados e aprovados por dois Comitês de Ética em Pesquisa: o comitê da ODI Global e a Plataforma Brasil (nº 7.566.576).

2.2 Classificações de partidos políticos

Este estudo adotou uma abordagem abrangente para a seleção de partidos e para a classificação ideológica, de modo a representar todo o espectro político brasileiro. Ao todo, foram realizadas entrevistas com mulheres eleitas e com lideranças partidárias de 13 partidos diferentes, conforme descrito a seguir.

- Seis partidos de esquerda: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Verde (PV) e Rede Sustabilidade (Rede); e
- Sete partidos de direita: Cidadania, Novo, Partido Liberal (PL), Podemos, Partido Renovação Democrática (PRD), Republicanos e União Brasil.

A revisão documental ampliou o escopo para incluir todos os partidos com representação no Congresso Nacional (20 ao todo): 7 de esquerda/centro-esquerda e 13 de direita/centro-direita.

O sistema partidário brasileiro combina continuidade histórica com reconfigurações recentes. O partido mais antigo ainda em atividade é o PCdoB, fundado em 1922, enquanto os mais novos, o PRD e a União Brasil, foram criados em 2022. No entanto, não é a idade do partido, mas seu desempenho eleitoral que determina sua influência no sistema político (Kinzo, 2004). Isso ocorre porque o acesso ao financiamento público partidário e aos fundos eleitorais depende diretamente da performance no Congresso. Por essa razão, o estudo priorizou partidos com cadeiras legislativas.

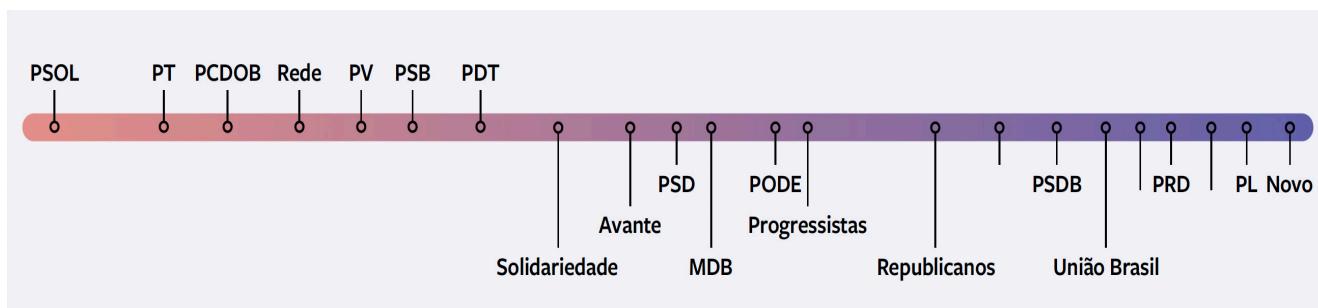
Considerando o acesso aos fundos eleitorais, os dois maiores partidos atualmente são o PL, um partido de direita com orçamento mensal de aproximadamente R\$ 16,1 milhões (cerca de US\$ 3 milhões), e o PT, um partido de esquerda com orçamento mensal de cerca de R\$ 12,1 milhões (aproximadamente US\$ 2,3 milhões).

Os partidos de médio porte, com orçamentos entre R\$ 3 milhões e R\$ 10 milhões mensais, incluem: União Brasil, Progressistas (PP), Republicanos, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Social Democrático (PSD) e Podemos, entre os partidos à direita; e o PSB, o PSOL e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), à esquerda.

Há ainda partidos de pequeno porte, com orçamentos mensais inferiores a R\$ 3 milhões, como Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), PRD, Solidariedade, Avante, PCdoB, Cidadania (o menor entre os partidos à direita), e Rede e PV (os menores entre os partidos à esquerda).

A classificação ideológica utilizada no estudo (Figura 2) foi baseada na ferramenta de posicionamento político “GPS partidário” da Folha de São Paulo (Mariani et al., 2024). Partidos marcados como “centristas” pelo GPS foram agrupados na categoria “centro-direita e direita”, refletindo sua posição atual mais próxima desse campo do que de agendas de centro-esquerda. Essa decisão metodológica reconhece a fluidez do alinhamento partidário no Brasil, que se ajusta conforme alianças políticas e padrões eleitorais contemporâneos, e busca representar com maior precisão o cenário político no momento da pesquisa (Bolognesi et al., 2023).

Figura 2. Classificação partidária segundo o GPS partidário



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no ‘GPS partidário’ da Folha de São Paulo (Mariani et al., 2024)

2.3 Raça e etnia conforme categorização pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

As categorias de raça e etnia utilizadas em estatísticas oficiais e políticas públicas no Brasil são baseadas na autodeclaração. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reconhece cinco categorias autodeclaradas: branco, preto, pardo, amarelo (ascendência asiática) e indígena (IBGE, 2025). Diversos estudos agregam essas categorias em dois grupos mais amplos – “branco” e “não-branco” (preto, pardo, amarelo e indígena) – a fim de captar a profunda divisão racial estrutural que influencia o acesso a recursos e posições de poder (Bueno e Dunning, 2017).

De acordo com o Censo do IBGE de 2022, 45,3% da população brasileira se autodeclara parda, 10,2% preta, 0,8% indígena e 0,4% amarela (Belandi e Gomes, 2023). Ou seja, mais da metade da população se identifica como negra ou de ascendência negra mista (preto + pardo), enquanto proporções menores se identificam como indígenas ou asiáticas.

No entanto, essa diversidade não se reflete na representação política. Na Câmara dos Deputados eleita em 2022, apenas 26% dos parlamentares se autodeclararam pretos ou pardos – 134 de um total de 512 deputados (Agência Câmara, 2022). Essa discrepância evidencia como as desigualdades raciais continuam a moldar o acesso ao poder político e a visibilidade na esfera pública. Por isso, o presente estudo trata a raça como uma dimensão analítica central para compreender os mecanismos de exclusão e sub-representação.

A utilização da distinção entre “branco” e “não-branco” neste estudo tem duas finalidades principais: Destacar a exclusão histórica e persistente de brasileiros não-brancos dos espaços formais de poder, e proteger o anonimato das participantes, especialmente em casos em que a identificação racial poderia levar ao reconhecimento individual. Em alguns momentos, o relatório também utiliza o termo “negro” para se referir coletivamente a pretos e pardos, seguindo a classificação oficial do Estatuto da Igualdade Racial (Senado Federal, 2021). No contexto brasileiro, ambas as categorias designam populações afrodescendentes. Os termos “negro” e “indígena” são empregados somente quando relevantes para evidenciar dimensões interseccionais da violência política e apenas quando seu uso não compromete o anonimato das participantes.

2.4 Classificação da TF-GBV

Utilizando uma abordagem abdutiva, fundamentada na literatura existente e em estudos não acadêmicos sobre a classificação da TF-GBV, e em colaboração com o dRPC, foi desenvolvida uma tipologia para categorizar ataques em mídias sociais em seis grupos, conforme descrito a seguir.

- **Ataques baseados na identidade:** Mensagens que têm como alvo a raça, etnia, nacionalidade, classe social, deficiência, identidade LGBTQIA+, idade ou religião de uma pessoa. Frequentemente contêm linguagem racista, xenófoba, capacitista ou intolerante, explorando hierarquias sociais interseccionais e normas dominantes para produzir conteúdo sensacionalista.
- **Ataques baseados em estereótipos de gênero:** Mensagens que mobilizam clichês misóginos ou padrões duplos de julgamento, como acusar mulheres de serem “más mães”, negligenciarem responsabilidades domésticas ou utilizarem sua sexualidade para obter vantagens políticas. Esses ataques reforçam normas de gênero tradicionais sobre feminilidade, sexualidade e papéis domésticos, punindo mulheres que transgridem essas expectativas ao buscar ou exercer poder político.
- **Ataques à aparência e à personalidade:** Mensagens que criticam a aparência física, forma de vestir ou comportamento de uma mulher, utilizando rótulos como “emotiva demais”, “agressiva”, “feia” ou “mal vestida”. São estratégias de humilhação que buscam constranger e reafirmar padrões considerados “aceitáveis” de feminilidade.
- **Ataques ao juízo moral:** Mensagens que questionam a integridade, a honestidade ou o caráter de uma pessoa, associando-a a corrupção, oportunismo ou condutas consideradas inadequadas. Quando direcionados a mulheres, esses ataques frequentemente se apoiam em normas de respeitabilidade de gênero, intensificando acusações para minar sua credibilidade e legitimidade pública.
- **Ataques à competência e à capacidade de governar:** Mensagens que questionam a qualificação de uma mulher para ocupar cargos de decisão, por meio de rótulos como “incompetente”, “inexperiente” ou termos depreciativos como “marionete” ou “estúpida”. Esses ataques derivam de estereótipos que retratam as mulheres como menos racionais, capazes ou autoritárias do que os homens, e frequentemente insinuam que seus êxitos resultam de favorecimento masculino.
- **Ataques às políticas e ao alinhamento político-ideológico:** Mensagens que têm como alvo o partido, a ideologia ou as posições políticas de uma pessoa, incluindo ataques ao feminismo, aos direitos reprodutivos ou a outras agendas progressistas. Esses discursos costumam enquadrar tais pautas como ameaças às normas de gênero tradicionais, buscando deslegitimá-

a atuação política de mulheres e desestimular transformações progressistas.

- **Outras / Não especificadas:** Mensagens que não se enquadram nas categorias acima. Incluem incitação à violência física (como chamadas explícitas para ferir ou matar), ataques transmitidos por emojis ou outras formas de abuso não categorizadas.

Ao todo, 6.426 mensagens foram analisadas manualmente, das quais 1.165 foram classificadas como “ataques” e codificadas nessas categorias (não exclusivas). Os resultados dessa categorização são apresentados na seção seguinte.

2.5 Abordagem teórica: das normas sociais ao impacto na democracia

Este estudo adota uma perspectiva interseccional de gênero para examinar as normas estruturais e sociais que moldam tanto as experiências quanto as respostas à TF-GBV. As normas de gênero são entendidas como expectativas socialmente compartilhadas que definem papéis, comportamentos e atributos considerados apropriados para mulheres e homens, moldando relações de poder e o acesso a espaços políticos (Lovenduski, 1998; Marcus e Harper, 2014). Identidades interseccionais – como raça/etnia, classe, idade, sexualidade, identidade de gênero e filiação política – não apenas aumentam a vulnerabilidade à violência, mas também reconfiguram qualitativamente a forma como essas desigualdades se manifestam (Crenshaw, 1991; Kuperberg, 2018).

No contexto político, tais normas frequentemente constroem a liderança como inherentemente masculina, situando as mulheres como “exceções” cuja legitimidade é continuamente negociada (Krook e Sanín, 2016b). Essa expectativa é reproduzida por meio de instituições formais, como regras partidárias e processos de seleção de candidaturas, bem como por redes e práticas informais que reforçam a predominância masculina na representação política (Bjarnegård e Kenny, 2015; Sanjaume-Calvet et al., 2023). Esse conjunto de dinâmicas restringe o acesso das mulheres a posições de liderança e intensifica o escrutínio, as sanções e o controle social quando elas desafiam expectativas patriarcas.

Conforme discutido anteriormente, o estudo se fundamenta no MDI (Ricard et al., 2025), que oferece uma estrutura para compreender como diferentes formas de desordem informacional – incluindo desinformação, discurso de ódio e violência online – emergem, circulam e produzem efeitos no mundo real. Dentro dessa estrutura, normas sociais funcionam como fatores facilitadores da TF-GBV, sendo instrumentalizadas por atores motivados para perpetuar ataques que afetam o ecossistema informacional e, em última instância, a democracia.

Ataques digitais contra mulheres políticas, como insultos, assédio e desinformação, frequentemente reproduzem narrativas misóginas que as retratam como incapazes de governar, moralmente comprometidas ou inadequadas para ocupar o espaço público (OSCE/ODIHR, 2022; Rheault et al., 2019). Esses ataques mobilizam normas que associam a feminilidade à emotividade, à domesticidade e à pureza moral, enquanto promovem atributos tradicionalmente associados à masculinidade, como racionalidade e autoridade (Johnson, 2020; Teele et al., 2018).

A interseccionalidade é fundamental para compreender como essas táticas ativam estruturas de poder históricas, produzindo padrões de dano distintos. No Brasil, o assédio online é profundamente moldado por hierarquias sociais de raça, gênero e sexualidade (Valente, 2023). Esses estereótipos influenciam tanto a percepção dos eleitores quanto a cultura partidária, moldando processos de recrutamento, promoção e apoio a candidaturas femininas (Rohrbach, 2025; Ditonto, 2017). Pesquisas anteriores identificam múltiplos atores, como usuários individuais, políticos, plataformas, mídia partidária e redes de extrema-direita, que mobilizam estereótipos misóginos, racializados e

sexualizados (Blanco-Alfonso et al., 2022) e exploram mecanismos de amplificação algorítmica para ampliar o alcance desses ataques (Durántez-Stolle et al., 2023).

As implicações são profundas. A violência de gênero persistente prejudica não apenas as mulheres diretamente atacadas, mas também desencoraja potenciais candidatas a ingressar na política (Vrielink e van der Pas, 2024). No Brasil, a violência política contra mulheres opera como um instrumento de poder e exclusão, silenciando especialmente mulheres de grupos racializados e historicamente marginalizados por meio de assédio simbólico, psicológico e digital (Pinho, 2023), reforçando estruturas de desigualdade (Carneiro, 1995). No nível sistêmico, a violência de gênero perpetua normas exclucentes (Erikson et al., 2023), reduz a participação e a representação e corrói a confiança pública nas instituições democráticas (Di Meco, 2021).

Assim, o MDI permite compreender a TF-GBV não apenas como um dano digital, mas como um projeto sociotécnico e ideológico: normas de gênero interseccionais (fatores facilitadores) são ativadas por motivações políticas (atores), traduzidas em narrativas e táticas específicas e amplificadas por funcionalidades e algoritmos das plataformas. Essa dinâmica produz impactos diretos sobre a participação política, a representação e a confiança institucional. Em síntese, situar esses mecanismos no contexto da democracia reforça o ponto central deste estudo: a TF-GBV ameaça não apenas indivíduos, mas a saúde democrática como um todo.

2.6 Reflexividade

Como parte do processo de pesquisa, é fundamental manter transparência sobre como o estudo foi conduzido, incluindo hesitações, erros, expectativas, frustrações, momentos de insight e até os prazeres encontrados ao longo do caminho (O'Reilly, 2009). Todas as autoras se identificam como feministas e possuem uma inclinação política de esquerda, estando cientes de que essas posições podem ter influenciado a interpretação dos resultados. Para mitigar possíveis vieses, a equipe de pesquisa realizou discussões reflexivas regulares, questionou mutuamente suas suposições e colaborou na revisão das decisões de codificação, garantindo a incorporação de múltiplas perspectivas.

As autoras também reconhecem que suas redes profissionais são mais consolidadas em partidos de esquerda. Com o objetivo de contrabalançar essa assimetria, foram feitos esforços deliberados para recrutar entrevistadas de todo o espectro político, resultando em uma amostra que, embora não perfeitamente simétrica, apresenta diversidade ideológica substancial.

Por fim, todas as entrevistas foram conduzidas pelas três autoras. Isso foi particularmente significativo, considerando que o estudo abordou temas altamente sensíveis, incluindo experiências de violência física e abuso. É provável que as entrevistadas tenham se sentido mais confortáveis, acolhidas e dispostas a compartilhar abertamente ao conversar com outras mulheres. Essa dinâmica é considerada uma importante fortaleza metodológica do estudo.

3 Resultados: mecanismos e impactos da TF-GBV

Os resultados do estudo são apresentados em duas seções, alinhadas às questões de pesquisa delineadas na introdução. Esta seção analisa os mecanismos e os impactos da TF-GBV. Ela examina como identidades interseccionais (raça, etnia, identidade de gênero e idade) moldam as experiências das mulheres; quem impulsiona os ataques, quando e onde eles se intensificam; as narrativas e plataformas mobilizadas; e como os danos se propagam entre os ambientes online e offline, em cascata, do nível pessoal ao profissional e ao democrático. A seção seguinte (Seção 4) analisa como os partidos políticos conceituam e respondem à TF-GBV, situando essas respostas no contexto institucional mais amplo.

3.1 Como identidades interseccionais moldam a TF-GBV

Pesquisas recentes têm enfatizado que a violência política contra mulheres não se manifesta de forma uniforme (Koch et al., 2025). Os resultados deste estudo confirmam que a TF-GBV na política brasileira tampouco segue um padrão único de abuso. Trata-se, ao contrário, de uma forma dinâmica e adaptativa de violência política, direcionada de maneira deliberada a mulheres que ocupam espaços de participação pública.

As identidades múltiplas reconfiguram ativamente a forma como a TF-GBV opera, determinando quem se torna alvo, quais narrativas são utilizadas para enquadrar os ataques, de onde esses ataques se originam e quais consequências produzem, desde danos psicológicos até o silenciamento e a limitação da plena participação política das mulheres. Essas constatações revelam nuances fundamentais que devem orientar a forma como partidos e demais atores enfrentam a TF-GBV, se desejam respostas eficazes e inclusivas que não reproduzam a exclusão das mulheres sistematicamente desfavorecidas.

Raça e etnia como fatores centrais na TF-GBV

Os ataques baseados em estereótipos de gênero (isto é, a misoginia de gênero de modo geral) atuam como fundamento comum em todos os grupos, mas a forma, a intensidade e os alvos dessa violência são condicionados por raça, etnia, classe social, idade, sexualidade, identidade de gênero e filiação política. Entre esses fatores, raça, etnia e identidade de gênero (particularmente no caso de mulheres trans) se destacam como eixos centrais que estruturam o repertório dos ataques.

Mulheres não brancas, tanto de esquerda quanto de direita, enfrentam formas explicitamente racializadas e interseccionais de TF-GBV, marcadas por insultos racistas (por exemplo, “macaca”), ofensas xenófobas (como “índia fake”) e um questionamento persistente de seu pertencimento e autenticidade (por exemplo, “seu povo nem sequer a reconhece como indígena”). Essas dinâmicas evidenciam como as hierarquias raciais se entrelaçam com as estruturas de poder de gênero, impondo um fardo adicional e mais intenso sobre mulheres não brancas na política¹.

Tanto mulheres indígenas de esquerda quanto de direita entrevistadas para este estudo relataram que suas identidades étnicas são frequentemente colocadas em dúvida como estratégia para minar sua legitimidade política.

¹ O racismo estrutural também afeta homens. No entanto, como este estudo tem como foco a violência de gênero facilitada pela tecnologia, a análise se concentra nas experiências das mulheres e não aprofunda os impactos específicos sobre os homens.

'Um dos colegas de um partido da oposição falou uma frase de praxe: 'Ah, ela nem é índia de verdade, veio tomar posse de iPhone, não de arco e flecha...'

Mulher indígena, esquerda

Esses comentários evocam estereótipos coloniais que associam a identidade indígena ao primitivismo, negando às mulheres indígenas o direito de transitar pela modernidade e, ao mesmo tempo, ocupar espaços de poder. Essa dinâmica também foi destacada por uma mulher indígena de direita, que afirmou que sua posição política intensificava o volume e a agressividade desses ataques.

'Eu sofro muito mais [discriminação] pelo fato de ser indígena [ao invés de pelo fato de ser mulher] e não pensar como a maioria quer que eu pense'

Mulher indígena, direita

Seu depoimento evidencia que a discriminação que enfrenta não é apenas racializada, mas também marcada por disputas políticas, já que sua filiação conservadora contraria o “ideal imaginado” de uma mulher indígena necessariamente alinhada a pautas progressistas. Em ambos os casos, essas experiências revelam como a violência de gênero opera por meio de lógicas coloniais que procuram enquadrar os corpos, os comportamentos e as agendas das mulheres indígenas em narrativas de subordinação, punindo aquelas que transgridem expectativas normativas e silenciando a dissidência política.

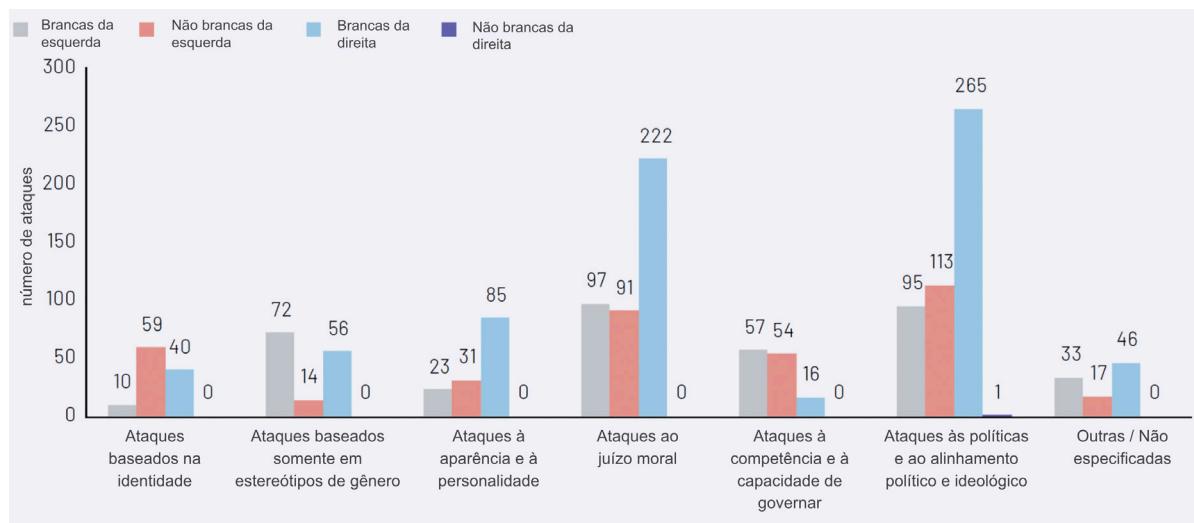
Essa dimensão interseccional é igualmente marcante nas experiências de mulheres negras. Os ataques que elas enfrentam combinam gênero, raça e política, mobilizando insultos racistas e referências a Marielle Franco, como forma de deslegitimá-las e intimidá-las. Essas mensagens funcionam não apenas como agressões pessoais, mas também como advertências coletivas dirigidas a outras mulheres negras na política, reforçando a exclusão estrutural e desencorajando novas candidaturas. Ao invocar normas de gênero e raça sobre quem é considerado “adequado” para ocupar a esfera pública, essa violência atua como um mecanismo de controle social, disciplinando mulheres que desafiam fronteiras tradicionais de gênero, raça e poder (Krook e Sanín, 2016b).

'Eu já tive ameaça de morte, e no meu caso ela foi muito grifada. Eu recebi um e-mail aqui para o nosso gabinete [...] me chamando de macaca e dizendo que eu tinha que morar com a Marielle em outro lugar. Assim, de raça, eu tenho vários desses assim'

Mulher negra, esquerda

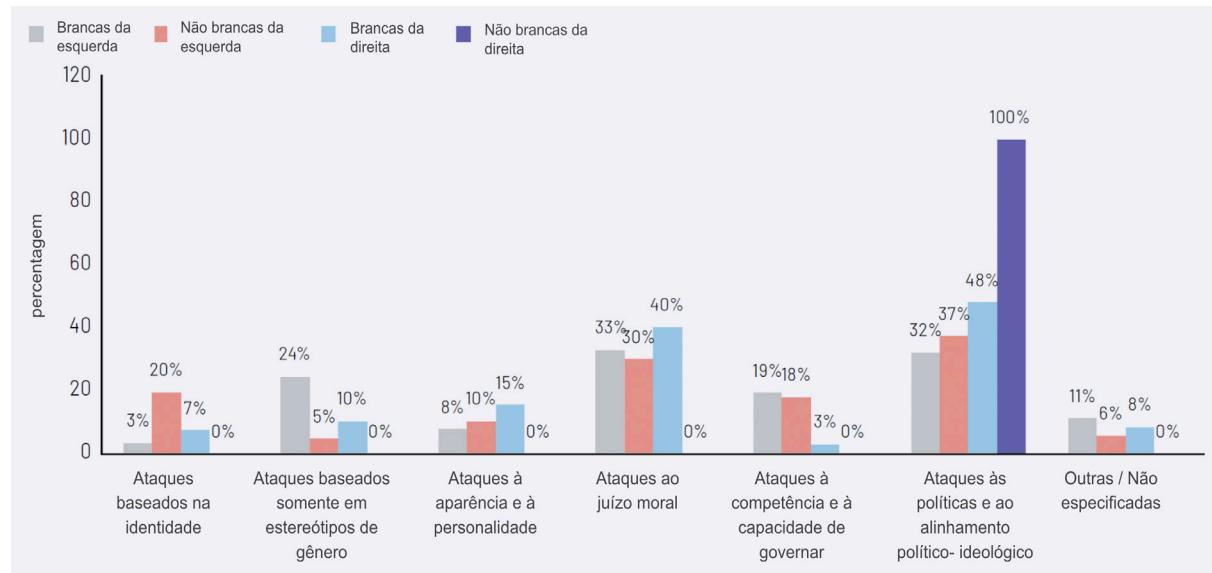
É importante destacar que as entrevistas corroboram os padrões observados na análise dos dados do Telegram. Conforme mostrado nas Figuras 3 e 4, a maior incidência de ataques contra mulheres não-brancas de partidos de esquerda ocorreu na categoria de ataques baseados em identidade (20%, ou 59 ataques), enquanto proporções significativamente menores foram observadas entre mulheres brancas tanto da esquerda (2%) quanto da direita (7%). Como mencionado anteriormente, é relevante notar que nenhum ataque direcionado a políticas não-brancas de direita foi identificado no conjunto de dados analisado no Telegram, o que não significa, porém, que tais ataques não ocorram, apenas que não foram capturados nesta amostra.

Figura 3. Distribuição dos tipos de ataque identificados no conjunto de dados do Telegram (números absolutos)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na análise de dados do Telegram.

Figura 4. Distribuição dos tipos de ataque identificados no conjunto de dados do Telegram (percentagem)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na análise de dados do Telegram.

Identidade de gênero e idade são vetores adicionais de ataque

Os resultados indicam que a raça se articula com outros marcadores identitários, como a identidade de gênero. Uma política negra trans de um partido de esquerda relatou que os ataques que recebe tendem simultaneamente a questionar sua identidade e a hipersexualizá-la.

'[Eu enfrento] uma sistemática campanha de questionamento acerca da minha identidade de gênero... E, ao mesmo tempo, uma contínua abordagem hipersexualizante por homens, que na maioria se identificam como cis héteros.'

Mulher negra, esquerda

Ela relata que, os ataques muitas vezes circulam em plataformas amplas como Instagram e Facebook, no entanto, o assédio mais intenso e desumanizador se concentra em grupos de WhatsApp. Seu depoimento evidencia como a violência de gênero contra mulheres trans assume um caráter profundamente sexualizado. É importante destacar que esses ataques frequentemente combinam misoginia, transfobia e racismo (Dunn, 2020), com o objetivo de deslegitimar tanto sua identidade quanto sua atuação política. De forma semelhante, o estudo identificou mensagens no Telegram direcionadas a Erika Hilton, deputada federal trans de esquerda, nas quais seu nome de nascimento (masculino) e nomes masculinos eram utilizados intencionalmente para invalidar sua identidade.

'Erika Hilton, que na verdade é [nome morto], diz que é preconceito o fato de outros não o aceitarem como ele é, mas nem ele aceita ser homem, e finge ser mulher'

Ataque contra Erika Hilton retirado da base de dados do Telegram

Quando mulheres na política não são previamente alvo de estigmas raciais ou de não conformidade de gênero ou sexual, a idade tende a se tornar o eixo mais disponível e socialmente legitimado para ataques. Embora mulheres não-brancas também enfrentem discriminação etária, as entrevistas sugerem que esse tipo de agressão aparece com maior frequência e visibilidade nas experiências de mulheres brancas cisgênero. Neste grupo, a idade é mobilizada para enquadrá-las como "jovens demais para estar na política" ou "velhas demais para exercer o cargo", deslocando o foco de suas capacidades para sua suposta adequação etária. Como observou uma entrevistada de esquerda, ataques baseados na idade reconfiguram, ao longo do tempo, os critérios pelos quais a legitimidade das mulheres é contestada na esfera política.

'Como uma mulher jovem, era um tipo de violência, como uma mulher madura é um tipo de violência. [...] eu já comecei a escutar pessoas dizendo, 'o que eu tenho de idade, o que tu tem de mandato', 'já tá na hora de se aposentar'.'

Mulher branca, esquerda

O preconceito etário não opera isoladamente; ao contrário, entrelaça-se com o sexismo, produzindo um efeito de dupla penalização, no qual as mulheres são desqualificadas tanto por serem mulheres quanto por serem vistas como "jovens demais" para ocupar cargos políticos ou como "tendo passado do seu auge". Esse duplo estigma intensifica os esforços de marginalização e afastamento das mulheres da vida pública (Beery e Swayze, 2023). Durante a campanha de Tabata Amaral para a prefeitura, por exemplo, diversos ataques no Telegram foram abertamente etaristas, sugerindo que sua juventude a tornava incapaz de governar. Esse padrão também se reflete nas experiências de mulheres mais velhas na política, que relatam ouvir insultos que vinculam idade à domesticidade e à obsolescência, como "não tem comida para cozinhar?" ou "não tem filhos para cuidar?". Essas expressões utilizam a idade como marcador para relegar as mulheres à esfera privada, reforçando normas de gênero e minando sua legitimidade como agentes políticas.

'candidata adolescente Batata Amaral'

Ataque contra Tabata Amaral retirado da base de dados do Telegram

O preconceito etário atravessa todos os grupos, mas as entrevistas indicam que ele se manifesta com maior frequência nos relatos de mulheres brancas cisgênero. Uma explicação provável está na diferença de visibilidade. Historicamente, o racismo estrutural limitou de forma mais intensa o

acesso de mulheres não-brancas à política institucional. Como consequência, as gerações mais antigas de mulheres que chegaram a ocupar cargos públicos são desproporcionalmente brancas e, muitas vezes, mais visíveis em razão de trajetórias políticas mais longas (Santos, 2009; Castelli-Rosa e Lins, 2023).

Estereótipos de gênero e violência baseada na aparência atravessam todos os grupos

Em todos os grupos, as mulheres na política relatam, de forma consistente, serem alvo de insultos misóginos e assédio sexual, incluindo o envio de pornografia e imagens explícitas não solicitadas. Esses ataques utilizam a sexualização como ferramenta para humilhar, intimidar e deslegitimar sua presença na esfera pública. Como observou uma entrevistada que atua como liderança partidária de direita:

'Os caras mandam [fotos de] pinto para você, mandam fotos deles pelados, ficam fazendo propostas dessas coisas. Toda eleição tem.'

Mulher branca, direita

Além do assédio sexual explícito, as entrevistadas relataram uma série de ataques que reforçam papéis de gênero tradicionais e expectativas domésticas, como ataques dizendo "vá lavar a louça". Essas mensagens funcionam como mecanismos de policiamento da ordem de gênero, utilizando a humilhação e o ridículo para empurrar as mulheres de volta à esfera privada e doméstica (Stewart et al., 2021). Assim, enquadram a participação das mulheres na política como uma transgressão de seu "lugar apropriado" na sociedade.

A vigilância moral de gênero também desempenha um papel central na deslegitimização da autonomia feminina, insinuando que suas carreiras dependem de homens e não de mérito próprio. Essas narrativas reforçam normas patriarciais que negam a capacidade de ação política das mulheres e minam sua autoridade (Brugnoli et al., 2022; Koch et al., 2024).

Mulheres brancas cisgênero, em particular, são alvos frequentes de julgamentos estéticos (ataques à aparência e à personalidade) e moralistas que buscam desqualificar sua legitimidade política. Esse padrão inclui campanhas de humilhação corporal, muitas vezes marcadas por crueldade e sexualização, e narrativas que distorcem ou desacreditam suas agendas. Essa tendência é confirmada pelos dados do Telegram, que mostram que mulheres brancas cisgênero, tanto de direita quanto de esquerda, foram frequentemente alvo de ataques de julgamento moral (40% e 33%, respectivamente). Da mesma forma, ataques centrados na aparência e personalidade foram significativamente mais frequentes contra mulheres brancas de direita (85 ataques), superando amplamente os direcionados a mulheres não-brancas de esquerda (31 ataques). Como lembrou uma política de direita:

'Estavam fazendo uma campanha contra mim usando a questão do meu peso (...). Fazendo até coisas sexuais com animais, coisas horríveis.'

Mulher branca, direita

Essas conclusões estão alinhadas com pesquisas já existentes. O relatório #ShePersisted (2024) documenta o uso recorrente de insultos baseados na aparência e em narrativas moralizantes contra mulheres em posições públicas, especialmente aquelas associadas a agendas feministas

ou progressistas. Isso reflete uma dinâmica mais ampla da polarização política no Brasil, na qual os corpos e as reputações de mulheres progressistas se tornam instrumentos de disputa pela hegemonia cultural e ideológica.

Além disso, mulheres na política enfrentam a divulgação de dados pessoais, campanhas difamatórias coordenadas com o uso de memes e notícias falsas, bem como a mobilização de bots e contas inautênticas para intensificar o assédio. Embora homens na política também enfrentem essas táticas, a natureza e a intensidade dos ataques diferem significativamente (Eckert e Metzger-Riftkin, 2020). No caso das mulheres, essas agressões são frequentemente acompanhadas de ameaças de estupro, muitas vezes estendidas a seus filhos e outros familiares. Ataques contra familiares, especialmente crianças, aparecem de forma predominante nos relatos de mulheres e refletem normas de violência digital profundamente marcadas por questões de gênero.

"Compartilhando o destino de Marielle": ataques da extrema-direita a mulheres de diferentes espectros políticos

Em todo o espectro político, as entrevistadas relataram ter sido alvo de campanhas digitais coordenadas por grupos de extrema-direita, motivadas menos por discordância política e mais por misoginia generalizada. Essas campanhas utilizam desinformação e abusos de gênero para silenciar e intimidar mulheres na vida pública. Esse padrão também aparece de forma consistente nos dados do Telegram.

Entre todos os ataques analisados na plataforma, cerca de dois terços tiveram origem em grupos de direita. Ao observar especificamente os ataques contra mulheres de partidos de esquerda, quase todos os incidentes (97%) partiram de grupos de direita. As entrevistadas de esquerda identificaram, de maneira recorrente, atores de extrema-direita e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro como principais responsáveis pela TF-GBV, descrevendo-os como redes organizadas que coordenam campanhas, difundem desinformação e promovem conteúdo misógino. Como observou uma liderança partidária:

'Nós temos os grandes players de legitimação da misoginia no Brasil, que são os principais expoentes da extrema direita localmente, regionalmente e nacionalmente.'

Mulher branca, esquerda

Um exemplo emblemático é o caso de Maria do Rosário, uma política do PT com longa trajetória na defesa de pautas feministas em temas culturalmente sensíveis, como o aborto, e que tem sido repetidamente rotulada como "defensora de estupradores". Essa acusação, amplamente falsa, já foi desmentida pela Agência Lupa – veículo certificado pela Rede Internacional de Checagem de Fatos (Lupa, 2020) – mas foi deliberadamente construída e amplificada por opositores de direita para minar sua credibilidade, associando-a a comportamentos considerados moralmente inaceitáveis pela opinião pública. Mesmo após checagens extensivas, a narrativa continua circulando em espaços digitais, ilustrando como a desinformação, uma vez disseminada, pode operar como instrumento persistente e eficaz de perseguição política.

Esses ataques tendem a ser particularmente violentos, combinando múltiplas táticas de desinformação, como notícias falsas, memes e estratégias de inversão de reputação, com o objetivo de deslegitimar agendas progressistas e silenciar vozes dissidentes. Como explicou uma entrevistada:

[mulheres em] um lugar histórico e cultural determinado de submissão não vão sofrer o confrontamento. Poderão sofrer quando levantarem a cabeça. Mas nós, mulheres que temos uma perspectiva feminista, o que quisessem fazer conosco é que o nosso destino fosse como da Marielle.'

Mulher branca, esquerda

Da mesma forma, uma política de direita relatou ter sido atacada por um grupo de extrema-direita dentro do próprio campo ideológico ao qual pertence, explicando:

'...E eu sou de direita. Era um grupo do meu próprio espectro político, inconformado, porque eu era de um partido de esquerda e tinha ido para um partido de direita depois.'

Mulher branca, direita

Esse padrão também aparece de forma clara nos dados do Telegram. Por exemplo, mais de 70% dos ataques contra Carla Zambelli partiram de grupos igualmente de direita. Em outras palavras, ela foi frequentemente alvo de seus próprios aliados ideológicos. Essa dinâmica evidencia fraturas internas na direita, particularmente após a derrota eleitoral de Bolsonaro, quando Zambelli passou a funcionar como bode expiatório (Mizael, 2025). Na véspera do segundo turno das eleições de 2022, Zambelli sacou uma arma e apontou para um homem em uma rua de São Paulo (G1, 2022), em um episódio amplamente disseminado online. Posteriormente, Bolsonaro sugeriu que o incidente "lhe custou o mandato", consolidando Zambelli como uma figura conveniente para a responsabilização pública pela derrota (UOL, 2025). Essa tendência se intensificou após suas condenações em 2025, que agravaram sua imagem pública e ampliaram o volume de ataques.

Seu caso demonstra como práticas difamatórias e estratégias de ataque são empregadas de maneira sistemática dentro dessas redes. De fato, devido à sua alta visibilidade e ao caráter polarizador de sua figura, o número de ataques dirigidos exclusivamente a Zambelli é equivalente ao total de ataques contra todas as figuras de esquerda incluídas na amostra. Ainda mais significativo, Zambelli foi alvo de 439 ataques vindos de grupos tipicamente associados à extrema-direita, incluindo canais conspiratórios e grupos neonazistas. O tom desses ataques combinava acusações de traição com desqualificações baseadas em gênero, retratando-a como uma "infiltrada" e mobilizando suas antigas associações com pautas feministas para questionar a autenticidade de seu conservadorismo.

'Mais uma máscara caída, Carla Zambelli acaba de se revelar quem é na verdade, uma infiltrada usando o conservadorismo e um tiro no pé naqueles que confiou seu voto nessa traidora. Esperar o que de uma feminista, muito estranho uma ex-feminista se converter ao conservadorismo de uma hora pra outra, bem que alguns avisou que ela não é confiável, e eles estavam certos'

Ataque contra Carla Zambelli retirado da base de dados do Telegram

Uma entrevistada de direita relatou ter sido alvo de ataques provenientes do que descreveu como "esquerda radical", alegando a existência de campanhas coordenadas envolvendo desinformação

e assédio online. No entanto, esse padrão não se refletiu de forma clara nos dados do Telegram analisados.

Mulheres sofrem ataques dentro de seus próprios espectros políticos e/ou partidos

Entrevistadas de direita relataram ataques provenientes de dentro de seus próprios partidos, que atuam como formas de controle institucional e de exclusão. Vazamentos internos de dados pessoais, campanhas de desinformação e sabotagens deliberadas por colegas homens funcionam como mecanismos de disciplinamento, reforçando normas patriarcais que restringem a autonomia e o avanço das mulheres em partidos conservadores. Uma entrevistada de direita, por exemplo, relatou que um ex-assessor vazou suas informações pessoais para terceiros (doxxing), incluindo seu endereço residencial, colocando-a em situação de risco.

Esses ataques também se manifestam como formas de afirmação ou pressão política, como ilustrado pelo relato de uma mulher indígena de direita. Ela organizou uma reunião de mulheres indígenas e convidou vereadores de diferentes partidos, incluindo independentes, na tentativa de obter apoio público de seus pares homens. Nenhum deles compareceu. A ausência foi interpretada como um gesto de deslegitimização das agendas políticas das mulheres indígenas, contribuindo para sua maior marginalização nos espaços institucionais. Outra mulher indígena relatou que um membro de seu próprio partido escreveu em um grupo de WhatsApp:

'Não sei quem te convenceu de que você poderia ser alguma coisa.'

Mulher indígena, direita

A natureza violenta desses ataques pode escalar significativamente. Uma política relatou ter sido alvo, ao longo de anos, de uma campanha de difamação, intimidação e assédio nas redes sociais, orquestrada por membros de seu antigo partido. Ela descreveu a gravidade das ameaças que enfrentou:

'Me ameaçaram de morte, me ameaçaram de estupro, ameaçaram estuprar minha filha e depois degolar minha filha na minha frente, entre algumas das ameaças que eu sofri nas redes sociais.'

Mulher branca, direita

Os ataques ideológicos não são exclusivos da direita: nos dados do Telegram, uma pequena proporção (5%) dos ataques contra Tabata Amaral tem origem em grupos de esquerda. É provável que estejam relacionados às suas posições políticas e a votos no Congresso que, em determinados momentos, divergiram das expectativas do campo progressista. Esse padrão sugere que o não alinhamento a critérios de "pureza ideológica" pode gerar hostilidade interna, expondo mulheres políticas a novas formas de assédio direcionado dentro de seus próprios espectros partidários.

Ataques coordenados

Em entrevistas, representantes de ambos os espectros políticos descreveram ter enfrentado redes anônimas ou compostas por contas automatizadas. As políticas relataram ataques coordenados vindos de perfis sem identificação clara, embora haja divergências sobre essas contas serem, de fato, bots ou se operam por meio de pessoas reais. Uma entrevistada relatou ter descoberto que os agressores "recrutavam estudantes universitários que ficavam em salas, usando computadores, me atacando o dia todo".

A análise do Telegram realizada neste estudo corrobora essas alegações de orquestração, já que os picos de ataques tendem a ser compostos por mensagens repetidas, copiadas e coladas em diferentes grupos, indicando campanhas coordenadas, e não hostilidade espontânea. Por exemplo, durante os picos de abuso direcionados a Erika Hilton em junho de 2025 (ver Figura 6 na Seção 3.2), posteriormente condenados por seu partido, 75% das mensagens consistiam na mesma formulação repetida:

'Erika Hilton é a expressão viva do livro de George Orwell, 'A revolução dos bichos': Para ela combater o malvado capitalismo, 'alguém' tem que sofrer para ficar loira de cabelo liso, usar roupas de grife e ir a Paris, ver o show da Beyoncé para defender a 'causa' de vocês.'

Ataque contra Erika Hilton retirado da base de dados do Telegram

Outros picos também foram identificados, como aqueles direcionados a Carla Zambelli no final de 2022 (ver Figura 6 na Seção 3.2). Dos 82 ataques registrados durante as eleições gerais (Presidência, Congresso e Governadores) em dezembro de 2022, mais de 90% consistiam em mensagens repetidas, e pelo menos cinco mensagens distintas foram identificadas, cada uma republicada três ou mais vezes em diferentes grupos.

Identidades demográficas e políticas moldam as experiências da TF-GBV

De modo geral, os resultados confirmam que tanto identidades demográficas (como raça/etnia, idade e identidade de gênero) quanto identidades políticas moldam as experiências de VPG e TF-GBV. A Figura 5 demonstra como esses vetores de ataque se cruzam e são mobilizados estratégicamente, evidenciando padrões distintos de TF-GBV que emergem precisamente na interseção entre raça, filiação partidária e outros marcadores identitários.

Figura 5. Dinâmicas interseccionais da TF-GBV: padrões de ataque entre diferentes grupos



Nota: Devido ao tamanho limitado da amostra, a distribuição das categorias apresentada na Figura 5 deve ser interpretada com cautela. Algumas categorias podem refletir as experiências de um número reduzido de indivíduos, em vez de indicar padrões mais amplos. Assim, a figura tem como objetivo ilustrar a variedade e as formas de ataques relatados, e não sustentar inferências estatísticas.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do Telegram e análises de entrevistas.

Embora todas as mulheres na política estejam sujeitas a ataques básicos baseados em gênero, a intensidade e a forma desses ataques são moldadas por fatores como raça, etnia e identidade de gênero. Em todos os grupos, ataques relacionados à aparência e julgamentos morais são comuns, mas se manifestam de maneiras distintas ao longo de linhas raciais e políticas, sendo as mulheres brancas alvos mais frequentes de críticas estéticas e de policiamento moral.

A filiação política pode atuar tanto como proteção quanto como fonte de vulnerabilidade, já que grupos com motivações políticas instrumentalizam a TF-GBV em todo o espectro partidário. Conforme discutido, ataques intra partidários operam como mecanismos institucionais de controle: mulheres relataram vazamentos internos de dados pessoais, sabotagem deliberada por colegas homens e táticas de exclusão que reforçam hierarquias patriarcais dentro dos partidos. Ataques inter ideológicos emergem quando as posições políticas das mulheres divergem das expectativas de “pureza ideológica”, como nos casos de críticas da esquerda contra figuras centristas. Ao mesmo tempo, mulheres de direita enfrentam riscos particulares, como no caso de Carla Zambelli, cujas experiências ilustram como mulheres podem se tornar alvos significativos de seus próprios aliados ideológicos, refletindo fraturas internas e dinâmicas de produção de bodes expiatórios em redes conservadoras.

No contexto profundamente polarizado do Brasil, esses padrões revelam que a TF-GBV está estreitamente imbricada com disputas por poder político e representação. Para mulheres de esquerda, a violência online funciona como uma ferramenta de guerra ideológica voltada à deslegitimização de agendas progressistas. Para mulheres de direita, opera como mecanismo de disciplina e controle, especialmente dentro de estruturas partidárias dominadas por homens. Em conjunto, essas dinâmicas mostram que a polarização não apenas intensifica o volume dos ataques, mas também reconfigura sua lógica, moldando os atores, as plataformas e as narrativas por meio das quais a TF-GBV é produzida e amplificada.

3.2 A visibilidade importa mais do que as eleições

As eleições são amplamente reconhecidas como períodos de intensificação dos ataques contra mulheres na política (Gatto e Thome, 2024). No Brasil, pesquisas recentes confirmam esse padrão, mostrando que candidatas foram alvo de misoginia online intensa durante as eleições de 2022 (Koch et al., 2024). Estudos comparativos também indicam que níveis elevados de violência em períodos eleitorais podem reduzir a representação feminina nos parlamentos (Wood, 2024).

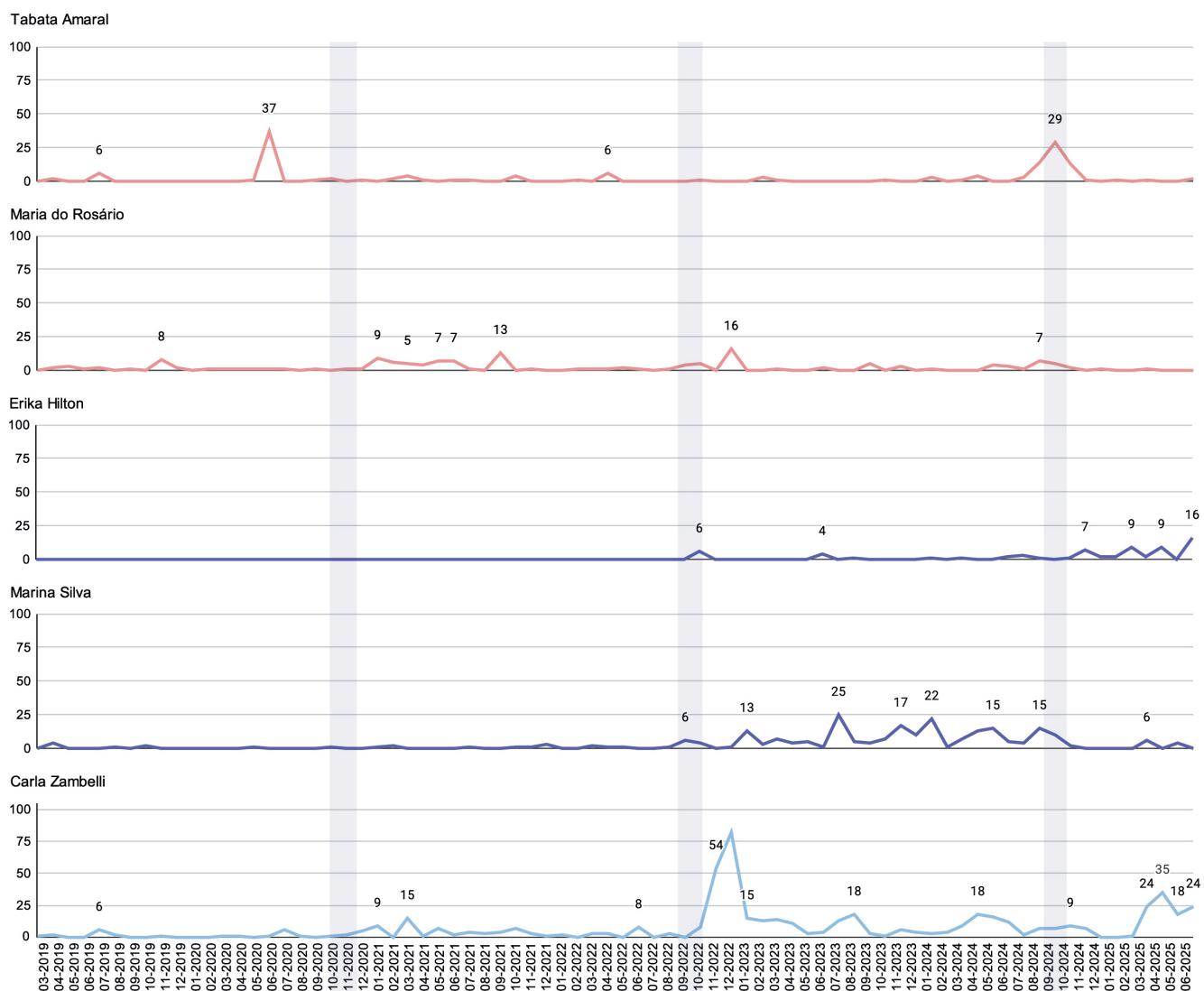
Para verificar se essa tendência se mantém e avaliar se as respostas à TF-GBV deveriam focalizar períodos específicos no tempo, este estudo combinou dados do Telegram referentes a três ciclos eleitorais (municipal de 2020, geral de 2022 e municipal de 2024) com entrevistas com mulheres políticas e lideranças partidárias. A análise mostra uma intensificação dos ataques durante os períodos eleitorais, mas também evidencia que eles persistem – e, em muitos casos, se ampliam – após a eleição, quando as mulheres passam a ocupar efetivamente seus cargos.

Isso sugere que a VPG não é limitada ao processo eleitoral, mas constitui uma prática contínua que acompanha a atuação das mulheres na vida pública. Vale ressaltar que esses padrões podem variar em outras plataformas não analisadas neste estudo, razão pela qual os resultados não devem ser generalizados em sentido amplo. Ainda assim, os achados levantam preocupações importantes sobre como e quando a TF-GBV ocorre e fornecem subsídios para a formulação de estratégias de resposta mais eficazes.

Ciclos eleitorais não constituem o principal determinante dos ataques

Entre os ataques coletados e classificados no Telegram – tanto contra políticas de direita (Carla Zambelli) quanto de esquerda (Tabata Amaral, Maria do Rosário, Erika Hilton e Marina Silva) – os períodos eleitorais não aparecem como os principais impulsionadores da agressão online de modo geral (Figura 6). Apenas dois picos claros coincidem diretamente com janelas eleitorais: um envolvendo Tabata Amaral durante a campanha municipal de 2024 e outro direcionado a Erika Hilton durante sua candidatura ao Congresso em 2022. Mesmo o pico registrado no caso de Carla Zambelli, em 2022, ocorreu depois das eleições, no momento em que ela foi transformada em bode expiatório pela derrota de Jair Bolsonaro, após o incidente em que sacou uma arma na rua (conforme descrito anteriormente). Nesse período, ela passou a ser atacada simultaneamente por grupos de direita, que a rotularam como traidora, e por grupos de esquerda, que ridicularizaram suas posições e escolhas políticas.

Figura 6. Análise temporal dos ataques em relação aos períodos eleitorais entre mulheres políticas selecionadas



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na análise de dados do Telegram.

Tabata Amaral, PSB (Eleições Municipais de 2024). Durante a campanha para a prefeitura de São Paulo em 2024, observou-se um aumento acentuado nos ataques via Telegram. Como uma das cinco principais candidatas, sua visibilidade cresceu significativamente, especialmente por meio de debates televisionados – em particular seus confrontos com o candidato populista Pablo Marçal – e de uma presença intensa nas redes sociais. Nesse período, muitos ataques passaram a chamá-la de “chataba”, apelido cunhado por Pablo Marçal e reproduzido em rede nacional (Boechat, 2024). O termo combina seu nome com a palavra “chata”, carregando conotações de infantilização e, implicitamente, fazendo referência à sua idade (30 anos na época).

A maior parte dos ataques se enquadra nas categorias de “ataques às políticas, ao alinhamento político e ideológico” e “ataques à competência e à capacidade de governar”, em consonância com os padrões gerais observados ao longo dos cinco anos de dados. Além disso, uma liderança partidária entrevistada neste estudo relatou que Tabata foi alvo de ataques envolvendo deepfakes durante a campanha, com sua imagem manipulada em conteúdo pornográfico, o que foi posteriormente confirmado pela imprensa (Galisi e Henud, 2025).

‘Ela teve as fotos dela totalmente mexidas e expostas e [todas nós] estamos vulneráveis a isso.’

Mulher branca, esquerda

Erika Hilton, PSOL (Disputa para o Congresso de 2022). Em 2022, Erika Hilton, vereadora negra e mulher trans de São Paulo, se candidatou pela primeira vez à Câmara dos Deputados. Durante o período eleitoral, foi identificado um pico de mensagens repetidas contra ela em diversos grupos do Telegram, sugerindo coordenação entre os emissores. Essas mensagens a acusavam falsamente de “defender a sexualização de crianças”, uma narrativa frequentemente utilizada por grupos conservadores para atacar pessoas LGBTQIA+. Embora esses ataques tenham sido classificados tecnicamente como “ataques às políticas, ao alinhamento político e ideológico”, seu conteúdo estava profundamente enraizado em violência transfóbica e misógina. A estratégia consistia em enquadrar identidades de gênero e expressões sexuais dissidentes como ameaças à moralidade pública e aos chamados “valores familiares”. Por exemplo:

**‘A Deputada tem como meta a criação de projetos como:
- Educação Sexual para Crianças a partir de 6 anos em
todas as escolas públicas do país - cirurgias de colocação
de silicone gratuitamente pelo SUS - Tornar crime o
impedimento de mulheres trans utilizarem o banheiro
feminino - Bolsa-Travesti, que garante uma renda mínima
para todas as mulheres trans de periferia’**

Ataque contra Erika Hilton retirado da base de dados do Telegram

Uma narrativa desinformativa semelhante, centrada na chamada “ideologia de gênero”, já havia sido empregada com sucesso em eleições anteriores no Brasil (Pacheco, 2023), o que torna plausível que esse tipo de ataque seja mobilizado estrategicamente para afastar potenciais eleitores.

Carla Zambelli, PL (Eleições Gerais de 2022, Período Pós-Eleitoral). Os dados do Telegram, após as eleições de 2022 e o incidente envolvendo Carla Zambelli com uma arma de fogo, indicam um aumento significativo nos ataques contra ela, predominantemente categorizados como “ataques ao juízo moral”. Esses ataques vieram de todo o espectro político. Grupos de direita a acusaram de traição, compartilhando mensagens como ‘As mentiras/manipulações intermináveis de Carla Zambelli’

e rotulando-a como parte de uma ‘*falsa direita*’. Por outro lado, grupos de esquerda recorreram a insultos com linguagem sexualizada, incluindo ‘*Eu te amo, Espanhola*’ (em que “espanhola” é empregada como termo de duplo sentido, remetendo tanto à nacionalidade quanto a uma posição sexual) e ‘*Deputada Carla Zambelli, cidadã exemplar, cristã, conservadora... e assinante de pornografia*’. No geral, os ataques se concentraram menos no incidente com a arma de fogo em si e mais em suas escolhas políticas e alianças anteriores, com muitos usuários alegando que ela teria traído Bolsonaro e rotulando-a como ‘*cobra*’ ou ‘*traidora*’.

De forma mais ampla, esses casos sugerem que, embora alguns períodos de campanha eleitoral coincidam com picos de ataques, tais episódios são exceções. A TF-GBV direcionada a mulheres na política tende a persistir – e, em muitos casos, se intensificar – para além do momento eleitoral, prolongando-se durante o exercício do mandato e moldando de maneira contínua sua atuação e visibilidade pública.

Proeminência e influência política sustentam ataques contínuos, independentemente das eleições

Como ilustrado pelo exemplo dessas mulheres políticas na Figura 6, os ataques contra mulheres na política tendem a ocorrer predominantemente fora dos períodos eleitorais. Esse padrão foi reiterado nas entrevistas: uma política eleita observou que “a violência política acontece durante o mandato e desencoraja as mulheres a permanecer”, enquanto outra relatou que, após ser eleita, “não conseguia mais andar sozinha... se alguém me reconhece e é apoiador de Bolsonaro, me xinga”.

Essas experiências demonstram que a violência não se limita ao momento da campanha, mas persiste (e muitas vezes se intensifica) ao longo do exercício do cargo. A análise revela que as mulheres na política são alvos em diferentes contextos, com picos de ataque que se estendem muito além dos ciclos eleitorais, incluindo os seguintes.

Mulheres em altos cargos enfrentam ataques constantes

Algumas políticas na amostra do Telegram ocupam posições de grande visibilidade na política brasileira, o que as torna alvos contínuos de agressões online. A Ministra Marina Silva exemplifica esse padrão. Figura política de longa trajetória, tendo concorrido à Presidência em diferentes eleições e atualmente à frente do Ministério do Meio Ambiente no governo Lula, ela enfrenta ondas recorrentes de ataques desde que assumiu o cargo. Esses ataques são impulsionados, em grande parte, pela hostilidade persistente da extrema-direita às agendas ambiental e climática, o que explica por que a maioria das agressões se enquadra na categoria de “ataques às políticas, ao alinhamento político e ideológico”.

Além disso, os múltiplos picos de ataques contra Marina Silva apresentam mensagens repetidas circulando em diferentes grupos do Telegram, indicando um certo grau de coordenação e disseminação estratégica. Entrevistadas também mencionaram um episódio recente de violência política presencial contra a Ministra durante uma audiência no Congresso, o que provocou ampla repercussão e pode ter contribuído para intensificar os ataques digitais subsequentes.

[Existe] uma violência política de gênero [...] que é a violência que se dá dentro do espaço do parlamento. Às vezes ela é uma violência não tão explícita, mas ela está presente, [ocorre por exemplo em situações de] dificuldade de pegar presidência de Comissão, os seus projetos são engavetados, não são avaliados. Eu acho que um bom

exemplo é isso que a Marina Silva está sofrendo nos últimos dias. Ontem, de novo, ela foi atacada no Congresso.'

Mulher branca, esquerda

Da mesma forma, a congressista Maria do Rosário permanece alvo de ataques contínuos no Telegram. Alguns dos conteúdos mais extremos identificados no conjunto de dados foram direcionados diretamente a ela, incluindo incitações explícitas à violência. Entre os exemplos registrados estão: '*Uma mulher na política, feminista e pró-aborto, merece apanhar em homenagem à Maria da Penha*'; '*UM SOCÓ PARA A MARIA, A DROGADA*'; e '*ESTE AQUI É O C* DA DILMA. SE FOSSE O DA MARIA DO ROSÁRIO, VOCÊ PRECISARIA DOS DOIS BRAÇOS*'. O caso de Maria do Rosário tornou-se emblemático da VPG no Brasil, sendo amplamente reconhecido por entrevistadas e entrevistados como um exemplo central da brutalidade e da persistência dessas dinâmicas.

'[Existem] tantos exemplos de ataques, eu acho esses muito cruéis. [Por exemplo] a deputada Maria do Rosário, que teve a filha atacada...'

Mulher branca, esquerda

A maioria dos ataques contra ela se enquadra na categoria de "ataques baseados em estereótipos de gênero", indicando que ela é predominantemente alvo de conteúdo explicitamente misógino.

Envolvimento com temas políticos controversos

O pico mais significativo de ataques contra a congressista Tabata Amaral ocorreu entre junho e julho de 2020, durante seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. A análise sugere que essa reação negativa foi desencadeada por seu envolvimento com duas propostas legislativas: o PL 3063/2020, do qual foi autora, e o PL 2630/2020, que recebeu seu apoio. Ambos os projetos, voltados para a regulamentação da internet, tornaram-se altamente polarizados e foram enquadrados por opositores como parte de uma suposta agenda de esquerda. A experiência de Erika Hilton também ilustra como a visibilidade amplia a exposição a ataques, especialmente quando associada a debates políticos polarizados. Em entrevistas, ela foi descrita como uma figura com "grande alcance e influência", como sintetizou uma entrevistada ao afirmar que:

'Estamos vendo agora os ataques a Erika Hilton porque ela estava se destacando muito, com pautas sensíveis, [por exemplo,] a questão do trabalho, da classe trabalhadora, [da] diminuição da jornada de trabalho...'

Mulher branca, esquerda

Os ataques contra ela no Telegram se intensificaram a partir de novembro de 2024, com uma escalada mais significativa após janeiro de 2025. Esse aumento coincidiu com a ampla circulação de um vídeo seu sobre o debate altamente polarizado da política do Pix, publicado em janeiro de 2025, que alcançou mais de 200 milhões de visualizações no Instagram (CNN, 2025).

Confrontos com figuras polêmicas de alto escalão

Tanto Carla Zambelli quanto Maria do Rosário, mulheres brancas com alta visibilidade (sendo esta última detentora de uma longa trajetória política pública), sofreram intensificação dos ataques

após confrontos públicos com o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que as tornou alvos específicos de grupos de extrema-direita e seus apoiadores. Muitas das mensagens observadas no Telegram faziam referência ao notório episódio de 2014, no qual Bolsonaro declarou a Maria do Rosário que “não a estupraria porque ela não merecia” (Ramalho, 2016).

A trajetória de Carla Zambelli evidencia como mudanças de alinhamento político – de aliada a adversária de uma figura polarizadora – podem reconfigurar padrões de ataque. Inicialmente uma das apoiadoras mais explícitas de Bolsonaro, ela passou a ser alvo de grupos de direita após criticar publicamente sua postura no período pós-eleitoral, sendo acusada de traição por seus detratores. Essa dinâmica ajuda a explicar por que mais de 70% dos ataques contra Zambelli no Telegram se originam de fontes de direita. Um exemplo desse tipo de ataque é:

'Zambelli - um dia antes das eleições saca uma arma, no intuito de ferrar com o Bolsonaro. Tempos atrás estava apoiando manifestação com MBL SALLS, logo se voltaram contra o Bolsonaro, já se voltou porque o presidente não apoiou para prefeito. Muitos dos 'direitistas' são só aproveitadores'

Ataque contra Carla Zambelli retirado da base de dados do Telegram

Tabata Amaral também sofreu um aumento nos ataques após seus confrontos públicos com Pablo Marçal, político populista de direita, com inúmeras mensagens no Telegram amplificando e reiterando as críticas dirigidas a ela:

'Pablo Marçal tramontinando logo cedo e desmontando a hipocrisia da para-choque de comunista, Tabata Amaral com uma só pergunta 🙌😂🔪🔥'

Ataque contra Tabata Amaral retirado da base de dados do Telegram

Apesar de ocuparem posições opostas no espectro político, essas mulheres figuram entre as mais frequentemente visadas nos estudos de caso, ilustrando como a visibilidade ampliada por conflitos públicos aumenta significativamente a probabilidade de ataques.

Eventos de alta visibilidade

A análise dos dados também revelou que eventos específicos de grande repercussão desencadeiam ondas concentradas de ataques contra mulheres na política. Por exemplo, a participação da Ministra Marina Silva, no Fórum Econômico Mundial em Davos, coincidiu com um pico acentuado de ataques no Telegram, em janeiro de 2024, sendo a maior parte deles classificada como “ataques ao juízo moral”. Uma única mensagem foi disseminada 17 vezes em diferentes grupos, indicando amplificação coordenada. Esses ataques se apoiavam em narrativas conspiratórias que retratavam Marina Silva como uma “traidora ambiental”, enquadrando sua presença em fóruns internacionais como evidência de suposta conivência com potências estrangeiras para impor “fraudes” climáticas e políticas ambientais restritivas ao Brasil.

'A Ministra do deserviço de Saúde do Brasil (que parece ter dificuldade até pra ler) chegou em Davos para se juntar à

cúpula do Fórum Econômico Mundial na preparação para enfrentamento da Doença X. Junto com nomes dos traidores do meio ambiente Marina Silva, de minas e energia [...], o bando chega na cúpula dos controladores do mundo para receber as ordens necessárias para que seja iniciado o próximo passo da agenda 2030 no Brasil. [...] Um pacote e tanto para traidores da nação. Eu não acredito nem na pausa para respirar que ela fez, o que dirá no que ela disse. E você?

Ataque contra Marina Silva retirado da base de dados do Telegram

De forma semelhante, constatou-se que momentos de crise jurídica pessoal amplificam significativamente os ataques. No início de 2025, Carla Zambelli foi alvo de uma onda intensa de agressões online após ter seu mandato parlamentar cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), que também a declarou inelegível após a divulgação de informações falsas sobre o processo eleitoral (G1, 2025). Quando ela foi posteriormente localizada na Itália, onde permanece confinada até o momento da redação deste relatório (Uribe e Maia, 2025), a hostilidade aumentou ainda mais. Nesse período, a maioria das mensagens foi classificada como “ataques às políticas, ao alinhamento político e ideológico”, com detratores rotulando-a como “falsa direita” ou “falsa conservadora”. Esses padrões indicam que momentos de vulnerabilidade política, seja através de controvérsias públicas ou sanções legais, criam janelas de oportunidade para a intensificação de campanhas desestabilizadoras contra mulheres na política.

De modo geral, a intensidade dos ataques aumenta à medida que a visibilidade política das mulheres cresce. As mulheres são particularmente visadas quando conquistam projeção por meio de quatro vias recorrentes: (1) ocupando cargos de destaque; (2) atuando em agendas ou debates polarizados; (3) entrando em conflito público com figuras políticas influentes; e (4) participando de eventos de alta visibilidade. Esses padrões corroboram os relatos das entrevistadas de que “a violência política ocorre durante o mandato e desencoraja as mulheres a continuarem”. Assim, é a visibilidade e a relevância política, e não apenas o período eleitoral, que funcionam como principais catalisadores da TF-GBV contra mulheres na política.

Essas conclusões convergem com a literatura recente: um estudo constatou que candidatas de esquerda com alta visibilidade receberam significativamente mais ataques online durante as eleições de 2022, especialmente aqueles direcionados à sua reputação moral (Koch et al., 2025).

3.3 Impactos e estratégias de enfrentamento conforme identidades e espectros políticos

A violência não escolhe lado: a TF-GBV afeta mulheres de diferentes identidades e em todo o espectro político

Independentemente de suas identidades interseccionais ou filiações partidárias, todas as mulheres entrevistadas descreveram impactos múltiplos e sobrepostos que atravessam diferentes dimensões de suas vidas. Embora esses efeitos muitas vezes se entrelacem de maneiras que dificultam sua separação analítica, este estudo os organiza em duas categorias principais: impactos pessoais e impactos profissionais/políticos. Essa distinção evidencia como a TF-GBV afeta simultaneamente o bem-estar emocional, psicológico e físico das mulheres, e suas trajetórias e condições de atuação na esfera política.

No contexto brasileiro, esses impactos são particularmente profundos. As mulheres já constituem uma minoria entre os representantes eleitos, e aquelas que alcançam cargos públicos frequentemente o fazem após superar barreiras estruturais e institucionais significativas. Quando essas mulheres abandonam seus mandatos ou optam por não se candidatar novamente em razão da violência contínua, as consequências não são apenas individuais. Trata-se de uma perda coletiva, pois cada saída interrompe um processo político e profissional que é longo, custoso e desigualmente distribuído. A desistência de uma mulher não apenas reduz a representatividade; ela aumenta a distância até que outra mulher possa construir a mesma trajetória, tornando ainda mais difícil ampliar a participação feminina nos espaços de poder ao longo do tempo.

Em suma, os impactos da VPG não recaem apenas sobre as mulheres que a vivenciam diretamente; eles reverberam estruturalmente, limitando a renovação, a diversidade e a democratização da representação política.

Impactos pessoais

As mulheres entrevistadas neste estudo relataram danos psicológicos persistentes, incluindo estresse crônico, episódios depressivos, exaustão emocional e sentimentos recorrentes de raiva. Essas experiências se alinham estreitamente às evidências internacionais sobre os efeitos do abuso online contra mulheres na política, embora grande parte dessa literatura tenha sido produzida em países do Norte Global. Por exemplo, um estudo multicêntrico com mulheres políticas e jornalistas documentou relatos generalizados de ansiedade, ataques de pânico e diminuição da autoconfiança, com mulheres negras enfrentando assédio mais intenso e desproporcional, resultando em riscos agravados para a saúde mental (Anistia Internacional, 2018). De forma semelhante, uma revisão sistemática sobre as consequências psicológicas e políticas da TF-GBV contra mulheres politicamente ativas confirmou essas tendências: 81% dos estudos analisados relataram níveis elevados de ansiedade, medo e tensão emocional entre as mulheres atacadas, enquanto 31% apontaram que a violência reativou traumas prévios ou desencadeou sintomas relacionados ao trauma, aprofundando os impactos psicológicos (Koch et al., 2025).

'Eu sou militante há muitos anos. Tem companheiras que, por exemplo, a gente tem uma grande rede, que a gente também vai se ajudando e ouvindo que é a primeira vez que está no espaço, isso afeta muito a saúde mental...'

Mulher negra, esquerda

A deterioração da saúde mental descrita pelas entrevistadas está profundamente associada ao aumento de sentimentos de isolamento e ansiedade social, produzindo um ciclo cumulativo de dano. O estresse crônico, os episódios de pânico e os sintomas depressivos levam muitas mulheres a se afastarem de espaços públicos e de interações cotidianas como estratégia de autoproteção, o que, consequentemente, intensifica a sensação de solidão e de vulnerabilidade. Esse retraimento não é apenas emocional, mas também físico e relacional, reduzindo suas redes de apoio e, em alguns casos, dificultando o engajamento em atividades políticas fundamentais, como reuniões com eleitores, participação em eventos comunitários e presença em espaços legislativos.

'A minha mudança temperamental [...] o meu afastamento, muitas vezes o meu isolamento dentro da minha própria casa [...]. Às vezes, parece que eu estou rodeada de um monte de gente, mas eu me sinto sozinha.'

Mulher indígena, esquerda

Esse afastamento também se manifesta no ambiente digital. Diversas entrevistadas relataram reduzir drasticamente ou abandonar por completo sua presença nas redes sociais, ainda que essas plataformas constituam ferramentas centrais para a comunicação política contemporânea. A literatura confirma esse padrão: estudos mostram que o assédio online leva mulheres a se autocensurarem, diminuírem sua visibilidade pública ou se retirarem parcial ou totalmente das redes, o que, por sua vez, intensifica a ansiedade e mina a confiança em sua atuação profissional (Koch et al., 2025). Em outras palavras, as mesmas estratégias adotadas para mitigar o dano imediato, como silenciar contas, limitar interações ou delegar a gestão das redes, podem simultaneamente agravar o impacto emocional e restringir o alcance político. Esse duplo efeito produz um custo coletivo: ao reduzir a presença de mulheres na esfera pública digital, ele enfraquece a pluralidade de vozes e, consequentemente, empobrece a própria qualidade da participação democrática.

É importante ressaltar que o impacto na saúde mental causado pela TF-GBV raramente se limita à mulher visada. Pelo contrário, ele se estende a colegas e familiares, transformando o assédio online em uma experiência compartilhada e coletiva. Os familiares frequentemente se tornam vítimas secundárias, assumindo cargas emocionais e psicológicas que refletem aquelas enfrentadas pela própria política. Como relatou uma entrevistada:

'Quando eu disse para minha mãe que ia sair candidata, ela chorou dias e dias, dias e dias... Porque ela ficava pensando muito na Marielle. Ela falou assim, 'você não pode ter o mesmo destino [que ela]':'

Mulher negra, esquerda

As crianças são particularmente vulneráveis. Algumas são diretamente alvo de montagens e imagens sexualizadas; outras são envolvidas em campanhas de desinformação destinadas a prejudicar suas mães; e, em casos extremos, são obrigadas a mudar seus sobrenomes por razões de segurança. As mulheres enfrentam dilemas éticos profundos quanto à maternidade e à proteção, questionando se é justificável expor seus filhos a tanta hostilidade, chegando, por vezes, a considerar abandonar a política. Esses efeitos transformam a TF-GBV de um ataque direcionado a um indivíduo em uma crise familiar, introduzindo medo e trauma na esfera privada e reforçando a mensagem de que a participação política acarreta riscos pessoais inaceitáveis.

'Quando isso [montagens sexualizadas com a vítima e animais] chegou no celular do meu filho na escola, meu filho menor, pequeno, eu fiquei muito abalada. Foi o único momento que me abalou. Eu fui fazer um discurso, eu acabei chorando, não sou de chorar, mas acabei chorando...'

Mulher branca, direita

Por fim, muitas mulheres enfatizaram que o estresse emocional decorrente da TF-GBV frequentemente se traduz em consequências físicas graves. Hospitalizações por exaustão, flutuações significativas de peso associadas à depressão, sintomas cardiovasculares como taquicardia e até diagnósticos de doenças crônicas, incluindo câncer, foram relatados como resultados corporais da violência psicológica prolongada.

Essas experiências ilustram como a exposição contínua ao assédio e às ameaças ultrapassa a capacidade de resistência do corpo, transformando a participação política em um terreno de sofrimento físico. Isso ressalta uma dimensão crucial da TF-GBV: ela não se limita ao impacto

emocional, mas se manifesta fisiologicamente, comprometendo a saúde das mulheres, sua capacidade de exercer suas funções profissionais e, em última instância, sua permanência na vida política.

'Eles podem ter arrancado tudo de mim, podem ter arrancado o meu nome, podem ter arrancado minha credibilidade, podem ter arrancado meus seguidores, podem ter arrancado a minha saúde, mas a minha vida eles não vão arrancar. E saindo do hospital - eu fiquei internada uma semana - , eu decidi voltar a me cuidar, a ser dona de mim e a não permitir que esses ataques me atingissem.'

Mulher branca, direita

Impactos profissionais e políticos

As consequências profissionais da TF-GBV para as carreiras políticas das mulheres são graves e profundamente interligadas ao sofrimento emocional que elas vivenciam. As entrevistadas relataram viver sob constante temor de que a violência ultrapasse a esfera digital e se materialize no mundo físico, especialmente diante de ameaças de morte e da divulgação de informações pessoais (doxxing). Esse medo generalizado levou muitas a perderem a sensação de segurança nos espaços institucionais, forçando-as a mudar de residência, restringir seus deslocamentos ou até mesmo dormir em seus gabinetes ou em hotéis por precaução. Diversas mulheres afirmaram ser incapazes de circular sozinhas, utilizar transporte público ou participar de eventos sem escolta.

Essas medidas de proteção acarretam custos financeiros substanciais, já que, diante da ausência de apoio institucional por parte dos partidos ou de órgãos públicos, muitas precisam arcar com despesas de segurança privada, transporte seguro ou mudança de domicílio.

'Eu estou dando exemplos concretos assim da vida real, de mulheres que estão endividadas para poderem garantir sua segurança a partir da manifestação real do que é a garantia de segurança. Garantia de segurança é poder estar viva.'

Mulher branca, esquerda

O impacto da TF-GBV não é apenas logístico, mas também profundamente psicológico, gerando autocensura e restringindo a liberdade de expressão e a participação das mulheres na esfera pública. Nesse sentido, algumas entrevistadas relataram hesitar antes de publicar algo online ou de participar de eventos presenciais, descrevendo uma constante sensação de vigilância e exposição. Portanto, esse ambiente de supervisão e ameaça contínua gera medo e obriga as mulheres a calcular cuidadosamente cada gesto público. Como observou uma política entrevistada, essa dinâmica acaba limitando suas ações e opiniões, fazendo com que evitem se posicionar.

Essas restrições vão além de estratégias individuais de enfrentamento; elas representam uma redução concreta do espaço público e político das mulheres, corroendo sua autonomia, dificultando o engajamento com suas bases eleitorais e prejudicando a qualidade da representação democrática, algo que deveria ser central para o compromisso dos partidos políticos.

A TF-GBV também acarreta custos diretos para a reputação política, comprometendo o prestígio profissional e as perspectivas eleitorais das mulheres. Campanhas de desinformação, notícias falsas e discursos de ódio corroem a confiança pública em suas lideranças (Silva e Vaz, 2024), levando à perda significativa de apoio eleitoral e de capital político. Em alguns casos, mulheres relataram ter perdido milhares de seguidores nas redes sociais após ataques coordenados, o que reduziu seu alcance comunicativo, enfraqueceu sua capacidade de mobilização e, em certos casos, afetou diretamente o sucesso de suas campanhas de reeleição. Esses impactos mostram que a TF-GBV não apenas prejudica a integridade pessoal das mulheres, mas também limita de forma estrutural suas trajetórias políticas e a possibilidade de continuidade em cargos públicos.

'Eles destruíram completamente a minha reputação, pregaram em mim peça de traidora, que é uma coisa que é imperdoável. O brasileiro não aceita essa peça de traidora e foi uma coisa que eu nunca fiz.'

Mulher branca, direita

Em conjunto, esses impactos profissionais revelam que a TF-GBV opera não apenas como assédio, mas como uma forma sistemática de sabotagem política, que combina insegurança física, danos psicológicos, custos financeiros e destruição de reputação para marginalizar as mulheres na vida pública.

Além das experiências individuais das mulheres, os impactos da TF-GBV na arena política são profundos, ultrapassando as figuras diretamente visadas e ameaçando a inclusão e a representatividade nas instituições democráticas. Para muitas entrevistadas, o assédio constante produz um dilema persistente: se vale a pena continuar na política diante dos custos pessoais, emocionais e físicos envolvidos, sobretudo quando esses custos se estendem a filhos e familiares. Esse sentimento de conflito moral foi reiterado por outras, que relataram pressões familiares para que abandonassem a vida pública.

Em alguns casos, a acumulação de abusos levou à retirada completa da política. As entrevistadas mencionaram colegas que optaram por não concorrer à reeleição após sofrerem assédio, enquanto outras foram desencorajadas a se candidatar. Uma entrevistada de direita refletiu sobre o impacto pessoal e profissional devastador da TF-GBV em ambientes políticos. Como relatou: '*A política só me machucou. Fiz coisas boas para a política, fiz coisas boas para o Brasil... mas a política me machucou muito*'. Após uma série de ataques digitais coordenados, que comprometeram profundamente sua saúde mental e física, ela expressou um forte sentimento de desilusão e afirmou não desejar retornar à vida pública. Outra entrevistada observou:

'Isso é um projeto tão nocivo que faz com que outras companheiras nem sequer cogitem [entrar para a política]. Porque quando você sabe que a outra recebe essas ameaças, você não vai cogitar a possibilidade. O que a gente vai ter? A gente vai ter uma política dos mesmos.'

Mulher negra, esquerda

Esses relatos são consistentes com evidências globais: em 20% dos estudos analisados por Koch et al. (2025), mulheres relataram ter abandonado a política ou se afastado completamente de cargos públicos devido ao assédio persistente, resultando na redução da diversidade de vozes no debate público. Essa perda não é apenas individual, mas sistêmica; diminui a pluralidade na tomada de

decisões, reforça a predominância masculina nos espaços institucionais e, em última instância, enfraquece as bases da representação democrática.

Transformar violência em força: quando o ódio gera resistência

Apesar das consequências devastadoras em termos pessoais, profissionais e políticos documentadas neste estudo, é igualmente significativo observar a resiliência e o renovado compromisso político demonstrado por muitas das mulheres entrevistadas. Para algumas, a onda de ódio, ameaças e desinformação produziu um efeito contraintuitivo: em vez de silenciá-las, fortaleceu sua determinação de permanecer na vida pública. Entre as políticas eleitas entrevistadas, 12 das 15 afirmaram que enfrentar esses ataques aprofundou seu senso de responsabilidade, tanto para consigo mesmas quanto para com outras mulheres que buscam ocupar espaços políticos.

Além disso, quando questionadas sobre seu futuro político, especificamente onde se imaginavam em cinco anos e se desejavam continuar na política, a maioria respondeu afirmativamente. Esse achado é consistente com Gatto e Thome (2024), que, ao entrevistar 141 candidatas, também identificaram um forte compromisso de permanência, mesmo frente à violência contínua.

'Eu acho que, pelo contrário, ela [violência] acaba incentivando, porque a mulher toma a dor da outra. Então a sua tendência é ir para cima.'

Mulher branca, direita

Essa determinação em permanecer na política ficou particularmente evidente após o assassinato político de Marielle Franco. Uma das entrevistadas descreveu o que chamou de fenômeno das "sementes de Marielle", um movimento de mobilização e inspiração que impulsionou uma nova geração de mulheres negras e indígenas a se candidatar, especialmente em partidos de esquerda. Como ela recorda, o legado de Marielle produziu não apenas indignação, mas também um sentimento coletivo de responsabilidade política, que transformou o luto em ação e ampliou a presença de mulheres racializadas na arena eleitoral.

'Logo depois do assassinato da Marielle, a gente vai ter um fenômeno que a gente chama 'Sementes de Marielle', então, a eleição de muitas parlamentares negras, assim, a gente quase duplicou, triplicou a quantidade de parlamentares negras em todo o Brasil, assim, que procuraram no pessoal esse partido e tudo mais, logo em seguida, na eleição seguida, a gente começou a ver, assim, em todos os nossos estados, a busca de parlamentares e figuras públicas indígenas, que também é um setor, um segmento muito violentado.'

Mulher branca, esquerda

Essa descoberta está alinhada com pesquisas que indicam que o trauma coletivo pode, sob determinadas condições, catalisar mobilização política em vez de retraimento, especialmente quando as mulheres têm acesso a redes de solidariedade e apoio organizacional (Crozier-De Rosa e Mackie, 2022; Vachhani, 2023). Além disso, estudos mostram que respostas emocionais a ameaças políticas,

como raiva e frustração, podem ser transformadas em ação coletiva e engajamento sustentado (Dittmar, 2020). Nesse sentido, a TF-GBV não apenas revela as barreiras estruturais que limitam a participação das mulheres, mas também pode gerar novas formas de resistência e organização política, contribuindo para uma luta coletiva mais ampla em defesa da democracia.

As estratégias de enfrentamento abrangem medidas legais, digitais, psicológicas e coletivas

A TF-GBV confronta as mulheres na política com um conjunto complexo de desafios: ataques à reputação, riscos à segurança, inércia institucional e desgaste emocional. As entrevistas mostram que não há uma resposta única a esse cenário. Em vez disso, as mulheres acionam repertórios dinâmicos de enfrentamento, que se transformam ao longo do tempo. Essas estratégias incluem desde medidas legais e práticas de segurança e “higiene digital” até a gestão ativa da própria imagem pública, mobilização coletiva e construção de resiliência pessoal.

Entre mulheres de partidos de esquerda, destaca-se o papel central da solidariedade como mecanismo de proteção coletiva, suporte emocional e defesa pública. Embora em menor escala, mulheres de direita também relataram receber apoio de redes feministas e de outras mulheres na política, evidenciando que a resiliência coletiva atravessa linhas ideológicas. De modo geral, essas estratégias revelam que enfrentar a TF-GBV não é apenas uma questão individual, mas um processo profundamente relacional, sustentado por redes de confiança, cuidado e ação compartilhada.

Recursos legais e institucionais: um caminho lento, mas necessário

Muitas entrevistadas relataram não acionar os canais formais de denúncia dentro dos partidos, indicando a ausência de protocolos internos claros e estruturados para lidar com casos de TF-GBV. Ainda assim, várias buscaram medidas formais por outras vias institucionais, incluindo apresentações de queixas ao Ministério Público, delegacias especializadas, tribunais eleitorais e ao judiciário – especialmente em situações em que a violência escalava para a divulgação de dados pessoais, ameaças de morte ou intimidação física. Nesses casos, quando os ataques envolviam incitação direta à violência, as entrevistadas demonstraram maior propensão a recorrer a medidas legais.

Esse padrão está alinhado com evidências internacionais. Uma revisão sistemática recente identificou que, em 37% dos estudos analisados, mulheres recorreram a denúncias formais às autoridades ou às plataformas digitais (Koch et al., 2025). No entanto, diretrizes internacionais também observam limitações significativas nesses mecanismos. Guias da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), por exemplo, recomendam a adoção de procedimentos de denúncia, preservação de provas e sanções dentro dos parlamentos, mas enfatizam que a subnotificação persistente e a limitada aplicação da lei continuam sendo obstáculos centrais para a efetividade das respostas institucionais (OSCE e ODIHR, 2022).

‘A minha primeira denúncia foi em 2003 [...] Desde 2013 eu levanto questões aqui no Conselho de Ética. Nunca aconteceu nada, nunca aconteceu nada. Todas arquivadas [...]. Nunca o Conselho se posicionou. Então isso para nós é o mais grave, porque o Conselho de Ética acabou passando uma ideia para o Brasil de permissividade dos crimes de violência de gênero contra mulheres.’

Mulher branca, esquerda

Embora as mulheres possam recorrer ao sistema jurídico para buscar justiça, a ausência de mecanismos intrapartidários e de apoio institucional na maioria dos partidos as deixa sem amparo adequado frente à TF-GBV. Essa lacuna reforça a sensação de isolamento, já amplamente destacada pelas entrevistadas e discutida na seção anterior.

Entre os 13 partidos representados na amostra de entrevistas, apenas três foram mencionados como possuindo algum tipo de estrutura para monitorar a VPG online, incluindo canais de denúncia e apoio jurídico. No entanto, as entrevistadas não foram capazes de descrever claramente como esses mecanismos funcionam na prática, indicando que sua implementação pode ser limitada, pouco transparente ou pouco acessível.

Ainda que algumas mulheres, sobretudo em partidos de esquerda, tenham relatado receber apoio pontual, como notas públicas de solidariedade ou orientação jurídica básica, elas foram unâimes em afirmar que tais medidas permanecem simbólicas e insuficientes diante da escala e da persistência da violência.

Higiene digital: práticas de proteção online reduzem riscos, porém podem intensificar o isolamento social

Uma resposta comum na linha de frente é a adoção de práticas de "higiene digital", como bloquear e silenciar contas; restringir mensagens diretas (*direct messaging*, DMs); delegar à equipe a moderação de comentários; e evitar a leitura de respostas. Além disso, muitas mulheres segmentam seus canais de contato, encaminhando solicitações por meio de assessores para proteger números e perfis pessoais. Como explicou uma entrevistada, essa estratégia cumpre uma dupla função: ao mesmo tempo em que cria uma barreira de proteção, também intensifica a sensação de isolamento.

'Tem uma coisa que é meio chato, de proteção, que acaba blindando mais e acaba também as pessoas não tendo tanto acesso... Então hoje, poucas pessoas têm meu número pessoal. [Mensagens] sempre passa por alguma assessoria. Eu evito que as pessoas tenham meu número para que essa pessoa não consiga me ameaçar diretamente [...]. Sempre passa por alguma assessoria, sempre, o que é horrível, porque parece que é estrelismo, mas tem muito mais a ver com segurança.'

Mulher negra, esquerda

Isso também está alinhado às evidências acadêmicas, que indicam que 39% dos estudos documentam a redução do engajamento das mulheres com plataformas online, 29% apontam que elas abandonam completamente sua presença digital e 66% relatam o uso de bloqueio ou silenciamento de agressores (Koch et al., 2025).

Apesar de a higiene digital ser um mecanismo eficaz para mitigar o impacto emocional imediato dos ataques, ela transfere para as próprias vítimas a responsabilidade pela proteção e cria desafios significativos para o exercício da atividade política. Isso porque, as redes sociais tornaram-se uma ferramenta central para a visibilidade, permitindo que políticos comuniquem seu trabalho, projetos e posicionamentos diretamente à população. Diversas entrevistadas enfatizaram que, para o bem ou para o mal, a presença digital é hoje inseparável da atuação política: as campanhas dependem fortemente da mobilização online, e a opinião pública é cada vez mais moldada nesses ambientes.

Como observou uma participante, estar presente online não é apenas desejável, mas parte intrínseca de “estar no debate público” e exercer o papel de representante.

Nesse sentido, o afastamento das plataformas como estratégia de autoproteção pode, inadvertidamente, resultar em autoisolamento, reduzindo as oportunidades de interação direta com eleitores e enfraquecendo o vínculo democrático entre representantes e representados (von Nostitz et al., 2024).

'... porque a rede social, feita com cuidado, permite que a sua voz chegue em vários lugares sem você sair de casa. Então para nós, mulheres que temos filhos, ficou muito mais fácil você conseguir atingir o eleitor [em] um custo baixo, podendo não ficar tão distante da sua casa, da sua residência, do seu lar. Isso é positivo nesse sentido.'

Mulher branca, direita

Protocolos de segurança e medidas offline: deslocando o risco para fora do indivíduo

As entrevistadas descreveram a adoção de uma série de medidas operacionais de segurança para mitigar os riscos associados à TF-GBV e garantir sua permanência na vida política. Essas medidas incluem o uso de escoltas fornecidas por partidos, legislaturas ou câmaras municipais; o planejamento cuidadoso de rotas de deslocamento para eventos; a decisão de nunca comparecer sozinhas a atividades públicas; a evitação de determinados locais considerados inseguros; e, em casos mais extremos, a mudança de residência quando seus dados pessoais são expostos ou quando há ameaças físicas diretas.

Como mencionado anteriormente, muitas dessas estratégias acarretam custos financeiros e logísticos significativos para as mulheres, uma vez que os partidos políticos raramente oferecem apoio sistemático ou financiamento para segurança nessas circunstâncias (apenas 3 dos 13 partidos presentes na amostra de entrevistas o fazem). Diversas participantes relataram precisar contratar segurança privada ou arcar sozinhas com despesas relacionadas à proteção pessoal, o que pode ser inviável, sobretudo para candidatas ou representantes com menos recursos.

Ainda assim, essas práticas constituem um mecanismo de enfrentamento deliberado, que possibilita às mulheres permanecerem ativas na política mesmo diante de assédio e intimidação persistentes. Em vez de se retirarem, elas constroem uma forma de “resiliência cotidiana” que visa garantir sua segurança e a continuidade de seu trabalho. No entanto, a normalização dessa segurança autogerida e autofinanciada também evidencia uma lacuna estrutural: a incapacidade dos partidos e das instituições de assegurar condições mínimas de proteção para uma participação democrática plena e igualitária.

'A violência está muito perto o tempo inteiro, tanto que hoje eu ando com 2 policiais. [...] Então um dia eu estou com um, um dia eu estou com outro, mas todos os dias tem algum policial do meu lado por causa das ameaças que chegam o tempo inteiro.'

Mulher negra, esquerda

Resiliência psicológica e desenvolvimento de habilidades: estratégias para permanecer na arena

As mulheres na política também investem significativamente em estratégias pessoais de enfrentamento para proteger sua saúde mental e preservar sua participação na vida pública. Muitas entrevistadas relataram buscar psicoterapia ou acompanhamento psicológico, participar de grupos de apoio entre pares ou recorrer a coaching profissional como formas de processar experiências de TF-GBV e manejá-lo estresse contínuo.

Além disso, algumas descreveram o uso de ferramentas estruturadas de desenvolvimento pessoal, como Programação Neurolinguística e técnicas cognitivo-comportamentais, para reconhecer pontos fortes, regular gatilhos emocionais e manter um senso de agência mesmo em ambientes hostis. Uma entrevistada de direita, por exemplo, explicou que essas práticas ajudaram a sustentar sua capacidade de atuação, reduzindo o impacto psicológico dos ataques e reforçando sua disposição de permanecer na esfera política.

Outro mecanismo de defesa frequentemente relatado entre mulheres na política é a decisão deliberada de “endurecer” ou ignorar ataques, mesmo quando estes são profundamente dolorosos. Muitas entrevistadas descreveram sentir pressão para suprimir reações emocionais e evitar serem enquadradas como “vítimas”, um rótulo frequentemente mobilizado como arma retórica para deslegitimar sua autoridade política. Em um ambiente político historicamente estruturado por normas masculinas que valorizam o estoicismo e a resistência emocional (Lombard et al., 2021), as mulheres frequentemente desenvolvem uma persona pública “fortalecida”, por vezes descrita como uma “armadura emocional” ou um “personagem”.

Nesse sentido, essa persona funciona como uma barreira protetora que permite às mulheres manter uma aparência de controle, racionalidade e estabilidade diante de ataques relacionados à TF-GBV, ao mesmo tempo em que o impacto psicológico desses ataques é internalizado e processado de forma privada. Entretanto, como várias entrevistadas enfatizaram, essa estratégia tem custos; a necessidade constante de parecer inabalável pode intensificar o isolamento emocional e dificultar que as mulheres busquem apoio, reforçando, assim, o ciclo de desgaste mental e invisibilização do sofrimento.

‘...mas isso eu aprendi muito com a programação neurolinguística, ajuda muito a gente a primeiro a entender os seus pontos fortes, os seus pontos fracos e técnicas para você tirar isso, melhorar esses pontos fracos que você tem e abre um leque de possibilidades dentro de você mesmo.’

Mulher branca, direita

Essa demonstração estratégica de resiliência cumpre múltiplas funções: evita que os agressores percebam o impacto causado e sinaliza a aliados, apoiadores e eleitores que essas mulheres são capazes de resistir à adversidade e de permanecer na arena política. No entanto, esse mecanismo de enfrentamento tem custos psicológicos significativos. A internalização da dor e a exigência constante de performar força podem intensificar sentimentos de isolamento, dificultar o acesso a apoio emocional genuíno e reforçar a ideia de que pedir ajuda constitui fraqueza.

Além disso, embora essa “armadura emocional” possa produzir a aparência de proteção, ela não interrompe o ciclo de TF-GBV: os ataques continuam e, em muitos casos, se intensificam. Assim, essa estratégia simultaneamente permite a sobrevivência política imediata e contribui para o desgaste emocional de longo prazo, ao mesmo tempo em que mantém intactas as estruturas que possibilitam a continuidade da violência.

Solidariedade coletiva: do apoio entre pares à cooperação entre partidos de espectro ideológico diferentes

Por fim, um tema marcante que emergiu das entrevistas foi o uso da solidariedade como forma coletiva de proteção. As mulheres mobilizam ativamente redes de apoio entre pares, particularmente movimentos feministas, organizações de mulheres indígenas e negras e organizações da sociedade civil (OSC). Esse mecanismo de enfrentamento foi mencionado com maior frequência por políticas de esquerda, embora também tenha sido relatado por mulheres de direita, que destacaram ter recebido apoio tanto de movimentos feministas quanto de outras mulheres na política.

Essas redes desempenham múltiplas funções: amplificam denúncias públicas de abusos; inundam as redes sociais com mensagens de apoio para contrapor campanhas de ódio; compartilham acesso a advogados, psicólogos e especialistas em segurança digital; e conferem credibilidade pública aos relatos das vítimas. Em conjunto, essas práticas configuram formas de resposta coletiva que não apenas mitigam os efeitos imediatos da TF-GBV, mas também fortalecem a presença e a resistência das mulheres na vida política.

Diversas participantes descreveram a formação de pactos informais entre mulheres de diferentes partidos políticos, garantindo que nenhuma mulher enfrentasse assédio em espaços legislativos sem o apoio visível de colegas. Essa forma de ação coletiva transforma a vitimização individual em uma causa política compartilhada, enquadrando a **TF-GBV** não apenas como um ataque à integridade de uma mulher específica, mas como uma ameaça direta à representação democrática.

'Eu sou militante há muitos anos. Tem companheiras que, por exemplo, a gente tem uma grande rede, que a gente também vai se ajudando e ouvindo que é a primeira vez que está no espaço, isso afeta muito a saúde mental. [...] E é muito louco isso, como a gente se protege.'

Mulher negra, esquerda

Esse padrão também é consistente com pesquisas globais, que indicam que redes de solidariedade podem mitigar o “efeito inibidor” do abuso online, reduzindo a probabilidade de que mulheres abandonem a vida pública (Anistia Internacional, 2018). Ao redistribuir o fardo emocional, estratégico e político, essas alianças funcionam como um poderoso mecanismo de resiliência coletiva, permitindo que as mulheres não apenas enfrentem a TF-GBV, mas também resistam a ela de maneira pública e coordenada.

4 Resultados: Respostas institucionais e partidárias à TF-GBV

Nesta segunda seção de resultados, examinam-se as respostas institucionais à TF-GBV, com foco particular nos partidos políticos. Primeiramente, analisa-se como a TF-GBV é conceituada no interior dos partidos, demonstrando que ela permanece amplamente subsumida em definições mais gerais de violência de gênero e que as diferenças ideológicas moldam as abordagens partidárias à desigualdade de gênero, conforme refletido tanto em documentos internos quanto nas entrevistas. Em seguida, exploram-se as ações adotadas pelos partidos para enfrentar a VPG e a TF-GBV, destacando que essas respostas, que variam de declarações públicas a apoio jurídico e medidas de segurança, tendem a ser reativas, pontuais e insuficientes, com os avanços mais significativos ocorrendo quando as mulheres têm acesso efetivo às estruturas de tomada de decisão.

Por fim, situam-se essas respostas no contexto jurídico e social mais amplo do Brasil, identificando lacunas legislativas e de implementação, bem como normas sociais arraigadas, ressaltando a necessidade de fortalecer o ambiente político para garantir a participação plena das mulheres. Em conjunto, essas três dimensões ilustram tanto as limitações das respostas institucionais atuais quanto a necessidade de reformas sistêmicas para enfrentar de forma eficaz a TF-GBV na política brasileira.

Embora este estudo adote uma abordagem interseccional para compreender como múltiplas identidades moldam as experiências de TF-GBV na política, a análise empírica apresentada nesta seção não aplica essa lente de maneira sistemática. Isso se deve às limitações do conjunto de dados, que não inclui variáveis ou informações desagregadas suficientes para examinar de forma consistente identidades interseccionais.

4.1 Em todo o espectro político, a TF-GBV continua sendo compreendida como violência de gênero

Esta seção descreve como os partidos políticos conceituam a TF-GBV. A partir de uma perspectiva baseada em normas de gênero, este estudo argumenta que compreender como os partidos interpretam a TF-GBV requer considerar tanto as percepções de mulheres eleitas quanto as de representantes partidários. Ao analisar documentos partidários em conjunto com entrevistas, esta seção evidencia em que medida os partidos reconhecem a violência de gênero, como enquadram as desigualdades existentes e se distinguem (ou não) das formas facilitadas pela tecnologia em relação a padrões mais amplos de violência de gênero.

A ideologia política influencia como se compreendem as desigualdades de gênero

Os documentos partidários são importantes, ainda que insuficientes, para compreender as posições institucionais formais sobre desigualdades de gênero. A análise realizada dos estatutos (documentos fundadores e diretrizes internas) e dos sites dos 20 partidos com representação no Congresso Nacional, sintetizada na Tabela 2, revela divisões ideológicas significativas na forma como questões de gênero são reconhecidas e enquadradas.

Metade dos partidos faz menção ao termo “gênero” em seus estatutos, enquanto 85% fazem referência a “mulher”. No entanto, essa distribuição é fortemente condicionada pela orientação política: quase todos os partidos de esquerda incluídos na amostra (6 de 7) incorporam “gênero” em seus documentos constitutivos, em comparação com apenas um terço dos partidos de direita (4 de 13). Essa diferença reflete a crescente politização da linguagem sobre gênero no Brasil, especialmente desde 2018, quando setores conservadores e de extrema-direita passaram a contestar publicamente o conceito de “ideologia de gênero” (Gomes da Costa Santos, 2021).

Em termos quantitativos, o termo “mulher” é consideravelmente mais frequente do que “gênero” nos estatutos partidários (158 menções versus 30). Curiosamente, partidos de direita mencionam “mulher” com maior frequência média (9 ocorrências por estatuto) do que partidos de esquerda (6 ocorrências por estatuto). Esse padrão sugere que, nos partidos de direita, a referência às mulheres tende a se concentrar em identidades individuais e papéis sociais – frequentemente vinculados a noções de maternidade, família e cuidado – enquanto, nos partidos de esquerda, o termo gênero é mais frequentemente empregado para enquadrar desigualdades estruturais e relações de poder.

Tabela 2. Distribuição das referências a ‘gênero’, ‘mulheres’ e ‘violência’ em materiais oficiais e conteúdos digitais dos 20 partidos atualmente representados na Câmara dos Deputados

Espectro político	Estatutos				Sites / Página Web			
	Menções da palavra		Menções associadas à violência		Menções da palavra		Menções associadas à violência	
Esquerda e centro-esquerda (7 partidos)	gênero	mulheres	gênero	mulheres	gênero	mulheres	gênero	mulheres
	6	7	1	2	7	7	7	6
	86%	100%	14%	29%	100%	100%	100%	86%
Direita / centro-direita (13 partidos)	4	10	0	3	12	13	10	11
	31%	77%	0%	23%	92%	100%	77%	85%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na revisão de estatutos e do site de cada partido político.

Ao analisar as disposições relacionadas à violência, observa-se que apenas um partido – o PT – menciona explicitamente ‘violência de gênero’ em seu estatuto. Em contraste, aproximadamente um quarto dos partidos (7 de 20) faz referência à ‘violência contra a mulher’. Esse padrão sugere que, mesmo quando a violência é reconhecida, ela tende a ser tratada como um problema individual ou moral, e não como um fenômeno estruturado por normas de gênero ou vinculado a dinâmicas políticas, como é o caso da TF-GBV.

Um caso particularmente notável é o do partido Republicanos, cujo estatuto atualizado em 2023 contém 27 menções à violência contra a mulher. Essa ênfase reflete a criação do *Observatório Nacional de Combate à Violência Política contra a Mulher*, incorporado como iniciativa formal do partido. Embora esse reconhecimento represente um avanço importante em termos de institucionalização, as entrevistas sugerem que sua implementação prática ainda é limitada, especialmente no que diz respeito à TF-GBV, que permanece amplamente invisível enquanto categoria específica de violência.

Por outro lado, os sites dos partidos políticos, que são atualizados com maior frequência e respondem a temas do momento, mostram maior convergência em todo o espectro ideológico. Todos os partidos mencionam ‘mulher’ e apenas um partido (Novo, de direita) não menciona ‘gênero’ em seu site. A grande maioria também faz referência tanto à violência de gênero quanto à violência contra a mulher, geralmente em seções de notícias que destacam iniciativas, eventos e posicionamentos apoiados por seus membros. A violência política contra mulheres é uma agenda relativamente recente, e os estatutos partidários tendem a se atualizar em um ritmo muito mais lento, o que ajuda a explicar a discrepância entre documentos formais e materiais de comunicação atualizados.

No entanto, compreender como os partidos realmente conceituam a TF-GBV exige ir além dos documentos formais e examinar as normas de gênero e as experiências vividas que moldam suas respostas. Para isso, as entrevistas exploraram como desigualdades de gênero, violência de gênero e, por fim, TF-GBV são entendidas tanto por lideranças partidárias quanto por mulheres eleitas. A partir dessas entrevistas, o estudo identificou convergências e divergências importantes na forma como partidos de esquerda e direita compreendem a progressão das desigualdades de gênero até a TF-GBV.

As entrevistas revelaram consenso em todo o espectro político de que a política continua sendo um espaço dominado por homens; que a entrada de mulheres redistribui poder e provoca reações negativas; e que a responsabilidade pelo cuidado doméstico e familiar impõe uma “dupla jornada” que limita o tempo, a energia e a continuidade da participação política. A divergência ocorre principalmente nas estruturas interpretativas utilizadas para explicar essas desigualdades.

Partidos de esquerda adotam uma perspectiva estrutural: enfatizam que as desigualdades de gênero estão enraizadas no patriarcado e são reforçadas pelo racismo, pelo classismo e pela heteronormatividade. Para esses partidos, tais desigualdades se manifestam na sub-representação feminina, no controle do acesso aos recursos partidários (financiamento, tempo de TV, apoio organizacional), na desvalorização das capacidades das mulheres e no fardo do cuidado que restringe sua participação e ascensão, tanto na sociedade quanto nos próprios partidos.

Partidos de direita, embora não sejam uniformes, tendem a enquadrar as desigualdades de gênero por meio de uma noção de “machismo social”. As desigualdades são explicadas principalmente como produtos de costumes, valores culturais ou atitudes individuais, e algumas entrevistadas recorrem a explicações essencialistas, com referências a características biológicas ou emocionais. Nessa perspectiva, as desigualdades se manifestam como barreiras cotidianas: roteiros de gênero que moldam expectativas sobre o comportamento “adequado” das mulheres na política; conflitos familiares (como parceiros que desestimulam a carreira); a tendência de classificar agendas de mulheres como “identitárias”; e a invisibilidade de mulheres que trabalham nas bases partidárias (assessoras, funcionárias, militantes), cuja atuação é central, mas raramente reconhecida nos espaços de decisão.

Partidos não consideram a violência de gênero e a TF-GBV como fenômenos distintos

Partidos e políticos ainda não conseguem distinguir claramente entre violência de gênero e TF-GBV. Ambos os lados do espectro político reconhecem que a violência de gênero funciona como uma estratégia deliberada para deslegitimar e silenciar as mulheres na política, com os ataques se intensificando à medida que elas ganham visibilidade, poder institucional e posições de liderança. Também há consenso de que a violência de gênero assume múltiplas formas: psicológica, simbólica, econômica, sexual e física.

As entrevistadas relataram experiências como escrutínio da aparência e do comportamento, “elogios tortos” (comentários ambivalentes usados para desqualificar), reforço de estereótipos de gênero, policiamento moral, interrupções constantes em espaços deliberativos, campanhas de difamação,

ameaças de violência e até de feminicídio, práticas que ocorrem tanto dentro dos partidos quanto em espaços institucionais e plataformas digitais.

Mulheres de esquerda e de direita concordam que essa violência se intensifica contra mulheres negras, e entrevistadas de partidos de esquerda também enfatizaram que mulheres trans, pessoas com diversidade de gênero e mulheres de comunidades marginalizadas enfrentam ataques ainda mais severos. Em todo o espectro político, as entrevistadas destacaram que essa violência é profundamente generificada, afetando mulheres de maneira distinta dos homens, como sintetizou uma delas:

'Não é correto uma mulher ser destruída, ser destroçada, ser enlouquecida, ser adoecida, ser perseguida, ter seus filhos perseguidos, a sua família perseguida, não pode ser esse o preço a pagar, não é esse o preço nem que o [nome de um homem político influente], que é um bandido, paga. Ninguém paga esse preço, quais homens de esquerda pagam esse preço? Nem o [nome de um homem político influente] paga esse preço. Então esse é o preço comum [para as mulheres], não é um preço raro.'

Liderança partidária, esquerda

Dito isso, a maioria das pessoas entrevistadas – desde lideranças partidárias até mulheres em exercício de mandato – não distingue a TF-GBV da violência de gênero em geral. Embora reconheçam a violência de gênero como um problema estrutural, há pouca atenção ao modo como a tecnologia amplifica, transforma e cria novas modalidades de agressão. Para muitos, a violência digital é entendida sobretudo como um espaço onde ameaças são feitas, mas não necessariamente como um território em que a violência se constitui, circula e produz efeitos concretos. Nesse enquadramento, a TF-GBV é frequentemente percebida apenas como "o início" de algo que pode se tornar real, e não como uma forma de violência em si. Como explicou uma entrevistada:

'Não que a violência digital não seja também concreta e material, mas é diferente; a violência digital muitas vezes permanece no nível da ameaça, frequentemente ficando apenas na esfera das ameaças.'

Liderança partidária, esquerda

Em geral, existe um entendimento, explícito ou implícito, de que há uma continuidade entre a violência online e offline, sem distinguir onde uma termina e a outra começa. As entrevistadas compartilharam exemplos de campanhas de desinformação que se transformaram em atos de agressão física, tais como:

'...imagina só: o primeiro atentado físico que eu sofri, coletivo, não agressão isolada na rua, por causa de desinformação nas redes já faz uma década...'

Liderança partidária, esquerda

A análise documental confirma os achados das entrevistas: entre os 20 partidos examinados, não foi identificada nenhuma estratégia, plano de ação, diretriz interna ou documento político destinado especificamente a abordar a TF-GBV. Embora vários partidos incluam referências mais amplas à violência contra a mulher, essas menções permanecem genéricas, desconectadas das dinâmicas digitais e incapazes de reconhecer a natureza coordenada, em rede e contínua da violência facilitada por tecnologia. Consequentemente, não se observam diferenças substantivas entre partidos de direita, centro ou esquerda no que diz respeito ao tratamento institucional da TF-GBV: a questão permanece conceituada de forma superficial ou implícita, e não como uma ameaça específica à participação política das mulheres.

Além disso, as entrevistas revelaram o que várias participantes descreveram como um efeito de “radioatividade”: quando uma mulher se torna alvo de ataques digitais organizados, aliados e colegas muitas vezes se afastam, temendo que a defesa pública dela possa resultar na expansão dos ataques contra si mesmos. Esse processo isola a vítima no momento de maior vulnerabilidade e reforça o caráter disciplinador e intimidatório da TF-GBV, ao sinalizar que tomar partido pode ter custos políticos e pessoais.

De modo geral, as entrevistadas entendem a TF-GBV como ataques que ocorrem em plataformas digitais, desde mensagens privadas e e-mails até WhatsApp, Telegram, Instagram e Facebook. Há um reconhecimento de que se trata de violência mediada por plataformas, facilitada por dinâmicas de rede e, muitas vezes, potencializada por atores coordenados. Algumas entrevistadas mencionaram explicitamente o uso de bots e automatização, descrevendo picos de ataques que se espalham rapidamente entre grupos e canais, sugerindo orquestração centralizada. Ao mesmo tempo, diversas participantes relataram dificuldade em decidir como responder. Muitas inicialmente tentaram interagir ou “corrigir” os agressores, apenas para concluir posteriormente que isso frequentemente amplifica a violência, levando-as a adotar estratégias de silêncio, bloqueio e distanciamento.

'Acho importante também [frisar em relação às] mídias [sociais] - as pessoas tinham dificuldade, e as mulheres mais [em não responder comentários], e entender [isso] foi muito difícil, porque a tendência é responder. Elas não entendiam que elas estavam respondendo para um robô que não [era uma] pessoa, então assim você está perdendo um tempo precioso [da] sua campanha com uma coisa que não vale nada.'

Liderança partidária, esquerda

4.2 Os partidos adotam ações para combater a violência de gênero e a TF-GBV, mas elas são pontuais e insuficientes

Embora haja respostas à violência de gênero e à TF-GBV, elas ainda se mostram insuficientes em todo o espectro político

As respostas institucionais dos partidos à violência enfrentada pelas mulheres tendem a se concentrar predominantemente na violência de gênero em geral, em vez de abordar especificamente a TF-GBV. Esse padrão é coerente com a constatação anterior de que a maioria dos partidos não distingue a TF-GBV de outras formas de violência, tratando-a como uma extensão – e não como uma modalidade própria – da violência de gênero. Na prática, isso significa que a atenção partidária

se volta principalmente para casos considerados “extremos”, especialmente aqueles que envolvem ameaças diretas à integridade física ou episódios de violência presencial.

Entrevistadas de partidos de esquerda relataram ter recebido algum apoio institucional, e líderes partidários também descreveram medidas tomadas para proteger mulheres que sofreram ataques, incluindo declarações públicas de solidariedade, assessoria jurídica e, em alguns casos, apoio para registro de denúncias. Contudo, mesmo nesses contextos, as entrevistadas enfatizam que tais respostas permanecem insuficientes frente à escala, à persistência e à natureza coordenada do problema. A assistência tende a ser reativa, individualizada e episódica, em vez de sistemática, preventiva ou integrada à estrutura organizacional do partido.

‘O partido faz pouquíssimo a respeito [TF-GBV]. O que faz é provocado pelas mulheres.’

Liderança partidária, direita

As lideranças de partidárias de direita entrevistadas para este estudo tendem a ser mais críticas em relação às respostas institucionais de seus próprios partidos. De forma consistente, relataram sentir-se desamparadas quando se tornam alvos de TF-GBV, recebendo, na maioria das vezes, apenas gestos simbólicos de solidariedade, como notas públicas ou mensagens privadas de apoio, sem que isso se traduza em assistência prática, acompanhamento jurídico, suporte psicológico ou medidas de segurança. Para essas lideranças, as respostas partidárias são percebidas como pontuais, superficiais e individualizadas, produzindo a sensação de que a proteção é uma responsabilidade privada e não uma obrigação institucional.

[Os partidos] não fazem [nada], não protegem, não são sequer solidários, e deixam essas mulheres na mais profunda solidão.’

Liderança partidária, esquerda

Apenas um partido menciona formalmente um órgão interno dedicado ao enfrentamento da violência: o Secretariado de Segurança Militante do PSOL, que atua principalmente em casos de violência de gênero, racial e LGBTfóbica. Por meio de pesquisa documental, este estudo também identificou o Observatório de Combate à Violência Política contra as Mulheres do partido Republicanos; no entanto, esse órgão não foi mencionado durante a entrevista com a legenda, e sua atuação prática permanece pouco clara, indicando a necessidade de pesquisas adicionais para compreender sua implementação e alcance.

Alguns partidos mencionam que suas alas femininas recebem denúncias e realizam acompanhamento (como PT e Podemos), enquanto outros afirmam contar com profissionais de apoio de modo mais geral (advogados, psicólogos ou assistentes sociais), embora nem sempre voltados especificamente para casos de VPG.

No que diz respeito aos canais formais de denúncia, alguns partidos estabeleceram mecanismos por meio de conselhos de ética ou ouvidorias para lidar com casos de violência cometida por membros internos, incluindo PSOL, Podemos e Cidadania. Contudo, esta pesquisa não encontrou formulários, protocolos ou procedimentos padronizados voltados especificamente para violência de gênero ou TF-GBV, mesmo quando os casos ocorrem dentro das estruturas partidárias. O funcionamento desses canais, incluindo critérios, tempo de resposta e medidas subsequentes, permanece pouco documentado, o que limita sua eficácia.

Além disso, nenhum partido relatou possuir processos institucionais que orientem como responder quando suas integrantes são alvo de TF-GBV perpetrada por atores externos, como grupos organizados, redes de desinformação ou campanhas de assédio coordenadas. Em alguns partidos de esquerda, existem práticas informais, frequentemente mediadas pelos secretariados de mulheres, como a emissão de notas públicas de solidariedade, a mobilização de redes de apoio e a articulação com assessorias jurídicas. Apesar disso, tais respostas são reativas, fragmentadas e desiguais, dependendo amplamente da iniciativa individual das mulheres envolvidas ou da posição que ocupam dentro do partido.

Desse modo, a ausência de mecanismos padronizados, estáveis e garantidos institucionalmente ajuda a explicar por que muitas mulheres recorrem a vias legais externas, como promotorias, tribunais eleitorais, delegacias especializadas ou defensorias públicas, sem apoio material ou político dos partidos. Como discutido na Seção 3.3, essa lacuna transfere o ônus da proteção e da sobrevivência política para as próprias mulheres, aprofundando a desigualdade e reforçando a lógica de isolamento que caracteriza a TF-GBV.

No que diz respeito à TF-GBV, e particularmente aos ataques realizados por meio de redes sociais, as respostas partidárias permanecem limitadas por desafios práticos significativos, incluindo o volume massivo de informações nas plataformas, a natureza pouco regulamentada desses espaços e a sofisticação crescente das campanhas coordenadas de assédio e desinformação. Nenhum partido político realiza monitoramento sistemático e contínuo de redes sociais com o objetivo de identificar ataques contra suas filiadas, nem enquadra essa atividade como uma prioridade institucional. Assim, essa ausência reflete tanto a percepção de que o problema é difuso e difícil de mensurar quanto limitações materiais concretas: monitorar ataques contra candidatas e representantes distribuídas por milhares de municípios exigiria recursos financeiros, tecnológicos e humanos que os partidos não possuem.

Dada essa realidade, uma alternativa mais viável do que um sistema de vigilância centralizado seria o estabelecimento de protocolos claros de denúncia e resposta para casos de violência, incluindo TF-GBV, que permitissem acionamento rápido e apoio estruturado. Alguns partidos já se aproximam dessa lógica, ainda que de maneira informal. O PSOL, por exemplo, menciona a criação de um “canal para expor e denunciar notícias falsas”, enquanto o PCdoB destaca a atuação de sua militância como uma “rede sentinela” responsável por monitorar ataques de forma descentralizada por meio de grupos de base e articulações digitais. Ainda que essas iniciativas representem esforços relevantes, elas permanecem dependentes da capacidade voluntária das redes partidárias, carecendo de institucionalização, padronização e recursos dedicados.

Esses desafios são ainda mais pronunciados no nível municipal. A desigualdade estrutural de recursos entre diretórios nacionais, estaduais e municipais significa que grande parte das mulheres eleitas ou candidatas em cidades pequenas e médias não recebe apoio adequado diante de ataques de TF-GBV. Enquanto partidos em nível nacional podem, em alguns casos, mobilizar assessoria jurídica, redes de solidariedade ou comunicação pública, as instâncias locais frequentemente não dispõem de advogados, equipes de comunicação, protocolos internos ou mesmo pessoal treinado para orientar e acompanhar casos de violência.

Além disso, a estrutura hierárquica vertical dos partidos dificulta a circulação de denúncias: relatos feitos a diretórios municipais raramente chegam aos níveis estadual ou nacional, onde respostas mais qualificadas poderiam ser acionadas. O resultado é um padrão recorrente de “abandono hierárquico”, no qual mulheres em posições locais, especialmente em municípios menores, periferias urbanas e regiões rurais, permanecem especialmente vulneráveis à violência política facilitada pela tecnologia, sem mecanismos institucionais de suporte ou proteção.

Declarações públicas, apoio jurídico e medidas de segurança são respostas pontuais, aplicadas caso a caso, sem padronização ou política contínua

Embora a resposta dos partidos políticos seja, em geral, limitada, as entrevistadas relataram que algumas ações são realizadas para enfrentar a violência de gênero. No entanto, essas respostas parecem ser reativas e condicionadas à visibilidade dos casos: quando os ataques atingem um certo patamar de repercussão pública, há maior probabilidade de que o partido se manifeste. Consequentemente, mulheres menos visíveis, especialmente aquelas atuando em municípios pequenos, tendem a receber menos atenção e apoio.

Para avaliar manifestações públicas de solidariedade por parte dos partidos, este relatório analisou as respostas institucionais aos principais picos de TF-GBV documentados contra cinco deputadas e ministras no Telegram, examinando as contas oficiais dos partidos no Telegram, no Instagram e em seus sites institucionais. Foram identificadas declarações públicas de apoio em apenas dois casos: Erika Hilton (PSOL) e Carla Zambelli (PL), que atuam em posições opostas no espectro político. Em ambos os casos, os ataques envolviam acusações graves (como desvio de recursos públicos ou fuga do país para evitar investigação judicial) que poderiam comprometer a imagem pública dos próprios partidos, o que sugere que a resposta estava atrelada não apenas à proteção das mulheres, mas também à gestão de risco reputacional.

Além desses casos amplamente divulgados, foram identificados episódios isolados de manifestações públicas de apoio, por exemplo, uma nota de solidariedade publicada pelo perfil oficial do PL Mulher Amapá no Instagram (PL Mulher Amapá Oficial, 2025). Uma vereadora de direita também relatou que seu partido emitiu uma nota de repúdio após ela sofrer violência no plenário municipal, embora essa declaração não tenha sido localizada publicamente. No outro extremo do espectro, foram encontradas diversas notas de repúdio emitidas pelo PSOL em defesa de suas parlamentares, como Monica Seixas², Amanda Paschoal³ e Lívia Duarte⁴, publicadas em seu site oficial. Ainda que tais declarações públicas desempenhem um papel simbólico importante, demonstrando reconhecimento do problema e respaldo institucional, elas permanecem insuficientes como resposta à TF-GBV, como enfatizou uma entrevistada:

'Eu tive nota de apoio, mas só isso não basta. Nota de repúdio, isso não basta, a gente precisa realmente de apoio.'

Mulher indígena, direita

Para além das respostas institucionais formais, um dos poucos exemplos de mobilização estruturada dentro dos partidos é o do PSOL, que descreve a existência de uma "rede de solidariedade tecnológica", por meio da qual membros do partido se coordenam para amplificar casos de violência, especialmente TF-GBV, quando estes ocorrem. Como sintetizou uma entrevistada, "*quanto mais barulho se fizer, melhor*", um processo que funciona como um "protocolo de visibilidade" voltado a romper o isolamento que frequentemente acompanha o ataque. De forma semelhante, o PCdoB mencionou recorrer às suas bases militantes para dar visibilidade a casos, ativando redes já existentes de comunicação interna e externa.

² A deputada estadual Monica Seixas foi alvo de VPG quando, durante sessão plenária, o deputado Wellington Moura declarou que "colocaria uma rédea em sua boca", ato amplamente denunciado por organizações da sociedade civil e pelo PSOL como expressão de tentativa de silenciamento e controle sobre uma parlamentar mulher (PSOL, 2022).

³ Amanda Paschoal também foi alvo de VPG quando o vereador Lucas Pavanato utilizou ataques públicos para deslegitimar sua atuação e identidade de gênero, configurando um caso explícito de TF-GBV (PSOL, 2025b).

⁴ Lívia Duarte foi alvo de VPG nas redes sociais após repercussões públicas de seu apoio à ocupação da Secretaria de Educação do Estado do Pará por movimentos indígenas que protestavam contra o desmonte de políticas de educação pública promovido pelo governo Helder Barbalho. A ofensiva digital direcionada a ela incluiu ataques coordenados e tentativas de deslegitimá-la politicamente, configurando um caso de TF-GBV que buscou punir sua posição política e silenciar sua atuação pública (PSOL, 2025a).

No que diz respeito à assistência jurídica, partidos de diferentes orientações políticas relatam oferecer algum tipo de apoio a mulheres vítimas de violência, embora a abrangência, a continuidade e a especialização desse suporte variem de forma significativa. Essa assistência pode envolver etapas distintas do processo legal, desde a formalização de denúncias e o acompanhamento perante a polícia até a representação em processos judiciais.

Entre os partidos de direita, representantes da União Brasil afirmam oferecer “apoio integral” para orientar mulheres na entrada no sistema judicial, incluindo encaminhamentos e acompanhamento das ações. O Partido Novo, por sua vez, declara prestar “auxílio em processos judiciais”, embora sem detalhamento sobre o tipo de suporte oferecido. À esquerda, o PT disponibiliza um escritório de advocacia que pode ser acionado por suas integrantes, enquanto o PSB afirma fornecer apoio operacional mais amplo, incluindo advogado, contador e psicólogo. O PSOL oferece a resposta mais robusta entre os partidos mencionados, envolvendo declarações públicas, articulação política interna e externa, e assistência jurídica direta quando parlamentares sofrem ataques.

Entretanto, mesmo quando esse apoio existe, ele frequentemente carece de especialização para lidar com TF-GBV e com dinâmicas específicas da violência de gênero. Como apontado por uma entrevistada, muitos advogados vinculados aos partidos são especializados em direito eleitoral e, portanto, podem não estar preparados para tratar de ameaças, perseguição digital, doxxing ou difamação coordenada. Em um caso relatado, um advogado partidário chegou a recusar o acompanhamento de um episódio de violência, evidenciando a lacuna estrutural entre o suporte jurídico formal e a expertise necessária para responder adequadamente à TF-GBV. Essa insuficiência reforça o fato de a responsabilidade prática recair sobre as vítimas, que precisam buscar especialistas externos ou arcar pessoalmente com os custos do atendimento jurídico adequado.

‘A gente procurou esses advogados, mas a gente viu que eles não tinham, eles não era[m] aptos a isso porque eles disseram que não dava nem decoro parlamentar, não dava, como que uma situação dessa não dava? Então a gente já viu que eles não estavam capacitados.’

Mulher indígena, direita

Apenas alguns partidos mencionam medidas de proteção que envolvem investimentos materiais significativos em casos graves – principalmente PSOL, PT e Podemos. No entanto, na prática, a responsabilidade por mitigar os riscos físicos decorrentes da TF-GBV recai, em grande medida, sobre as mulheres individualmente. Quando há ameaças à integridade física, as consequências se desdobram em múltiplas esferas da vida cotidiana: desde atividades simples, como fazer compras no supermercado ou circular pela cidade, até mudanças periódicas de residência, contratação de segurança privada ou reorganização completa da rotina pessoal e familiar. Dado que os partidos raramente oferecem apoio financeiro contínuo ou estruturas institucionais de proteção, o ônus desses custos – econômicos, logísticos e emocionais – é deslocado para as próprias mulheres.

‘Por exemplo, em BH [Belo Horizonte], a Câmara Municipal não oferece blindado, e a gente teve três parlamentares lá, com ameaça, inclusive, nesse exemplo que eu te falei, falando aonde que era a creche da filha, uma foto da fachada da creche. Então, quando a casa não oferece, quando o Estado não se responsabiliza em cuidar do seu corpo legislativo, a gente tenta viabilizar, mas seria impossível,

com um dinheiro partidário que um partido do nosso tamanho tem, viabilizar a segurança de todas as nossas parlamentares, a gente não faria mais nada, e ainda assim não daria conta.'

Liderança partidária, esquerda

Com relação à TF-GBV mais especificamente, as respostas institucionais oferecidas pelos partidos foram frequentemente descritas como “soluções analógicas para um problema digital”, nas palavras de uma entrevistada. As medidas de segurança atualmente adotadas, como escoltas, mudanças de endereço ou reforço da privacidade, foram desenvolvidas para cenários de violência física direta. No entanto, elas não respondem às dinâmicas específicas do ambiente online, em que a violência é contínua, distribuída em redes, anônima e capaz de escalar rapidamente. Além disso, a TF-GBV opera em um continuum entre o digital e o presencial, no qual ataques online podem se traduzir em perseguição, intimidação e violência física. Mesmo assim, os partidos continuam a tratar essas esferas como se fossem separadas.

Atores de extrema-direita exploram esse vácuo de forma sistemática, combinando estratégias de desinformação e abuso coordenado com modelos de monetização tanto legais quanto ilegais, como canais financiados por doações, venda de conteúdo e publicidade, além do uso de servidores e redes opacas que dificultam a responsabilização. Paralelamente, os algoritmos das plataformas digitais priorizam conteúdo polarizador e de ódio, amplificando narrativas misóginas, racistas e transfóbicas, enquanto reduzem a visibilidade de discursos democráticos e plurais (Metzler e Garcia, 2023). Em suma, os partidos ainda não desenvolveram mecanismos capazes de compreender ou intervir nas lógicas do espaço digital, em que a violência não é apenas disseminada, mas também premiada com alcance, visibilidade e ganhos políticos – e, por vezes, financeiros.

O acesso das mulheres aos espaços de decisão partidária é vital para combater a violência de gênero e a TF-GBV

Segundo as entrevistadas, ampliar o acesso das mulheres às estruturas de tomada de decisão dentro dos partidos é fundamental para aprimorar a forma como essas organizações respondem à violência de gênero e, em particular, à TF-GBV. Todos os partidos representados no espectro político possuem alas ou núcleos voltados às mulheres, uma característica consolidada na política brasileira contemporânea. Entre partidos de esquerda, essas estruturas foram descritas como espaços historicamente centrais para a construção de uma agenda feminista interna, contribuindo para avanços como a criação de cotas, a inclusão de questões de gênero em plataformas eleitorais e o fortalecimento de lideranças femininas. Já nos partidos de direita, essas estruturas tendem a ser menos organizadas e menos influentes, refletindo diferenças ideológicas mais amplas sobre desigualdade de gênero. Contudo, a mera existência desses núcleos não garante poder real; o grau de influência depende do acesso a recursos, à tomada de decisão e à capacidade de moldar prioridades partidárias, dimensões que exigem investigação adicional.

A análise documental reforça essas diferenças. Enquanto 50% dos partidos de esquerda já tiveram mulheres na presidência, apenas 17% dos partidos de direita registraram algo semelhante. As entrevistas indicam que, mesmo em partidos onde mulheres tiveram papel ativo na fundação, elas inicialmente foram restritas a bases militantes, sendo gradualmente incorporadas às esferas decisórias através da ação persistente dos coletivos feministas internos. Nos partidos de direita, por outro lado, a ascensão de mulheres a cargos de liderança é descrita como mais recente e frequentemente permeada por resistência institucional, com entrevistadas relatando a permanência do “teto de vidro” e a necessidade constante de provar competência e legitimidade.

Em termos de políticas formais, dois partidos de esquerda (PT e PSOL) adotaram cotas 50-50 para cargos de direção, enquanto a União Brasil mencionou iniciativas para ampliar a participação feminina em diretórios estaduais. Ainda assim, entrevistadas de ambos os espectros destacam que a capacidade de priorizar respostas à violência de gênero, incluindo TF-GBV, depende diretamente da presença de mulheres em posições de poder, o que confirma a relação entre estrutura organizacional e formulação de agenda política.

Apesar desses avanços institucionais, práticas discriminatórias persistem em todos os partidos, embora se manifestem de formas distintas. Entrevistadas de partidos de esquerda relatam a continuidade de comportamentos sexistas, como marginalização deliberada e intimidação, mesmo em contextos onde há políticas formais de igualdade. Já entrevistadas de partidos de direita descrevem exclusões estruturais mais contundentes: mulheres são frequentemente direcionadas a comissões “temáticas” (como educação, assistência social ou família), enquanto os espaços de tomada de decisão – onde se define orçamento, alianças e estratégias – permanecem majoritariamente masculinos. Em alguns casos, a hostilidade interna pode se intensificar, resultando em isolamento, retaliações e até tentativas de expulsão, muitas vezes realizadas pelo próprio partido. Esse ambiente interno hostil não apenas limita a participação das mulheres como reforça o ciclo de violência de gênero, minando sua permanência na vida política e dificultando respostas institucionais à TF-GBV.

4.3 A legislação e as normas sociais dificultam as respostas à TF-GBV

Lacunas legislativas e falhas de implementação restringem o enfrentamento da violência política de gênero e da TF-GBV

Além das iniciativas conduzidas pelos partidos políticos, as entrevistadas enfatizaram a necessidade urgente de reduzir a lacuna entre o arcabouço legal existente e a sua implementação prática. Embora o Brasil tenha desenvolvido instrumentos jurídicos e institucionais relevantes para enfrentar a violência de gênero na política – e, gradualmente, venha incorporando respostas ao assédio online e à TF-GBV – a aplicação dessas normas permanece desigual e limitada. Em outras palavras, o problema central não é apenas a ausência de legislação, mas a insuficiência das estruturas responsáveis por garantir sua efetividade, o que dificulta a proteção das mulheres e a responsabilização de agressores, especialmente em contextos digitais de rápida circulação e coordenação de ataques.

Em relação à VPG, a Lei 14.192/2021 representou um marco ao criminalizar atos de assédio, coerção e hostilidade dirigidos a mulheres em razão de sua atuação política. A Lei se aplica tanto a contextos presenciais quanto digitais, oferecendo aos Ministérios Públicos e tribunais instrumentos para investigar e responsabilizar agressores. Ela também determina que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os TREs promovam campanhas de prevenção e mantenham Defensorias da Mulher, garantindo canais de denúncia e encaminhamento. Nesse sentido, o TSE opera o Observatório dos Direitos Políticos da Mulher, enquanto as Defensorias, nos parlamentos federais, estaduais e municipais, monitoram denúncias e auxiliam na implementação de políticas de igualdade política (TSE, 2024; Câmara dos Deputados, 2025; Senado Federal, s.d.).

No que se refere especificamente à TF-GBV, o arcabouço jurídico brasileiro ainda está em construção. O país avançou em legislações que abordam componentes centrais da violência facilitada pela tecnologia, mas não o fenômeno em sua totalidade. Esse processo teve início com a Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012), criminalizando invasão de dispositivos; seguido pelo Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que estabelece direitos, deveres e remoção de conteúdo; e pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), que regula o uso e a segurança de dados pessoais. Atualizações posteriores incluíram a Lei Lola Aronovich (Lei 13.642/2018), que atribui à Polícia Federal competência para investigar conteúdo misógino; a Lei 13.718/2018, que criminaliza a divulgação não

consensual de imagens íntimas; e a Lei 14.132/2021, que tipifica o *stalking*, incluindo perseguição e vigilância digitais. Conjuntamente, esses instrumentos permitem o enfrentamento de práticas presentes na TF-GBV – como doxxing, assédio em rede, campanhas de desinformação e manipulação de imagens – embora a TF-GBV ainda não exista como categoria jurídica autônoma.

Apesar desses avanços, as entrevistadas ressaltaram a persistência de uma lacuna significativa entre legislação e implementação. Como sintetizou uma delas: “*Existem muitas leis, muitas aprovadas no papel, mas na hora da execução, há uma banalização*”. A aplicação das normas é frequentemente descrita como punitiva, fragmentada e insuficiente, falhando em acompanhar a velocidade, a escala e a coordenação dos ataques digitais. A demora processual e a capacidade limitada das instituições, especialmente em municípios menores, deixam as mulheres desprotegidas nos períodos mais críticos, quando os ataques se intensificam. Além disso, a ausência de formação especializada em TF-GBV entre forças policiais, Ministério Público e operadores jurídicos limita a eficácia das respostas, enquanto vieses institucionais e discriminação de gênero podem atuar como barreiras adicionais ao acesso à justiça.

‘Na Procuradoria da Mulher ou na Secretaria da Mulher, dentro da Câmara, todas as denúncias que foram feitas não foram acolhidas, não seguiram à frente, completamente diferente do meio judiciário. Então, provando que ali, naquele berço político, eles selecionam quem é vítima e quem não é vítima. Então, se você não tem o meu pensamento político, então você não é vítima. Você só é vítima ou só merece proteção se você pensar como eu.’

Mulher indígena, direita

Em termos de proteção digital, estudos apontam que o marco legal e institucional brasileiro permanece fragmentado e apresenta lacunas significativas (Valente, 2023; Zaganelli, 2025; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025). A segurança online segue difícil de ser garantida, especialmente para mulheres, meninas e outros grupos vulneráveis, que continuam expostos a assédio generalizado, doxxing e campanhas de desinformação, ao mesmo tempo em que enfrentam barreiras substantivas para acessar mecanismos eficazes de prevenção ou reparação.

Essa preocupação foi reiterada pelas mulheres políticas entrevistadas, muitas das quais enfatizaram que a ausência de responsabilização efetiva nas plataformas digitais constitui uma das barreiras mais urgentes no enfrentamento à TF-GBV. Como sintetizou uma entrevistada: “*Este espaço virtual não tem regras*”. A percepção de impunidade, alimentada tanto por limitações tecnológicas quanto institucionais, contribui diretamente para a perpetuação e a escalada da violência.

Desde 2023, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) tem fortalecido sua atuação regulatória, incluindo mecanismos de fiscalização e canais de denúncia que ampliam a capacidade de proteção de dados no país. Porém, tais iniciativas não substituem a necessidade de protocolos claros, acessíveis e sensíveis a gênero no âmbito criminal, civil e regulatório; nem enfrentam, por si só, as dinâmicas coordenadas de ataques em rede que caracterizam a TF-GBV. Organizações da sociedade civil, como a SaferNet, desempenham um papel central ao orientar vítimas, preservar evidências e acionar pedidos de remoção de conteúdo, mas sua capacidade depende de financiamento limitado e sua integração com órgãos públicos permanece desigual.

Enquanto isso, a sofisticação dos ataques evolui rapidamente. Ferramentas de IA generativa ampliam o alcance e o realismo de conteúdos manipulados, aprofundando o potencial de campanhas de

desinformação de gênero (#ShePersisted, 2024). Essa assimetria tecnológica cria uma espécie de “corrida armamentista”, na qual tanto as instituições quanto as próprias mulheres políticas lutam para acompanhar ameaças emergentes. Algumas entrevistadas expressaram preocupação com a normalização institucional da violência digital, citando episódios em que órgãos, como a Polícia Federal, permaneceram inativos diante de denúncias formais de TF-GBV.

‘Eu juntei mais de mil casos de violência digital e levei a polícia federal, que não fez nada. Levei à presidência da Câmara, que não fez nada. Na verdade, os crimes digitais só começaram a ser apurados quando os ministros do Supremo começaram a ser atacados. Antes disso, nem eles olhavam pra gente.’

Mulher branca, esquerda

De fato, apenas recentemente, o Brasil começou a regulamentar os espaços digitais onde os danos se amplificam em larga escala, especialmente as plataformas de redes sociais, e vem ganhando visibilidade internacional nesse processo. Em 2024, o projeto de regulamentação de plataformas PL 2630/2020 (“PL das Fake News”), considerado por anos a principal aposta para estabelecer um regime horizontal de responsabilização, foi efetivamente abandonado após intensa pressão das grandes empresas de tecnologia, deixando o país sem uma estrutura abrangente de governança de plataformas.

Em 2025, a agenda legislativa passou a se concentrar em abordagens setoriais. A Lei de Proteção Infantil Online (Lei Felca, originalmente PL 2.628/2022) foi aprovada em agosto e sancionada em setembro de 2025, impondo obrigações afirmativas a plataformas, lojas de aplicativos e sistemas operacionais para mitigar riscos a crianças e adolescentes. Paralelamente, a regulamentação de IA permanece em evolução: o Senado avançou com um projeto baseado em avaliação de risco (PL 2.338/2023), enquanto novas propostas, como o PL 526/2025, seguem em discussão na Câmara. Ao mesmo tempo, a decisão do STF de junho de 2025, que reinterpretou o Art. 19 do Marco Civil da Internet, sinaliza uma reorientação gradual da responsabilidade das plataformas no país. Contudo, medidas relacionadas à segurança infantil e à governança da IA têm avançado mais rapidamente do que quaisquer esforços para estabelecer uma lei geral de regulação de plataformas.

No conjunto, apesar desses avanços, a resposta legal brasileira à TF-GBV permanece fragmentada e aplicada de forma desigual. As normas existentes tratam peças isoladas do problema, como assédio, divulgação de imagens, desinformação e proteção de dados, mas ainda não configuram um arcabouço integrado que reconheça a dinâmica específica da TF-GBV, sobretudo no contexto político. Essa desconexão conceitual e operacional dificulta a coordenação institucional e limita a eficácia dos esforços de prevenção, proteção e responsabilização.

Assim, o país opera hoje com um mosaico de dispositivos penais, civis e setoriais, em vez de um sistema unificado e sensível à perspectiva de gênero. Fortalecer a integração entre esses instrumentos e assegurar sua implementação consistente será essencial para que o marco legal existente se traduza em proteção concreta para mulheres na política.

Para além dos partidos: é necessário um ambiente político mais favorável às mulheres para enfrentar a violência política de gênero e a TF-GBV

Para além das ações que abordam diretamente a VPG e a TF-GBV, as entrevistadas destacaram, de forma consistente, a necessidade de melhorar as condições estruturais para a participação plena

das mulheres na política. Embora os partidos políticos reconheçam, ao menos formalmente, a importância de aumentar a representação feminina – e sejam legalmente obrigados a destinar 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas e parte do Fundo Partidário para candidaturas de mulheres (Tribunal Superior Eleitoral, 2019) – esse reconhecimento não se traduz necessariamente em práticas eficazes.

Nesse sentido, a análise documental revela que 18 dos 20 partidos estudados demonstram algum tipo de iniciativa voltada ao aumento da participação feminina. As ações variam desde campanhas gerais de conscientização até programas de recrutamento e materiais de formação política, como cursos, podcasts e séries de vídeos. No entanto, apenas alguns partidos de esquerda (PSOL e PSB) integram explicitamente perspectivas interseccionais, reconhecendo que mulheres negras, mulheres LGBTQIA+ e mulheres com deficiência enfrentam vulnerabilidades adicionais. Essa perspectiva surge de forma muito menos sistemática entre partidos de direita, que reconhecem casos individuais, mas raramente os articulam como parte de padrões estruturais.

Também foram identificados programas de capacitação específicos para mulheres, operados diretamente pelos partidos ou por fundações a eles vinculadas (por exemplo, PSB, União Brasil, Podemos, Cidadania e Novo). Contudo, sua profundidade e consistência variam consideravelmente: alguns oferecem apenas conteúdos introdutórios curtos, enquanto outros mantêm programas mais robustos de formação política. Desse modo, a avaliação do impacto real dessas iniciativas exigiria análise adicional.

Um ponto crucial destacado pelas entrevistadas é o acesso a recursos financeiros suficientes para sustentar candidaturas competitivas, uma barreira amplamente reconhecida na literatura nacional (Gatto e Thome, 2024) e internacional (Sacchet, 2009; Krook, 2009). Embora alguns partidos afirmem ir além da exigência mínima legal (como PSOL, PSB e Novo), entrevistadas de partidos de direita relatam padrões recorrentes de abandono e instrumentalização: mulheres são convidadas a concorrer apenas para preencher cotas legais, mas recebem pouco ou nenhum apoio durante a campanha. Nesse contexto, muitas relataram sentir-se usadas como “números”, e não como candidatas genuínas.

Essas práticas ajudam a explicar a persistente disparidade nos resultados eleitorais: partidos de esquerda elegem, em média, 26% de mulheres na Câmara dos Deputados, enquanto partidos de direita elegem apenas 15%. Apenas dois partidos (PSOL e PCdoB) alcançam ou superam a marca de 30% de mulheres eleitas. Essa diferença evidencia a distância entre recrutar candidatas e promover sua eleição efetiva, sugerindo que a alocação de recursos e os mecanismos de suporte continuam insuficientes.

De modo mais amplo, as entrevistadas concordam que a participação política das mulheres é limitada por normas de gênero profundamente arraigadas. Mulheres de partidos de esquerda enfatizam a sobrecarga cumulativa do trabalho doméstico, profissional e político, agravada pela falta de infraestrutura de cuidado, pela resistência familiar e pela expectativa de que a mulher seja a principal responsável pela vida doméstica. Essas pressões estruturais restringem sua capacidade de se engajarem plenamente e aumentam sua vulnerabilidade à TF-GBV.

Mulheres de partidos de direita também reconhecem barreiras estruturais, como a falta de formação política e o isolamento emocional dentro do ambiente partidário; no entanto, suas respostas tendem a enfatizar soluções individuais, como adaptação, resiliência e autogestão, mais do que mudanças institucionais ou estruturais.

Por fim, entrevistadas de partidos de esquerda destacaram com maior clareza a necessidade de incorporar uma abordagem interseccional para compreender como raça, classe, sexualidade e território moldam a exposição à TF-GBV e a capacidade de enfrentá-la. Essa dimensão analítica

aparece de forma marginal entre partidos de direita, dificultando o reconhecimento dos padrões sistêmicos que produzem vulnerabilidades desiguais.

Em conjunto, esses achados sugerem que, embora muitos partidos tenham adotado compromissos formais para aumentar a participação das mulheres, persistem barreiras estruturais profundas – desde a distribuição desigual de recursos até normas de gênero e hierarquias internas – que limitam tanto o acesso das mulheres ao poder quanto sua capacidade de permanecer na política frente à TF-GBV.

5 Recomendações

Esta seção apresenta recomendações baseadas em evidências para enfrentar a VPG e a TF-GBV. A abordagem proposta é dupla: reconhece-se que reformas estruturais muitas vezes esbarram na falta de vontade política, de modo que são indicadas ações de curto e médio prazo – concretas e imediatamente implementáveis por partidos, instituições públicas e organizações da sociedade civil – juntamente com reformas de longo prazo, que visam transformar os marcos normativos e culturais que sustentam essas violências. Como o foco da pesquisa recai sobre a atuação dos partidos, as recomendações priorizam intervenções dentro das estruturas partidárias, mas também sublinham o papel central das instituições do Estado e das plataformas digitais para a construção de respostas coordenadas, eficazes e duradouras.

'Quando existe alguma ação de violência contra a mulher na política, acho que precisa ser uma união de forças, independentemente de partido político, de ideologia, [para] ajudar as mulheres.'

Mulher branca, direita

Algumas recomendações apresentadas nesta seção se aplicam tanto à VPG quanto à TF-GBV, enquanto outras respondem de forma mais direta aos desafios específicos colocados pela TF-GBV. Para demonstrar o que é possível na prática, cada conjunto de recomendações é acompanhado de exemplos de iniciativas já existentes identificadas na pesquisa e nas entrevistas. Esses exemplos não são exaustivos, mas destacam experiências recorrentes e potencialmente replicáveis.

As medidas propostas são interdependentes e têm maior impacto quando implementadas de forma coordenada entre partidos políticos, instituições públicas, sociedade civil, academia, plataformas digitais, setor privado e comunidades locais. Em conjunto, elas respondem à urgência da violência política ao mesmo tempo em que avançam um objetivo mais amplo: construir instituições democráticas mais inclusivas, equitativas e resilientes. Proteger a presença e a atuação das mulheres na política é indissociável de promover a igualdade de gênero; o avanço sustentável exige tanto respostas imediatas quanto mudanças normativas de longo prazo, para que as mulheres possam participar, liderar e prosperar, fortalecendo, assim, a democracia como um todo.

Curto a médio prazo (próximos 12 meses)

Ator	Foco	Recomendação	Descrição / justificativa
Partidos políticos, Instituições públicas	TF-GBV	Reconhecer oficialmente a TF-GBV como uma forma de VPG, com impactos interseccionais	Os partidos políticos poderiam incorporar, em seus estatutos ou códigos internos, um adendo que reconheça explicitamente a TF-GBV, distinguindo-a da violência de gênero de forma mais ampla, porém reconhecendo sua relação com a violência política contra mulheres. Esse adendo deve também reconhecer seus impactos interseccionais, considerando que a TF-GBV é moldada, e frequentemente intensificada, por fatores como raça/etnia, idade, sexualidade, identidade de gênero, deficiência, classe social e território. Como parte desse processo, recomenda-se promover ações sistemáticas de sensibilização e formação entre lideranças partidárias, especialmente homens em posições de tomada de decisão, para ampliar a compreensão sobre a TF-GBV e suas dinâmicas. Da mesma forma, instituições públicas devem considerar a adoção de uma definição legal unificada de TF-GBV, incorporada de forma coerente em diferentes marcos normativos e instrumentos institucionais, de modo a fortalecer os mecanismos de prevenção, responsabilização e proteção.
Partidos políticos	VPG, TF-GBV	Desenvolver protocolos internos para casos de VPG e TF-GBV	Os partidos políticos poderiam desenvolver protocolos operacionais claros e passo a passo que orientem mulheres sobre as ações e os canais legais disponíveis para responder a casos de VPG e TF-GBV. Um exemplo útil para orientar a elaboração desses protocolos é a <i>Cartilha sobre Violência Política de Gênero</i> (2021), publicada pelo Observatório de Violência Política Contra a Mulher, que sistematiza procedimentos, direitos e caminhos institucionais de denúncia. No caso de violência ocorrida dentro dos próprios partidos, esses protocolos devem incluir mecanismos de responsabilização interna que sejam robustos, transparentes e efetivamente aplicáveis. Isso significa estabelecer fluxos claros para recebimento, apuração e resposta às denúncias, garantindo proteção às vítimas, confidencialidade quando necessário e medidas disciplinares proporcionais, evitando a normalização ou impunidade dos agressores.

Ator	Foco	Recomendação	Descrição / justificativa
Instituições públicas, Legislativo	TF-GBV	Integração da TF-GBV aos marcos legais de VPG e aos marcos regulatórios de plataformas digitais	Com base no precedente estabelecido pela <u>recente alteração à Lei Maria da Penha</u> , a Lei 14.192/2021 (Lei de Violência Política contra as Mulheres) poderia ser atualizada para incluir uma definição explícita de TF-GBV e mecanismos específicos para sua prevenção, responsabilização e reparação. Paralelamente, os legisladores devem integrar a TF-GBV nos debates em andamento sobre proteção digital e regulação de plataformas, garantindo que a legislação sobre ambientes digitais inclua obrigações claras para que as plataformas identifiquem, mitiguem e respondam de forma coordenada a campanhas de assédio, desinformação e violência facilitadas pela tecnologia. Essa harmonização entre legislação de violência política e regulação digital é essencial para assegurar que a proteção ocorra tanto no espaço físico quanto no ambiente online.
Instituições públicas, Legislativo	VPG, TF-GBV	Criar diretrizes nacionais e vias de proteção	O TSE deve desenvolver um guia claro e acessível que detalhe os procedimentos de resposta a casos de TF-GBV e VPG, orientando vítimas, partidos, autoridades eleitorais e operadores do sistema de justiça. Esse guia deve ser acompanhado por campanhas de educação pública que divulguem os direitos, os mecanismos de denúncia e os canais de apoio disponíveis. Iniciativas já existentes, como o <u>Observatório de Direitos Políticos Fundamentais da Mulher</u> e o <u>Observatório Permanente de Combate à Violência Política</u> do TSE, oferecem bases sólidas para a elaboração e a disseminação desse material.
Plataformas tecnológicas	TF-GBV	Tornar o combate coordenado à TF-GBV uma prioridade política e institucional	As plataformas não são canais neutros: suas características, como anonimato em larga escala, viralidade e mecanismos de amplificação, são rotineiramente exploradas por atores organizados, incluindo redes de difamação com uso de bots, para atacar mulheres na política. Por isso, as plataformas devem classificar a TF-GBV contra figuras públicas como dano de alto risco e aprimorar a aplicação de políticas voltadas a comportamentos coordenados, priorizando a remoção de redes inteiras, e não apenas de publicações isoladas, além de tornar públicos os registros de advertências para contas, páginas e grupos reincidentes. Também devem estabelecer canais diretos de comunicação com partidos e autoridades competentes para agilizar respostas em casos graves de TF-GBV, como ameaças de morte ou divulgação de dados pessoais, garantindo proteção rápida e responsabilização efetiva.

Autor	Foco	Recomendação	Descrição / justificativa
Partidos políticos, Sociedade civil	TF-GBV	Fortalecer capacidades de segurança digital e estratégias de comunicação em mídias	Partidos políticos (utilizando recursos do Fundo Partidário) e OSCs poderiam oferecer formações abrangentes em literacia digital e segurança online voltadas para mulheres na política. Essa capacitação deve incluir orientações sobre como reconhecer e responder a ataques coordenados, identificar bots e campanhas de desinformação, e compreender os riscos associados à exposição de dados pessoais. Além disso, o aconselhamento profissional sobre o uso estratégico das redes sociais pode ajudar as mulheres não apenas a se protegerem, mas também a fortalecerem sua presença pública e a utilizarem essas plataformas de forma eficaz durante o exercício do mandato e em campanhas eleitorais.

Longo prazo (1-3 anos)

Autor	Foco	Recomendação	Descrição / justificativa
Instituições públicas, Legislativo	VPG, TF-GBV	Fortalecer as punições legais aplicadas aos responsáveis pelos ataques	Instituições públicas poderiam implementar protocolos de sanções efetivas para autores de VPG e TF-GBV, fundamentando-se em marcos legais já existentes, como a Lei nº 14.192/2021 e a Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012). Além disso, é essencial oferecer treinamento especializado para agentes responsáveis por lidar com esses casos e fortalecer a capacidade investigativa das instituições competentes. Esses esforços devem ser acompanhados pelo desenvolvimento e pela implementação de legislação específica que garanta a responsabilização de agressores no ambiente digital e, sobretudo, pela regulação das principais plataformas tecnológicas, assegurando que mecanismos de prevenção, remoção e punição sejam aplicados de forma consistente e eficaz.
Partidos políticos, Instituições públicas, Sociedade civil	VPG, TF-GBV	Promoção de normas sociais equitativas como estratégia de prevenção e transformação cultural	Dentro de suas atribuições, as partes interessadas devem promover normas de gênero equitativas que legitimem a liderança pública das mulheres e reduzam a VPG e a TF-GBV. Os partidos políticos devem atuar como agentes exemplares de mudança, garantindo paridade (50/50) nos espaços de tomada de decisão e financiamento contínuo de suas estruturas femininas para além dos ciclos eleitorais, além de oferecer apoio concreto às candidaturas de mulheres, incluindo formação, mentoria e políticas de apoio ao cuidado. As instituições públicas devem incorporar a igualdade de gênero, a conscientização sobre violência de gênero/VPG/TF-GBV e a cidadania digital nos currículos da educação infantil ao ensino médio, com materiais pedagógicos que normalizem e valorizem a liderança feminina. A sociedade civil deve colaborar em programas comunitários que envolvam jovens – especialmente meninos e homens jovens – no reconhecimento e no respeito à liderança feminina, no questionamento de masculinidades nocivas e na transformação das expectativas em torno do cuidado e do trabalho. Em conjunto, essas iniciativas alinham incentivos e cultura, enfrentando as normas que sustentam a continuidade da VPG

Ator	Foco	Recomendação	Descrição / justificativa
Instituições públicas, Legislativo, Partidos políticos	VPG, TF-GBV	Fortalecer ações locais de enfrentamento à VPG e à TF-GBV	<p>As medidas para prevenir e combater a VPG e a TF-GBV devem ser estendidas ao nível municipal, onde as mulheres frequentemente enfrentam maior isolamento, especialmente em Câmaras Municipais com baixa representação feminina. As instituições públicas devem garantir que cada Câmara Municipal disponha de uma Promotoria da Mulher, sobretudo em localidades sem delegacias especializadas no atendimento à população feminina, ampliando assim o acesso à proteção e à justiça em nível local.</p> <p>Promotorias já existentes em cidades como São Paulo, Curitiba, São Francisco de Paula e Uberlândia, bem como aquelas estabelecidas na Câmara dos Deputados e no Senado, que fornecem orientações para a criação de novas unidades, constituem modelos sólidos para replicação. No entanto, em 2023, apenas 690 das 5.568 Câmaras Municipais do país haviam criado tais promotorias, e, em nível estadual, elas estavam presentes em 22 das 27 unidades federativas, com outras 3 avaliando sua implementação (Agência Senado, 2024). Iniciativas como a Campanha do PSOL sobre Violência Política de Gênero no Parlamento demonstram como ações direcionadas em âmbito local podem fortalecer a proteção, aumentar a visibilidade das denúncias e ampliar o apoio às mulheres que atuam na política municipal.</p>
Sociedade Civil	VPG, TF-GBV	Formar redes de cooperação e aliança entre mulheres de diferentes partidos	<p>Redes suprapartidárias devem ser fortalecidas para que mulheres na política possam compartilhar estratégias, construir resiliência coletiva e enfrentar de forma coordenada a VPG, incluindo a TF-GBV. Experiências já existentes – como o Instituto E Se Fosse Você?, o MariaLab, o projeto MonitorA e o Instituto Marielle Franco – ilustram o potencial dessas articulações para ampliar apoio, visibilidade pública e capacidade de resposta diante de ataques políticos.</p>

6 Conclusão

Este estudo comprehende a TF-GBV como um fenômeno enraizado em normas sociais e contínuo ao longo das trajetórias políticas, em vez de um evento episódico que se intensifica apenas em períodos eleitorais. Assim, contribui para reforçar o entendimento da TF-GBV como uma ameaça sistêmica à participação democrática. Com base no MDI (Ricard et al., 2025), o estudo conceitua uma cadeia de mecanismos em que normas sociais permissivas são instrumentalizadas por atores motivados (por exemplo, oponentes políticos, mídia partidária, redes de extrema direita, usuários anônimos); disseminadas por meio de narrativas e táticas de gênero e raça (por exemplo, sexualização, ataques à competência); e amplificadas pelas dinâmicas técnicas das plataformas (por exemplo, hashtags coordenadas, sistemas de recomendação e mecanismos de engajamento).

Em toda a amostra, todas as mulheres enfrentam um nível basal de abuso de gênero, mas raça/etnia, identidade de gênero e idade reconfiguram quem é visado e de que maneira. Mulheres negras e indígenas são atacadas com estereótipos racializados e coloniais; mulheres trans vivenciam misoginia e transfobia intensificadas; enquanto mulheres brancas cis são frequentemente alvo de ataques baseados em aparência, moralidade e etarismo. Embora ataques possam apresentar picos durante campanhas eleitorais, é a visibilidade política – e não o ciclo eleitoral – que melhor prediz sua intensidade: os ataques aumentam quando mulheres ganham destaque, assumem posições de liderança, defendem agendas polarizadas ou confrontam figuras influentes. Redes coordenadas, particularmente da extrema direita, exploram as affordances das plataformas para amplificar esses ataques. Seus efeitos nocivos se propagam da esfera pessoal (sofrimento emocional, ameaças a familiares), para a profissional (custos com segurança, retração de oportunidades) e para a democrática (dissuasão, silenciamento, restrição da liberdade de expressão).

As respostas dos partidos políticos à TF-GBV no Brasil são moldadas – e limitadas – por normas de gênero e condicionantes estruturais que tornam o fenômeno pouco conceitualizado e insuficientemente enfrentado. Nos 20 partidos analisados, a TF-GBV permanece subsumida à violência de gênero de modo geral, sem estratégias, manifestos ou instrumentos específicos dedicados ao tema. Os enquadramentos ideológicos das desigualdades variam: partidos de esquerda/centro-esquerda enfatizam o patriarcado e a interseccionalidade, enquanto partidos de direita/centro-direita tendem a interpretá-las como produto de “machismo social” ou diferenças percebidas como biológicas. No entanto, ambos os campos falham em compreender como as plataformas digitais estruturam e intensificam a violência, frequentemente confundindo as dinâmicas online e offline.

Na prática, as respostas partidárias são reativas, dispersas e dependentes de casos específicos (por exemplo, notas públicas, apoio jurídico, proteção de segurança), operando como “soluções analógicas para um problema digital”. Essas respostas tratam o abuso digital como um assunto privado, e não como uma ameaça à democracia. Internamente, hierarquias partidárias patriarcais e o acesso limitado das mulheres à tomada de decisão reduzem a capacidade de ação institucional. No plano sistêmico, lacunas legais e dificuldades de implementação – em um ambiente regulatório fragmentado que ainda carece de uma definição unificada de TF-GBV – enfraquecem a prevenção, a proteção e a responsabilização.

Em conjunto, os resultados demonstram que a TF-GBV não é mero “comportamento hostil online”, mas uma forma estruturada de violência política, que se apoia em normas sociais, coordenação estratégica e arquitetura de plataformas para disciplinar a participação das mulheres e corroer a representação democrática. Enfrentar o problema requer tratar a TF-GBV e a violência de gênero como fenômenos interligados, compreender como se reforçam e se transformam, e desenvolver respostas multissetoriais, preventivas e estruturais.

Referências

- Agência Câmara** (2022) 'Número de deputados pretos e pardos aumenta 8,94%, mas é menor que o esperado', Portal da Câmara dos Deputados, 3 October (www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumenta-894-mas-e-menor-que-o-esperado/).
- Agência Câmara** (2024) 'Brasil teve apenas duas sentenças de condenação por violência política de gênero entre 2021 e 2023', Portal da Câmara dos deputados, 28 August (www.camara.leg.br/noticias/1092061-brasil-teve-apenas-duas-sentencas-de-condenacao-por-violencia-politica-de-genero-entre-2021-e-2023).
- Agência Senado** (2024) 'Senado lança Cartilha da Vereadora com foco na equidade de gênero no Legislativo', Senado Notícias, 3 April (www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/03/senado-lanca-cartilha-da-vereadora-com-foco-na-equidade-de-genero-no-legislativo).
- Agência Senado** (2025) 'CCJ: projeto inclui violência digital nos crimes previstos na Lei Maria da Penha', Senado Notícias, 1 October (www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/01/ccj-projeto-inclui-violencia-digital-contra-mulher-nos-crimes-previstos-na-lei-maria-da-penha).
- Banco Central do Brasil** (2025) 'Pix: Instant Payments System'. Brasília: Central Bank of Brazil (www.bcb.gov.br/en/financialstability/pix_en).
- Bardall, G., Bjarnegård, E. and Piscopo, J.M.** (2020) 'How is political violence gendered? Disentangling motives, forms, and impacts' Political Studies, 68(4), pp. 916-935 (doi.org/10.1177/0032321719881812).
- Belandi, C. and Gomes, I.** (2023) '2022 Census: self-reported brown population is the majority in Brazil for the first time', IBGE Agência de Notícias, 22 December (agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/38726-2022-census-self-reported-brown-population-is-the-majority-in-brazil-for-the-first-time).
- Bjarnegård, E. and Kenny, M.** (2015) 'Revealing the 'Secret Garden': The Informal Dimensions of Political Recruitment' Politics & Gender, 11(2015), pp. 748-753 (www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/revealing-the-secret-garden-the-informal-dimensions-of-political-recruitment/29F23C54BE926D0EF460BA9F8424C373).
- Blanco-Alfonso, I., Rodríguez-Fernández, L. and Arce-García, S.** (2022) 'Polarization and hate speech with gender bias associated with politics: analysis of interactions on Twitter' Revista da Comunicación, Vol. 21 Núm. 2 (dx.doi.org/10.26441/rc21.2-2022-a2).
- Borba, F., Israel, V., Carnevale, M. P., and Bahia, P.** (2022) 'Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020' Revista Brasileira de Ciências Sociais, 37(108), e3710803 (www.scielo.br/j/rbc soc/a/tjmdXJJJjJssjXZxWHvNsfx/?format=pdf&lang=pt).
- Bolognesi, T., Ribeiro, E. and Codato, A.** (2023) 'Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros' Dados Revista de Ciências Sociais (www.scielo.br/j/dados/a/zzyM3gzHD4P45WWdytXjZWg/?format=html&lang=pt).
- Brugnoli, E., Simone, R. and Delmastro, M.** (2022) 'Gender stereotypes in the mediated personalization of politics: Empirical evidence from a lexical, syntactic and sentiment analysis' arXiv preprint arXiv:2202.03083 (arxiv.org/abs/2202.03083).
- Bueno, N. S. and Dunning, T.** (2017) 'Race, Resources, and Representation: Evidence from Brazilian Politicians' World Politics, 69(2), pp. 327-365 (www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/race-resources-and-representation/751CDDD26FA4892DD96A8F9C313BE2E3).
- Câmara dos Deputados** (2025) 'Procuradoria da Mulher'. Brasília: Câmara dos Deputados. (www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/procuradoria-da-mulher-1).
- Carneiro, S.** (1995) 'Gênero Raça e Ascensão Social' Revista Estudos Feministas 3(2) (doi.org/10.1590/%x).
- Carneiro, A. S.** (2005) 'A construção do outro como não-ser como fundamento do ser', PhD Thesis. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo (repositorio.usp.br/item/001465832).

- Castelli-Rosa, M. and Lins, M.** (2023) 'WhatsApp Aunts': Ageism, Sexism, and the Marginalisation of Older People in Brazilian Politics', in: Haring, N., Maierhofer, R. and Cavalini, A., et al. (2023) 'Politics and disinformation: Analyzing the use of Telegram's information disorder network in Brazil for political mobilization' *First Monday* 28(5) (doi.org/10.5210/fm.v28i5.12901).
- CNN** (2025) 'Análise: Suspensão da medida do Pix vem após onda de desinformação | WW' CNN Brasil (www.youtube.com/watch?v=RzwKWXH8t7U).
- Coelho, G.** (2024) 'MonitorA expõe misoginia e transfobia contra candidatas em 2024'. AzMina, 18 September (azmina.com.br/reportagens/monitora-expoe-misoginia-e-transfobia-contra-candidatas-em-2024/?ref=nucleo.jor.br).
- Crenshaw, K.** (1989) 'Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics' *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139–167 (chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8).
- Crenshaw, K.** (1991) 'Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color' *Stanford Law Review* 43(6), pp. 1241–1299 (doi.org/10.2307/1229039).
- Di Meco, L.** (2021) 'A digital social contract that safeguards democracies and promotes women's rights is urgently needed' *Turkish Policy Quarterly* (ciaonet.org/record/86157).
- Ditonto, T.** (2017) 'A High Bar or a Double Standard? Gender, Competence, and Information in Political Campaigns', *Political Behavior* 39, pp. 301–325 (doi.org/10.1007/s11109-016-9357-5).
- Durández-Stolle, P., Sanz, R.M., Otero, T.P. and Gómez-García, S.** (2023) 'Feminism as a polarizing axis of the political conversation on Twitter: the case of #IreneMonteroDimision' *Profesional de la Información*, 32(6) (doi.org/10.3145/epi.2023.nov.07).
- Eckert, S. and Metzger-Riftkin, J.** (2020) 'Doxxing, Privacy and Gendered Harassment: The Shock and Normalization of Veillance Cultures' *Medien & Kommunikationswissenschaft*, 68(3), pp. 273–287 (doi.org/10.5771/1615-634X-2020-3-273).
- Erikson, J., Håkansson, S. and Josefsson, C.** (2023) 'Three Dimensions of Gendered Online Abuse: Analyzing Swedish MPs' Experiences of Social Media' *Perspectives on Politics*, 21(3), pp. 896–912 (doi.org/10.1017/S1537592721002048).
- Fuchs, T. and Schäfer, F.** (2021) 'Normalizing misogyny: hate speech and verbal abuse of female politicians on Japanese Twitter' *Japan Forum*, 33(4), pp. 553–579 (doi.org/10.1080/09555803.2019.1687564).
- G1** (2022) 'Deputada bolsonarista Carla Zambelli saca e aponta arma para homem na rua em SP; ela diz que foi cercada e agredida'. G1 São Paulo, 29 October (g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/29/deputada-bolsonarista-carla-zambelli-saca-e-aponta-arma-para-homem-na-rua-em-sp-ela-diz-que-foi-cercada-e-agredida.ghtml).
- G1** (2025) 'Carla Zambelli tem mandato de deputada cassado pelo TRE-SP e fica inelegível por 8 anos após divulgar fake news sobre processo eleitoral', G1 São Paulo, 30 January (g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/01/30/carla-zambelli-tem-mandato-de-deputada-cassado-pelo-tre-sp-e-fica-inelegivel-por-8-anos-apos-divulgar-fake-news-sobre-processo-eleitoral.ghtml).
- Gatto, M.A. and Thome, D.** (2020) 'Resilient aspirants: Women's candidacies and election in times of COVID-19' *Politics & Gender*, 16(4), pp.1001–1008 (www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/C7B9CC197A85B428EFA62FD4C940597C/S1743923X20000537a.pdf/resilient-aspirants-womens-candidacies-and-election-in-times-of-covid-19.pdf)
- Gatto, M.A.C. and Thome, D.** (2024) 'Candidatas: os primeiros passos das mulheres na política no Brasil' 1st edn, Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV.
- Ging, D.** (2017) 'Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere' *Men and Masculinities*, 22(4), pp. 638–657 (doi.org/10.1177/1097184X17706401).
- Gomes da Costa Santos, G.** (2021) 'Anti-gender politics and the authoritarian turn in Brazil' *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies* 10(1), pp. 96–125 (doi.org/10.25160/bjbs.v10i1.126782).

- IBGE – Brazilian Institute of Geography and Statistics** (2024) 'Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil – Informativo (3^a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: IBGE (biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf).
- IBGE** (2025) 'Cor ou raça'. Educa: Jovens – Conheça o Brasil – População. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE (educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html).
- Instituto Marielle Franco** (2021) Violência Política de Gênero e Raça no Brasil 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas' (mlkrook.org/pdf/IMF_21.pdf).
- Instituto Marielle Franco** (2023) Violência Política de Gênero e Raça no Brasil: Dois anos da Lei 14.192/2021 (www.violenciapolitica.org/2023).
- INTERNETLAB; REVISTA AZMINA; NÚCLEO JORNALISMO; LABHDUFBA** (2025) MonitorA: relatório sobre violência política contra candidatas(os) online. Edição 2024. São Paulo, Brasil (internetlab.org.br/wp-content/uploads/2025/05/MonitorA-Relatorio_2024-3.pdf).
- IPU – Inter-Parliamentary Union** (n.d.) Brazil: Chamber of Deputies – data on women. IPU Data (data.ipu.org/parliament/BR/BR-LC01/data-on-women).
- Jankowicz, N., Gomez-O’Keefe, I., Hoffman, L. and Vidal Becker, A.** (2024) It’s Everyone’s Problem: Mainstreaming Responses to Technology-Facilitated Gender-Based Violence. New York NY: Institute of Global Politics and University of Columbia School of International and Public Affairs (SIPA) (igp.sipa.columbia.edu/sites/igp/files/2024-09/IGP_TFGBV_Its_Everyones_Problem_090524.pdf).
- Johnson, C.** (2020) 'Chapter 2: Gender, emotion and political discourse: masculinity, femininity and populism', in Feldman, O. (Ed.) The Rhetoric of Political Leadership, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing (doi.org/10.4337/9781789904581.00009).
- Júnior, M., Melo, P., Silva, A.P.C., Benevenuto, F. and Almeida, J.** (2021) 'Towards Understanding the Use of Telegram by Political Groups in Brazil'. Conference Paper: WebMedia ’21: Proceedings of the Brazilian Symposium on Multimedia and the Web (www.researchgate.net/publication/354895761_Towards_Understanding_the_Use_of_Telegram_by_Political_Groups_in_Brazil).
- Kinzo, Maria D’Alva G.** (2004) 'Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985' Revista Brasileira de Ciências Sociais, 19(54), pp. 23–46 (doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002).
- Koch, L., Ghawi, R., Pfeffer, J. and Steinert, J.I.** (2024) 'Online misogyny against female candidates in the 2022 Brazilian elections: a threat to women’s political representation?' Information, Communication & Society: pp. 1-21 (doi.org/10.1080/1369118X.2025.2551604).
- Koch, L., Russo Riva, M.P. and Steinert, J.I.** (2025) 'Technology-Facilitated Gender-Based Violence Against Politically Active Women: A Systematic Review of Psychological and Political Consequences and Women’s Coping Behaviors' Trauma, Violence, & Abuse (doi.org/10.1177/15248380251343185).
- Krook, M.L.** (2009) Quotas for Women in Politics: Gender and Candidate Selection Reform Worldwide. New York NY: Oxford University Press (doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195375671.001.0001).
- Krook, M.L.** (2018) 'Violence against Women in Politics: A Rising Global Trend' Politics & Gender, 14(4), pp. 673-675 (doi.org/10.1017/S1743923X18000582).
- Krook, M.L. and Sanín, J.R.** (2016a). 'Violence Against Women in Politics. A Defense of the Concept. Política y gobierno, 23(2), pp. 459-490 (www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372016000200459&lng=pt&tlng=en).
- Krook, M.L. and Sanín, J.R.** (2016b) 'Gender and political violence in Latin America: Concepts, debates and solutions' Política y gobierno, 23(1), pp. 127-162 (www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372016000100127&lng=es&tlng=en).
- Kunovich, S. and Paxton, P.** (2005) 'Pathways to power: The role of political parties in women’s national political representation' American Journal of Sociology, 111(2), pp. 505-552 (doi.org/10.1086/444445).
- Kuperberg, R.** (2018) 'Intersectional Violence against Women in Politics' Politics & Gender 14(4), pp. 685-690 (doi.org/10.1017/S1743923X18000612).

- Lovenduski, J.** (1998) 'Gendering Research in Political Science' *Annual Review of Political Science*, 1, pp. 333–356 (doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.333).
- Mantilla, K.** (2013) 'Gender trolling: Misogyny Adapts to New Media' *Feminist Studies*, 39(2), pp. 563–570 (muse.jhu.edu/article/831729).
- Marcus, R. and Harper C.** (2014) 'Gender Justice and Social Norms: Processes of Change for Adolescent Girls', London: Overseas Development Institute (gbvaor.net/sites/default/files/2019-07/Gender%20Justice%20and%20Social%20Norms%2C%20Processes%20of%20Change%20for%20Adolescent%20Girls%20ODI%202014.pdf).
- Marés, C.** (2020) 'É montagem tuíte de Maria do Rosário dizendo que estupradores 'são criaturas frágeis'' Lupa Jornalismo, 18 February (lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/02/18/verificamos-maria-rosario-estupradores).
- Mariani, D., Brandino, G. and Pretto, N.** (2024) 'Novo é sigla mais à direita e PSTU a mais à esquerda no Brasil, mostra GPS partidário' Folha de São Paulo, 5 September (www1.folha.uol.com.br/poder/2024/09/novo-e-sigla-mais-a-direita-e-pstu-a-mais-a-esquerda-no-brasil-mostra-gps-partidario.shtml).
- Meriläinen, J.-M.** (2024) 'The role of gender in hate speech targeting politicians: Evidence from Finnish Twitter' *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 38, pp. 423–449 (doi.org/10.1007/s10767-024-09476-3).
- Metzler, H. and Garcia, D.** (2023) 'Social Drivers and Algorithmic Mechanisms on Digital Media' *Perspectives on Psychological Science* 19(5), pp. 735–748 ([pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11373151/](https://PMC11373151/)).
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania** (2025) 'MDHC apresenta diagnóstico inédito sobre violência sexual online contra público infantojuvenil no Brasil'. Brasília: MDHC (www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/mdhc-apresenta-diagnostico-inedito-sobre-violencia-sexual-online-contra-publico-infantojuvenil-no-brasil).
- Mizael, J.** (2025) 'Zambelli e Joice: duas faces de um mesmo descarte político'. ICL Notícias, 1 April (iclnoticias.com.br/zambelli-e-joice-duas-faces-de-um-mesmo-descarte-politico).
- Observatório de Violência Política Contra a Mulher** (2021) 'Cartilha sobre violência política de gênero' (transparenciaeleitoral.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha-PTBR.pdf).
- O'Reilly, K.** (2009) Key Concepts in Ethnography. London: SAGE Publications Ltd. ISBN: 978-1412928656 (we.riseup.net/assets/794735/0%20%99Reilly+%282009%29.pdf).
- OSCE/ODIHR** (2022) 'Addressing Violence Against Women in Politics in the OSCE Region: Tool 2 – Addressing Violence Against Women in Parliaments'. Warsaw: Organization for Security and Co-operation in Europe Office for Democratic Institutions and Human Rights. ISBN: 978-83-66690-82-0. (www.osce.org/files/f/documents/b/5/532187_0.pdf).
- Oxfam Brasil** (2020) 'A participação de mulheres negras na política importa! Entenda os motivos'. São Paulo: Oxfam Brasil, 25 June (www.oxfam.org.br/mulheres-negras-na-politica/).
- Patton, M. Q.** (2002) 'Qualitative research & evaluation methods: Integrating Theory and Practice', 4th ed, SAGE Publications ([https://ia800500.us.archive.org/30/items/michael-quinn-patton-qualitative-research-evaluation-methods-integrating-theory-/Michael%20Quinn%20Patton%20-%20Qualitative%20Research%20&%20Evaluation%20Methods_%20Integrating%20Theory%20and%20Practice-Sage%20Publications,%20Inc%20\(2014\).pdf](https://ia800500.us.archive.org/30/items/michael-quinn-patton-qualitative-research-evaluation-methods-integrating-theory-/Michael%20Quinn%20Patton%20-%20Qualitative%20Research%20&%20Evaluation%20Methods_%20Integrating%20Theory%20and%20Practice-Sage%20Publications,%20Inc%20(2014).pdf)).
- Phillips, M.L.** (2022) 'Gendered Gatekeepers: Barriers to Women in Party-Controlled Candidate Selection'. Berkeley, CA: University of California, Berkeley (escholarship.org/uc/item/2gm2553v).
- Pinho, T.R. de** (2023) 'Violence against Women in Politics in Brazil: An Instrument of Power and Anti-Egalitarian Obstruction' Democracy Papers: Democratic Anxieties in the Americas (items.ssrc.org/democracy-papers/democratic-anxieties-in-the-americas/violence-against-women-in-politics-in-brazil-an-instrument-of-power-and-anti-egalitarian-obstruction/).
- Pinho, T. R. de** (2025) 'Gendered Political Violence: The Perspective from Female Brazilian Federal Deputies and Senators' *Brazilian Political Science Review*, 19(3) (doi.org/10.1590/1981-3821202500030005).

PL Mulher Amapá Oficial (2025) Instagram post, 2 April 2025 (www.instagram.com/p/DH9YaWFR5-I/?img_index=3).

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade (2022) 'TRE-SP aceita denúncia de Mônica Seixas (PSOL) contra vice da ALESP por violência política de gênero'. Brasília: PSOL (psol50.org.br/tre-sp-aceita-denuncia-de-monica-seixas-psol-contra-vice-da-alesp-por-violencia-politica-de-genero/).

PSOL (2025a) 'Lívia Duarte (PSOL) sofre violência política nas redes após repercussão de ocupação indígena no Pará'. Brasília: PSOL (psol50.org.br/livia-duarte-psol-sofre-violencia-politica-nas-redes-apos-repercussao-de-ocupacao-indigena-no-para/).

PSOL (2025b) 'Vereadora Amanda Pascoal (PSOL-SP) é vítima de violência política e transfóbica por vereador bolsonarista'. Brasília: PSOL (psol50.org.br/vereadora-amanda-pascoal-psol-sp-e-vitima-de-violencia-politica-e-transfobica-por-vereador-bolsonarista/).

Ramalho, R. (2016) 'Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada' G1 Política, 21 June (g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html).

Rheault, L., Rayment, E. and Musulan, A. (2019) 'Politicians in the line of fire: Incivility and the treatment of women on social media' Research & Politics, 6(1) (doi.org/10.1177/2053168018816228).

Rohrbach, T. (2025) 'Are Women Politicians Kind and Competent? Disentangling Stereotype Incongruity in Candidate Evaluations' Political Behavior, 47, pp. 411–434 (doi.org/10.1007/s11109-024-09956-4).

Sacchet, T. (2009) 'Political Parties and Gender in Latin America: An Overview of Conditions and Responsiveness', in Goetz, A.M. (Ed.) Governing Women: Women's Political Effectiveness in Contexts of Democratization and Governance Reform, Routledge (www.researchgate.net/publication/272024731_Political_Parties_and_Gender_in_Latin_America_an_Overview_of_Conditions_and_Responsiveness).

Sanjaume-Calvet, M., Vallbé, J. and Muñoz-Puig, M. (2023) 'Can women take the floor in parliament? Evidence from the Spanish lower chamber' Women's Studies International Forum, 97, 102694 (doi.org/10.1016/j.wsif.2023.102694).

Santos, J.A.F. (2009) 'A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil' Revista Brasileira de Ciências Sociais, 24(70) (www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wk38yvGQvpj5xscMzTqy9kv/abstract/?lang=en).

Senado Federal (n. d.) 'Ouvidoria é o canal de comunicação da população com o Senado Federal'. Brasília: Senado Federal (www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria).

Senado Federal. (2021). 'Estatuto da Igualdade Racial e normas correlatas'. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. (https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589163/Estatuto_igualdade_racial_normas_correlatas.pdf).

#ShePersisted (2024) 'Big Tech and the Weaponization of Misogyny in the Brazil Online Ecosystem: An Assessment of Digital Threats to Women in Public Life', 27 April (she-persisted.org/wp-content/uploads/2024/04/ShePersisted-Brazil-Report-ENG.pdf).

Southern, R. (2024) 'Does fear of harassment reduce women's online political participation? Evidence from the British Election Study across three UK general elections' European Journal of Politics and Gender (doi.org/10.1332/25151088Y2024D000000027).

Sportelli, C. and D'Errico, F. (2025) 'Does Disinformation Toward Women Politicians Reflect Gender Stereotypes? Exploring the Role of Leaders' Political Orientations' Behavioral sciences (Basel, Switzerland), 15(5), 695 (doi.org/10.3390/bs15050695).

Statista (2024) 'Social networks penetration in Brazil'. New York NY: Statista (www.statista.com/statistics/1307747/social-networks-penetration-brazil).

Stewart, R., Wright, B., Smith, L., Roberts, S. and Russell, N. (2021) 'Gendered stereotypes and norms: A systematic review of interventions designed to shift attitudes and behaviour' Heliyon, 7(4), e06660 (<https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e06660>).

- Ricard, J., Yañez, I. and Hora, L.** (2025) 'A framework for information disorder: modeling mechanisms and implications based on a systematic literature review' (preprint), arXiv:2504.12537 (doi.org/10.48550/arXiv.2504.12537).
- Silva, E.C. de M.** (2023) 'TelegramScrap: A comprehensive tool for scraping Telegram data' arXiv (doi.org/10.48550/arXiv.2412.16786).
- Teele, D.L., Kalla, J. and Rosenbluth, F.** (2018) 'The Ties That Double Bind: Social Roles and Women's Underrepresentation in Politics' American Political Science Review, 112(3), pp. 525–541 (doi.org/10.1017/S0003055418000217).
- Tribunal Superior Eleitoral** (2019) 'Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020'. TSE Notícias, 8 March (www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020).
- Tribunal Superior Eleitoral** (TSE) (2024) 'Presidente do TSE anuncia criação do Observatório de Direitos Políticos Fundamentais da Mulher' (www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Setembro/presidente-do-tse-anuncia-criacao-do-observatorio-de-direitos-politicos-fundamentais-da-mulher).
- Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo** (2025) 'Conheça a Ouvidoria da Mulher, canal de atendimento do TRE-SP que acolhe denúncias'. TRE-SP Notícias, 7 March (www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Marco/conheca-a-ouvidoria-da-mulher-canal-de-atendimento-do-tre-sp-que-acolhe-denuncias).
- UNFPA – United Nations Population Fund** (2023) 'Technology-Facilitated Gender-Based Violence: A Growing Threat'. New York NY: UNFPA (www.unfpa.org/TFGBV).
- UNFPA** (2025) An Infographic Guide to Technology-facilitated Gender-based Violence (TFGBV). New York NY: UNFPA (www.unfpa.org/publications/infographic-guide-technology-facilitated-gender-based-violence-tfgbv).
- UN Women** (2021) 'Guidance Note: Preventing Violence against Women in Politics'. New York NY: UN Women (www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2021/Guidance-note-Preventing-violence-against-women-in-politics-en.pdf).
- UOL – Universo online** (2025) "Ela tirou eleição da gente": como a relação de Zambelli e Bolsonaro ruiu'. UOL Política, 3 June (noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/06/03/ela-tirou-eleicao-da-gente-como-a-relacao-de-zambelli-e-bolsonaro-ruiu.htm).
- Valente, M.** (2023) 'Online Gender-Based Violence in Brazil: New Data Insights'. Centre for International Governance Innovation (ssrn.com/abstract=5346739).
- van der Vegt, I.** (2024) 'Gender differences in online abuse: the case of Dutch politicians' Crime Science, 13, article number 5 (link.springer.com/article/10.1186/s40163-024-00203-z).
- Vrielink, J. and van der Pas, D.J.** (2024) 'Part of the job? The effect of exposure to the online intimidation of politicians on political ambition' Political Studies Review, 22(4), pp. 1022–1041 (doi.org/10.1177/14789299241258099)
- Wood, R. M.** (2024) 'The Effects of Electoral Violence on Women's Legislative Representation' Political Research Quarterly. SAGE Journals (journals.sagepub.com/doi/10.1177/10659129241252373).
- Yin, R. K.** (2018). 'Case Study Research and Applications: Design and Methods', 6th edn, Los Angeles: SAGE (<https://ebooks.umu.ac.ug/librarian/books-file/Case%20Study%20Research%20and%20Applications.pdf>)
- Zaganelli, M.V.** (2025) 'Online gender-based violence: The digital dimension of violence against women – a comparative study (Brazil and Italy)' Humanidades e Tecnologia (FINOM), 57(1), pp. 37–47 (zenodo.org/records/15014847).

Anexo

Dados e amostragem do Telegram

O Telegram é atualmente o segundo aplicativo de mensagens mais utilizado no Brasil, com taxa de penetração estimada em cerca de 60% da população (Statista, 2024), desempenhando, assim, um papel central no ecossistema comunicacional do país. Seus grupos e canais permitem a circulação rápida e em larga escala de conteúdos com níveis muito baixos de moderação, o que o torna um espaço estratégico para comunicação política coordenada, bem como para a difusão de narrativas abusivas e campanhas de desinformação difíceis de monitorar e coibir (Júnior et al., 2021).

Para construir o conjunto de dados analisado, este estudo utilizou a ferramenta *TelegramScrap* (Silva, 2023), um software de código aberto desenvolvido especificamente para extração automatizada de mensagens de grupos públicos no Telegram. O banco inicial consistia em mais de 115 milhões de mensagens coletadas de grupos públicos categorizados como políticos, conspiratórios e neonazistas no Brasil.

A partir desse corpus amplo, foi implementado um processo de filtragem em múltiplas etapas, com o objetivo de identificar mensagens relacionadas a violência política de gênero e TF-GBV direcionadas a mulheres públicas. Esse processo ocorreu da seguinte forma:

Etapa 1: Consulta por palavra-chave.

- *Consulta: ['nome' OU 'cargo político'] E ['insulto/ataque']*
- *Processo:* Foram criadas três listas de palavras-chave: (i) mais de 80 mulheres na política (nomes/pseudônimos), (ii) cargos eletivos, (iii) insultos dirigidos a mulheres (compilados a partir de literatura anterior, corpora de notícias e estudo piloto; revisados para excluir termos ambíguos).
- *Resultado:* Aproximadamente 180.000 mensagens mencionando pelo menos uma mulher alvo (por nome ou cargo) e contendo pelo menos um insulto/ataque.

Etapa 2: Seleção de estudos de caso (15 mulheres na políticas)

- *Processo:* Uma abordagem dupla, quantitativa e qualitativa, foi adotada para selecionar as 15 mulheres políticas cujas menções seriam analisadas manualmente.

Quantitativa: Examinamos manualmente uma amostra de 20% das mensagens, identificando inicialmente as oito figuras mais mencionadas na Etapa 1 e, entre elas, selecionando as três que eram mais frequentemente alvo de ataques. Notavelmente, todas as três eram mulheres congressistas brancas, o que reflete não apenas a maior visibilidade decorrente de seus cargos, mas também as desigualdades estruturais que caracterizam a política brasileira. Em particular, indica-se a sobrerepresentação de mulheres brancas no Congresso Nacional em relação a mulheres negras e indígenas, que permanecem sub-representadas nesses espaços de poder (Oxfam Brasil, 2020).

Qualitativa : Outras 12 mulheres políticas foram incluídas com base em dois critérios: diversidade interseccional e a ocorrência de um caso recente com repercussão nacional. O objetivo era alcançar uma distribuição equilibrada de mensagens entre os quatro subgrupos, visando aproximadamente 300 ataques por subgrupo. No entanto, apesar dos esforços de balanceamento, a grande maioria das menções e dos ataques concentrou-se em mulheres brancas, enquanto um número substancialmente menor foi direcionado a mulheres não brancas. Como consequência,

mulheres não brancas de direita permaneceram sub-representadas, dado que nenhum volume significativo de ataques foi identificado contra elas (como apresentado na Tabela 1), um resultado provavelmente relacionado à sua visibilidade política mais limitada.

- *Resultado:* A etapa final resultou em um conjunto de 6.426 mensagens provenientes da seleção acima, cada uma mencionando ao menos uma das 15 mulheres políticas identificadas e contendo pelo menos um insulto.

Etapa 3: Classificação e codificação manual.

- *Processo:* As mensagens foram classificadas manualmente como "ataque" ou "não ataque". As mensagens classificadas como "ataque" foram posteriormente codificadas usando a classificação TF-GBV descrita na Seção 2.4, para estimar a prevalência dos tipos de ataques.

- *Resultado:* 1.165 mensagens classificadas como ataques.

Notas sobre pré-processamento e ética: A coleta foi limitada exclusivamente a grupos e canais públicos. Removemos duplicatas exatas e encaminhamentos idênticos e anonimizamos todos os identificadores de usuário antes da análise.

Entrevistas

Foram realizadas 28 entrevistas semiestruturadas com dois grupos principais: 15 mulheres eleitas para cargos políticos (incluindo deputadas federais, deputadas estaduais, vereadoras e prefeitas) e 13 lideranças partidárias em níveis municipal, estadual e nacional, incluindo presidentes de partido, coordenadoras de alas femininas e membros de executivas nacionais. Na prática, a fronteira entre esses grupos nem sempre foi nítida, uma vez que muitas mulheres eleitas também ocupavam posições de direção em seus partidos. No entanto, cada participante foi alocada a um único grupo, de acordo com o foco predominante de sua entrevista e com o objetivo de manter equilíbrio analítico entre os subgrupos.

Adotou-se uma estratégia de amostragem intencional, visando captar percepções contextualizadas e alinhadas aos objetivos da pesquisa (Patton, 2015). A seleção das entrevistadas considerou múltiplos fatores para garantir diversidade e relevância: identidade interseccional (mulheres brancas e não-brancas), filiação política (esquerda e direita), tipo de posição (cargo eletivo vs. liderança partidária) e visibilidade pública recente. Buscou-se realizar entre cinco e seis entrevistas por subgrupo, assegurando a representação de diferentes experiências de TF-GBV e das respostas institucionais dos partidos. Uma limitação importante foi a dificuldade de recrutar mulheres negras vinculadas a partidos de direita. Apesar de repetidas tentativas ao longo de três meses (junho a meados de agosto de 2025), nenhuma entrevista desse subgrupo foi concluída, resultando em sua ausência na amostra final.

Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, todas as entrevistas foram apresentadas de forma anônima. As transcrições foram integralmente anonimizadas, armazenadas sob convenção de nomenclatura padronizada e acessíveis apenas à equipe de pesquisa. Nenhuma informação pessoalmente identificável é divulgada neste relatório. As citações são atribuídas apenas por marcadores analíticos não identificáveis (por exemplo, "mulher branca, esquerda" ou "liderança partidária, direita"), utilizando referências raciais ou étnicas apenas quando relevantes para a análise interseccional. Embora os nomes dos partidos sejam mencionados ao longo do relatório, procurou-se evitar enquadramentos que reproduzissem estigmatização ou culpabilização de grupos específicos.

Revisão documental

Realizamos uma revisão sistemática dos estatutos e dos sites oficiais dos 20 partidos atualmente representados na Câmara dos Deputados. Para cada partido, identificamos as referências aos termos “gênero” e “mulheres”, bem como quaisquer disposições relacionadas à violência associadas a esses termos. A análise examinou tanto os estatutos quanto os sites, registrando se os sites possuíam funcionalidade de busca e contabilizando sistematicamente as menções aos termos-chave. Para “gênero”, registramos o número total de menções nos estatutos, além do subconjunto explicitamente ligado à violência, repetindo o mesmo procedimento para os sites. O mesmo método foi aplicado ao termo “mulheres”, distinguindo menções gerais daquelas referentes especificamente à violência.

Além da análise textual, mapeamos características organizacionais relevantes para cada partido, incluindo se o partido já havia sido presidido por uma mulher e se possuía alas, secretarias ou grupos dedicados às mulheres. Esses indicadores foram utilizados como proxies para as normas de gênero vigentes dentro do partido, refletindo o grau em que a liderança e a participação das mulheres são aceitas, incentivadas ou relegadas a papéis simbólicos. O estudo partiu da premissa de que a existência (ou a ausência) de lideranças femininas, alas femininas e mecanismos institucionais relacionados ao gênero constitui um sinal importante do nível de comprometimento organizacional com a igualdade de gênero.

Dados adicionais incluíram o número de mulheres atualmente na Câmara dos Deputados por partido (em 2025), o total de parlamentares eleitos e a respectiva porcentagem de representação feminina. Também reunimos informações contextuais, como o ano de criação dos partidos, sua idade em 2025 e suas principais fontes de financiamento, com base na distribuição do fundo partidário de 2025. Registraramos ainda políticas específicas relacionadas a mulheres e/ou gênero, bem como a existência de mecanismos institucionais para prevenção e denúncia de violência de gênero, incluindo comissões e grupos de trabalho internos. Por fim, identificamos quaisquer documentos que tratassesem explicitamente da TF-GBV e compararamos essas evidências documentais com os dados das entrevistas, a fim de validar e contextualizar os achados. Isso permitiu examinar não apenas o que está normatizado nos partidos, mas também como esses compromissos formais se expressam (ou não) na cultura organizacional e nas normas de gênero praticadas.